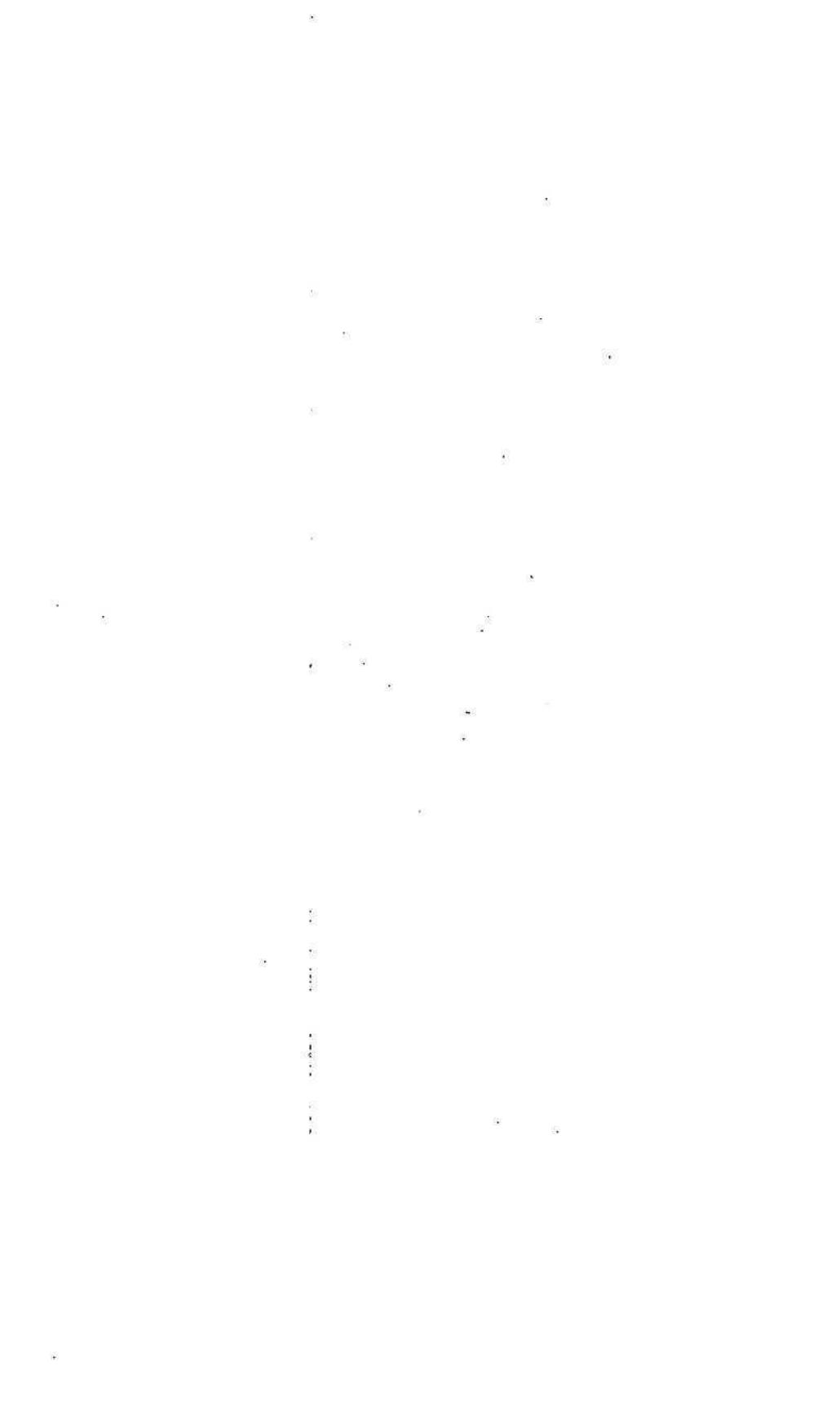




Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



MENSAGEM
AO CONGRESSO
NACIONAL





PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Itamar Franco

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho

SECRETÁRIO-GERAL

DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Embaixador Marcos Antônio de Salvo Coimbra

MINISTÉRIO DA MARINHA

Ministro Almirante-de-Esquadra Mário César Flôres

CONSULTORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Consultor Clálio Silva

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Ministro General-de-Exército Carlos Tinoco Ribeiro Gomes

CHEFE DO ESTADO-MAJOR DAS FORÇAS ARMADAS

General-de-Exército Jonas de Morais Corrêa Neto

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro Francisco Rezek

CHEFE DO GABINETE MILITAR DA PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

General-de-Brigada Agenor Francisco Homem de Carvalho

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA

E PLANEJAMENTO

Ministra Zélia Maria Cardoso de Mello

CHEFE DO GABINETE PESSOAL

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Doutor Cláudio Francisco Vieira

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

Ministro Ozires Silva

SECRETARIA DA CULTURA

Secretário Ipojuca Pontes

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ministro Antônio Cabral Mano Filho

SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Secretário José Goldemberg

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ministro Carlos Alberto Chiarelli

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Secretário José Antônio Lützenberger

MINISTÉRIO DO TRABALHO

E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministro Antônio Rogério Magri

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretário Egberto Baptista

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sócrates da Costa Monteiro

SECRETARIA DE DESPORTOS

Secretário Arthur Anunes Coimbra

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Ministro Akeni Guerra

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Secretário João Eduardo Cerdeira de Santana

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

Ministra Margarida Maria Maia Procópio

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Secretário Pedro Paulo Bergamaschi Leoni Ramos

Presidente Fernando Collor

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na Abertura da 1.^a Sessão Legislativa
Ordinária da 49.^a Legislatura



1991

Brasil. Presidentes, 1990- (F. Collor)
Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da 1.^a Sessão
Legislativa Ordinária da 49.^a Legislatura. Brasília, Presidência
da República, 1991.

188 p.

I. Administração Pública — Brasil. I. Mello, Fernando
Collor de, Presidente do Brasil. II. Título.

CDD 350.981

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	IX
PLANO DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ECONOMIA ..	1
A Crise Econômica e os Antecedentes do Plano de Estabilização	3
Estabilização e Modernização do Estado e da Economia	7
Plano de Estabilização	7
Modernização do Estado e da Economia	17
Medidas Macroeconômicas Propostas para 1991 ..	24
POLÍTICA SOCIAL	33
Diretrizes da Política Social	35
Principais Resultados em 1990	39
AÇÃO SETORIAL	43
Órgãos da Presidência da República	45
Estado-Maior das Forças Armadas	45
Secretaria da Administração Federal	48

Secretaria da Cultura	53
Secretaria da Ciéncia e Tecnologia	55
Secretaria do Meio Ambiente	59
Secretaria do Desenvolvimento Regional	65
Secretaria dos Desportos	71
Secretaria de Assuntos Estratégicos	74
 Ministérios	 79
Ministério da Justiça	79
Ministério da Marinha	86
Ministério do Exército	89
Ministério das Relações Exteriores	94
Ministério da Educação	104
Ministério da Aeronáutica	109
Ministério da Saúde	113
Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento	121
Ministério da Agricultura e Reforma Agrária	136
Ministério do Trabalho e da Previdéncia Social	141
Ministério da Infra-Estrutura	146
Ministério da Ação Social	160
 APÊNDICE ESTATÍSTICO	 165

INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Quero que esta Mensagem, a primeira que envio ao Congresso Nacional, no início da Sessão Legislativa, represente testemunho de meu apreço e de minha homenagem a esta instituição, essência do sistema democrático. Sirva também para reafirmar minha crença no papel central desempenhado por esta Casa, a que servimos meu avô, meu pai e eu próprio, na construção do destino de grandeza do País.

Uma das primeiras atitudes que assumi em meu governo foi a de, pessoalmente, entregar ao Poder Legislativo as medidas adotadas para a execução do projeto de reconstrução nacional. Há precisamente onze meses, em meu discurso de posse no Congresso, assinei que não poderia prescindir da colaboração permanente desta Casa. Esta convicção solidificou-se ainda mais: é imperioso o diálogo entre os Poderes, assim como a busca do consenso. A crítica independente não rejeita a convergência de opiniões e nem tampouco se compraz com a oposição sistemática.

A este Congresso renovado pelas eleições recentes, dirijo a minha palavra, abro as portas de meu gabinete e estendo a minha mão. Espero que o mútuo respeito que nutrem Legislativo e Executivo seja a base de um entendimento amplo, indispensável a esta tarefa maior que, afinal, é de todos os brasileiros: a construção de um Brasil mais justo e feliz.

Em meu discurso de posse, apresentei um projeto de transformação nacional, que havia sido consagrado pelas primeiras eleições diretas para a Presidência da República em 30 anos. Mudanças profundas, capazes de recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento harmônico, com paz social, eram reivindicação de toda a sociedade.

O relatório pormenorizado deste quase um ano de governo, assim como os programas previstos para 1991 acham-se relacionados nos capítulos referentes a cada um dos Ministérios e Secretarias governamentais. A leitura desse documento demonstrará que, em pouco tempo, muito se fez, como fruto do trabalho e da dedicação de brasileiros que servem à causa pública com patriotismo. Sob um comando firme, ações de governo seguem rumo claro e integrado.

Os Poderes funcionam em sua plenitude, com liberdade e independência.

A Nação responde ao projeto de reconstrução nacional de modo alentador: a cidadania deu seu aval convicto e inquestionável às medidas ousadas e difíceis, adotadas já nos primeiros dias de meu governo. Foi igualmente encorajadora e fundamental a reação do Congresso, que demonstrou compartilhar da mesma visão do projeto de transformação e modernização do País. Todos olhávamos para as melhores formas de realizar os objetivos de progresso, dentro do marco institucional adequado: o respeito aos preceitos constitucionais.

Esse delicado processo de promover mudanças profundas, dentro da mais estrita observância da Lei Maior, recentemente aprovada, exigiu a cooperação permanente dos Poderes constituídos. Deve-se ter presente que as mudanças legais e institucionais introduzidas pela Constituição de 1988 deram surgimento a uma série de situações inéditas, cujo equacionamento demandou interpretações e exegeses de políticos e de juristas. Nesse particular, orientações precisas, sábias e inspiradoras emanaram do Supremo Tribunal Federal.

Estavam criadas as condições para a arrancada decisiva rumo à consolidação democrática e à superação dos graves problemas nacionais. Sentimo-nos preparados para o embate cotidiano de idéias e concepções, que se estabeleceria entre os setores da opinião pública identificados com correntes ideológicas de oposição. Aí se encontra o alimento necessário à democracia.

Estávamos cientes da resistência que enfrentaríamos ao contrariar interesses incrustados dos grupos que prosperaram à sombra do privilégio e do egoísmo. A modernização do País exigia o fim dos clientelismos. No marco da lei, começamos a romper o círculo vicioso das vantagens cartoriais, que premiavam a ineficiência e encorajavam a corrupção.

Sempre movido pelos anseios de justiça e de consolidação da transição política que o País enfrentava, busquei, desde as primeiras horas de meu governo, pautar minha conduta pela firmeza e objetividade nas decisões e pela lisura e equilíbrio no trato com os meus opositores.

O entendimento nacional é a única via para a superação não somente das crises que o Brasil enfrenta há décadas, mas também dos vícios políticos que há muito assolam esta Nação. Nesse sentido, as diretrizes

de meu governo têm sido claras: criar uma sociedade moderna, que cultue a democracia como processo e como propósito. Dar combate prioritário e sem tréguas à inflação, a fim de promover uma real distribuição de renda, que permita a todos acesso aos padrões de consumo condizentes com o nível de desenvolvimento do País. Redefinir o papel do Estado na economia e na vida institucional da sociedade. Promover uma política social relevante, que ataque os dramas nacionais na área da infância, da educação, da habitação, das secas, do índio. Renegociar a dívida externa sem comprometer o desenvolvimento nacional e sem mais sacrifícios em vão de parte dos brasileiros. Colocar o Brasil na vanguarda da proteção ambiental, ao tempo em que se incentiva o desenvolvimento industrial harmônico do País e se busca incentivar a pesquisa científica e tecnológica.

Senhores Congressistas,

Gostaria neste instante de deter-me em alguns temas que, por sua relevância ou oportunidade, merecem referências especiais.

O primeiro desses temas é o relativo à inflação. Desde o início de meu governo venho travando luta permanente contra a inflação. Os resultados obtidos são indiscutivelmente positivos, pois reduzimos a taxa mensal, que era de 81,3%, para cerca de 12,8%, em média, entre abril e dezembro. Causas, cuja análise consta de capítulo específico nesta Mensagem, explicam porque os resultados ficaram aquém do esperado. Posso afirmar-lhes, entretanto, que isso me encoraja a prosseguir no caminho traçado pelos imperativos de justiça social e racionalidade econômica. A luta para conter a inflação é sobretudo uma luta contra a injustiça. O agravamento da distribuição de renda no Brasil nos últimos anos, refletido nas pesquisas do IBGE, resulta, em essência, da ocorrência de altos índices inflacionários. Na corrida ascendente, os salários sem-

pre perdem para os preços. Os desamparados são os menos capazes de ajustar seus ganhos aos novos níveis de preços.

Apesar dos inegáveis êxitos obtidos, expressos na redução da inflação, nos dez meses consecutivos de superávit fiscal e na austera política monetária, a conjugação de fatores internos, como a quebra da safra agrícola e a falta de cooperação de alguns setores da sociedade, e de fatores externos, como o aumento de custos das importações e a incerteza gerada pela crise do Golfo, reverteram, em agosto último, as expectativas de inflação declinante. A reaceleração dos aumentos de preços indicou claramente ao Governo que cabia a adoção de novas medidas, capazes de aprofundar o programa original e que permitissem o prosseguimento das reformas econômicas.

As ações já empreendidas e as que submeti ao Congresso Nacional apontam na direção da modernização da economia. À transitoriedade da trégua nos preços — necessária à quebra das expectativas inflacionárias — sobrepõem-se o fim da indexação da economia, o aprofundamento da disciplina fiscal pelo maior controle do gasto público e das estatais, as reformas do sistema financeiro, a criação dos Fundos de Aplicação Financeira e do Fundo de Desenvolvimento Social, a adoção de moderno indicador de referência para a taxa de juros que rompe a automática ligação entre inflação passada e futura, a implementação do Plano Diretor de Mercado de Capitais e da progressiva redução das alíquotas do Imposto de Importação.

Não me afastarei da trilha da modernidade cujos marcos se evidenciam no elenco das medidas citadas. A jornada para esse novo patamar de desenvolvimento será mais curta e menos penosa na medida em que formos capazes de estancar a inflação.

Convido, assim, à reflexão os que tendem a contemporizar com os aumentos excessivos de preços,

com os pleitos salariais acima do que seria economicamente viável e os lenientes com os desperdícios e inefficiências no Estado e suas empresas. Os indulgentes com a inflação estão coniventes com a injustiça social. A repartição mais justa da riqueza tem como pré-requisito a derrota da inflação. Esta não é uma bandeira só do Governo, mas uma aspiração de toda a sociedade brasileira, representada no Congresso em sua plenitude e legitimidade. Cabe, pois, a esta Casa o papel relevante de promover, pela chancela do Direito, e induzir, pela formação de atitudes e expectativas, o processo de combate à inflação.

Estou consciente de que o necessário ajustamento da economia pode acarretar sacrifícios para a sociedade. A minoração desses sacrifícios, ou sua distribuição desigual, de maneira a poupar os menos afortunados, só poderá ser conseguida se os diferentes segmentos da sociedade e o Governo pactuarem entre si. O Congresso Nacional tem que ter participação decisiva na conquista desse entendimento: sobram-lhe competência e legitimidade e creio não lhe faltar empenho.

É no contexto da perspectiva da participação do Congresso que pretendo conduzir o País ao caminho da modernidade. Como assinalou em recente artigo um cientista social brasileiro, as transformações políticas que ocorreram nos últimos anos da década de 80, notadamente na Europa, aliadas às inovações tecnológicas que alteraram as tradicionais vantagens comparativas de um país, fizeram encolher o leque de opções administrativas dos governos. Eficiência, produtividade e economia de mercado não são mais palavras e expressões características dos países capitalistas. A grande globalização que presenciamos na economia mundial impõe competência na gestão macroeconômica e competitividade na produção de bens e serviços. Não há alternativa à crescente integração econômica mundial. A opção autárquica levará o País ao isolamento.

mento político e à falência econômica. As economias de mercado não somente produzem mais riqueza que as centralmente planificadas como ensejam mais liberdade e democracia. Isto nos demonstra a evidência histórica recente. O pluripartidarismo, de que os Senhores Congressistas são manifestação concreta, não se nutre da concentração da riqueza nas mãos do Estado mas, antes, de sua dispersão pelos diferentes agentes econômicos.

O Programa de Desestatização; a promoção da qualidade, da produtividade e da capacitação tecnológica; a desregulamentação da atividade econômica; a reforma administrativa; e a nova política industrial e de comércio exterior, nela compreendida a reforma tarifária, são realizações concretas e em pleno curso que demonstram que o Brasil escolheu o caminho da reforma para integrar-se mais rapidamente à nova sociedade internacional.

A modernização do Estado brasileiro e a adequação da economia aos imperativos da contemporaneidade não estarão completas se não forem acompanhadas do reexame de normas e princípios consagrados no texto constitucional vigente.

A lealdade e obediência que devoto à Constituição não me inibem de conelamar os Senhores Congressistas à tarefa de buscar seu aprimoramento. A abrangência dos 315 artigos do texto constitucional o torna permeável a modificações aperfeiçoadoras, já previstas pelo Constituinte de 1988, quando programou a revisão constitucional para outubro de 1993, que prestigiosos congressistas já postulam a antecipação.

Senhores Senadores, Senhores Deputados,

O desenvolvimento tem como ponto de partida e meta final o homem. O capital humano é hoje, certamente, o elemento primordial na promoção do cresci-

mento econômico. Não se registra um só caso no mundo moderno de um país que esteja na vanguarda do progresso cujo capital humano seja de má qualidade. Os exemplos mais evidentes que hoje nos fornece a comunidade internacional são precisamente os de países que alcançaram riqueza num quadro de carência de recursos naturais, mas abundante de recursos humanos de boa qualidade. São esses recursos que possibilitam a geração de tecnologia, fator decisivo no mundo moderno na separação entre ricos e pobres. O investimento na formação intelectual é tarefa a que atribuo grande prioridade, como forma de melhorar drasticamente o atual quadro brasileiro, de insuficiente e comprometedora taxa de escolaridade, no ensino fundamental. A disseminação do conhecimento é poderoso indutor de mobilidade social vertical e, por conseguinte, da distribuição da renda. A educação está na base da riqueza das nações.

Particularmente nesse campo, o trabalho do Executivo depende em muito do Legislativo: peço aos Senhores Congressistas empreenderem ação determinada junto aos governos estaduais e municipais para que sejam alocados recursos ao ensino de primeiro e segundo graus no montante determinado pela Constituição, no mínimo. Os esforços que o Governo Federal está empreendendo para desenvolver programas de alfabetização em massa necessitam ser complementados pela educação básica, cuja responsabilidade constitucional cabe também aos Estados e Municípios.

A dramática situação da infância no Brasil exige providências imediatas. A perda considerável de vidas ceifadas prematuramente, em razão da fome, da má qualidade do atendimento do sistema de saúde e da falta de saneamento básico; o abandono de milhões de crianças que perambulam por nossas cidades, expondo-se a todo tipo de degradações e violência, é uma tragédia que tem de acabar. Meu governo, com senti-

do de urgência, tem trabalhado para reverter esse inaceitável panorama, mediante a mobilização racional de recursos financeiros e humanos. O projeto do «Ministério da Criança» é o instrumento institucional mais adequado para coordenar as ações que estão sendo desenvolvidas na assistência à infância.

Cada menor abandonado é um sinal de alerta que deve despertar dor de consciência em todo cidadão movido pelos ideais de justiça e de respeito aos direitos humanos. A missão de pôr termo a esse estado de coisas talvez seja das tarefas mais nobres e inspiradoras de meu governo. Conto com a ajuda do Congresso Nacional para alcançar esse objetivo.

A preocupação e a seriedade com que os Poderes constituídos da República têm tratado as questões sociais no País estão contribuindo para a fixação de uma nova imagem do Brasil no exterior.

No domínio da política externa, o Brasil tem sido protagonista de decisões importantes e tem participado ativamente no encaminhamento dos grandes problemas mundiais. Sob meu governo, a luta pelo desenvolvimento ganhou nova feição e novo direcionamento, erigindo como componentes básicos do esforço de modernização a maior abertura à competição externa e a inserção crescente do Brasil na economia internacional. Esse conjunto integrado de decisões de política econômica amplia de forma substancial as oportunidades de cooperação para parceiros internacionais do País nas áreas comercial, financeira e tecnológica. Uma das consequências de grande monta dessa ampliação de oportunidades é o novo impulso que se pode dar, pelo lado brasileiro, ao processo, que já se encontrava em curso, de aproximação e integração com os países da América Latina e, em particular, com nossos vizinhos do Cone Sul.

O ganho de legitimidade no quadro interno do País, a defesa intransigente das liberdades públicas e

dos direitos humanos, e a prioridade concedida à preservação ambiental projetam na cena internacional uma nova imagem da sociedade brasileira. A defesa clara dos princípios cardeais do Direito das Gentes, o respeito estrito às decisões emanadas dos organismos internacionais e a coerência e a transparência de nossa atuação passam a gerar maior confiabilidade ao País e configuram possibilidade de uma inserção mais eficaz no meio internacional.

O tema da dívida externa é uma das questões de que trato com interesse e prioridade, pois todos sabemos que do equacionamento equilibrado e racional desse problema depende o futuro da integração da economia brasileira no fluxo internacional de comércio e investimentos. Tenho procurado encetar negociações sérias e realistas com os credores do País, a fim de alcançar soluções de compromisso que possam ser efetivamente honradas, sem sacrifícios adicionais para a Nação.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Os cidadãos de boa-fé sabem que nesse primeiro ano de governo não poupei energia e esforço para dar o encaminhamento correto e legítimo aos principais problemas nacionais. Encontrei nesta Casa apoio e inspiração para governar sob o signo da transparência, com a perspectiva da complexidade e amplitude das gravíssimas questões que estão a exigir solução imediata e, se possível, definitiva. Procurei governar com absoluto sentido de prioridade.

Procurei, igualmente, governar com autoridade, com firmeza, sem transgredir, contudo, os preceitos da legitimidade. A generosidade, a imparcialidade, a disposição permanente para o diálogo foram balizas para minha conduta.

Procurei, ainda, governar de acordo com o projeto que foi consagrado nas urnas, mas sem preconcei-

tos ideológicos, sempre disposto a ouvir e a buscar o consenso. Mantive permanentemente o sentido do interesse nacional, lastreado, embora, na percepção clara de nossa posição no mundo: o Brasil não pode ceder ao provincianismo, mas tampouco pode iludir-se com um cosmopolitismo ingênuo.

Acredito que, em seu conjunto, o balanço desses primeiros meses de governo é extremamente positivo. Não ignoro, nem subestimo, eventuais falhas ou omissões. Por todas elas sou responsável. Não se deve, contudo, ignorar as conjunturas nacional e internacional nem sempre favoráveis. Os resultados colhidos até o momento deixam-me confiante: eles demonstram que as mudanças são possíveis, que o povo brasileiro aceitará o sacrifício passageiro, se sentir que dele advirá um tempo de prosperidade, justiça e paz social.

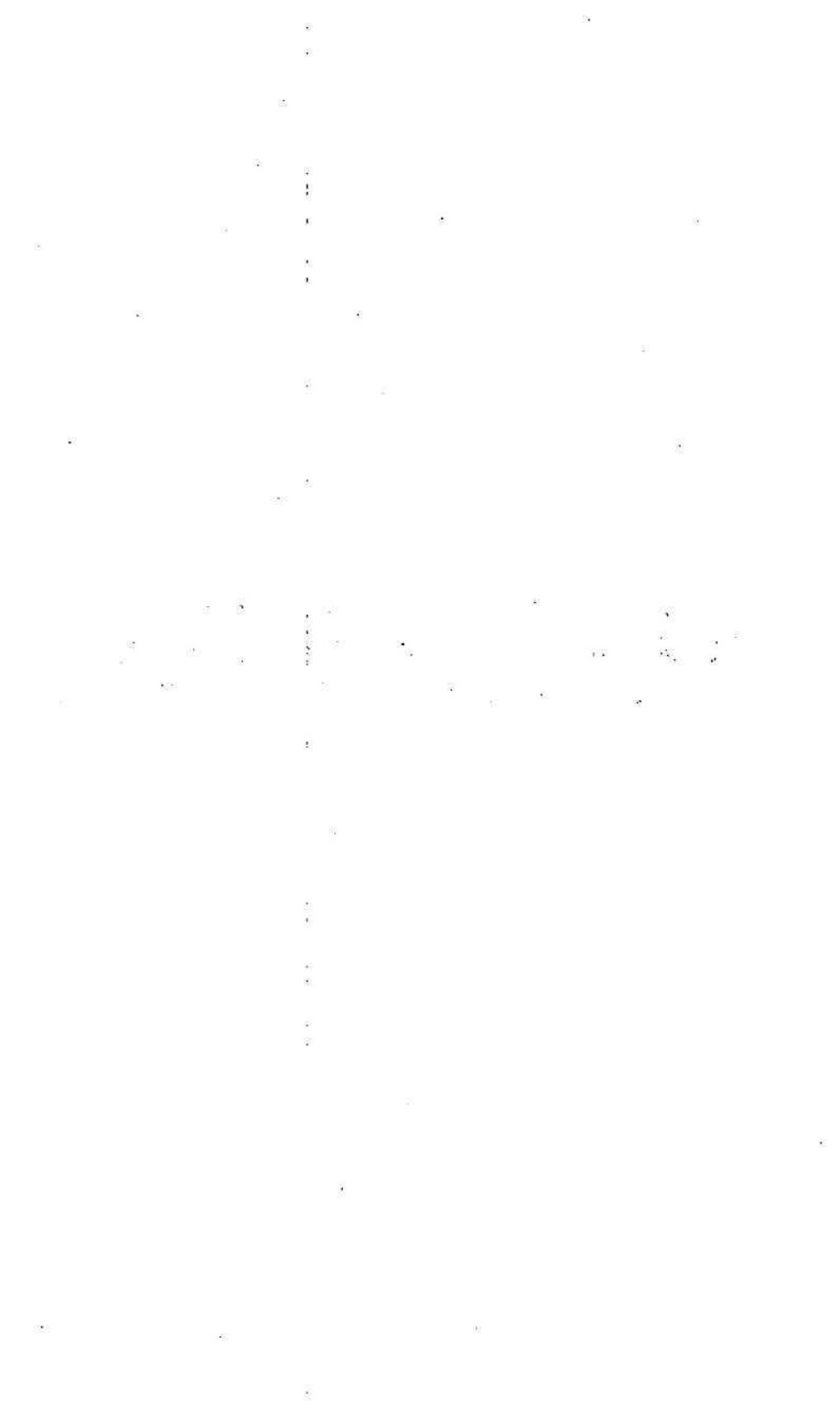
Estou convicto de que a construção de um Brasil Novo depende do trabalho individual de cada brasileiro. Talento e recursos naturais são relevantes, mas sem trabalho árduo não se constrói uma grande nação.

A construção desse Brasil Novo, porque depende essencialmente da nossa vontade e constitui tarefa de todos e de cada um; haverá de ser conduzida em clima de diálogo e de entendimento — sem barreiras intransponíveis entre Governo e Oposição — no marco de pluralismo político consagrado no primeiro artigo da nossa Constituição.

Brasília, 15 de fevereiro de 1991

FERNANDO COLLOR
Presidente da República

**PLANO DE ESTABILIZAÇÃO
ECONÔMICA E MODERNIZAÇÃO
DO ESTADO E DA ECONOMIA**



A CRISE ECONÔMICA E OS ANTECEDENTES DO PLANO DE ESTABILIZAÇÃO

O Brasil enfrentou, durante a década de oitenta, profundo e persistente desequilíbrio macroeconômico, marcado por elevadíssimas taxas de inflação — que cresceram de forma quase ininterrupta, saltando de 100% ao ano, no início da década, para quase 1.800% anuais ao seu final — pela estagnação do produto *per capita*, que cresceu apenas 0,4% em 10 anos, e pela deterioração do padrão de vida das camadas menos favorecidas da população.

No início da década, exauriram-se as forças propulsoras que vinham até então promovendo o crescimento econômico do País: o investimento produtivo estatal financiado por poupança externa, secundado pelo investimento privado baseado em ampla concessão de incentivos e subsídios e num protecionismo que transformou a economia brasileira em uma das mais fechadas do mundo.

A resposta adotada por ocasião do primeiro choque do petróleo — a utilização do endividamento externo para atenuar e postergar os custos do ajustamento — não estava mais disponível para se enfrentar os novos choques do fim dos anos 70 e do início dos anos 80. O governo foi forçado a realizar, embora de forma precária, o ajustamento externo. O ajustamento interno, porém, foi novamente adiado, recorrendo-se ao endividamento interno e à expansão mo-

netária para financiar o pagamento da dívida externa e o continuado déficit do setor público.

O equilíbrio externo — obtido por meio da ampliação de exportações estimuladas por subsídios e grandes desvalorizações cambiais, pela substituição de importação subsidiada no setor energético e por drástica contenção das importações — resultou precário, porque não se fez acompanhar das necessárias reformas domésticas. Além disso, as transferências de renda líquida ao exterior (em média 4,3% do PIB ao ano), realizadas durante a década, eram incompatíveis com a necessidade de manter nível adequado de investimento, o que inviabilizava, a médio prazo, a própria manutenção dessas transferências ao exterior.

Nem o Estado nem o setor privado dispuseram-se a empreender as reformas e a modernização necessárias à superação da crise. De um lado, cortes de despesa pública insuficientes e mal direcionados, além de não restaurarem o equilíbrio financeiro do Estado, acabaram por levar à deterioração da infra-estrutura básica e por comprometer, no médio prazo, a capacidade e eficiência do sistema produtivo do País. O investimento público reduziu-se, a participação da receita tributária no produto declinou e o equilíbrio financeiro das empresas estatais ficou comprometido pelo controle artificial de tarifas, configurando-se um quadro de crise fiscal e falência do Estado.

De outro lado, o setor privado, protegido por reservas de mercado, subsídios e auxílios, acomodou-se à crise do Estado. Preferiu emprestar ao Governo a investir na produção. Assistiu-se, assim, ao progressivo atraso tecnológico e à perda de eficiência e competitividade do parque produtivo do País.

O círculo vicioso de aumentos no câmbio, salários e preços numa economia indexada, e o financiamento da compra de grandes superávits comerciais, mediante endividamento interno e emissão de moeda, levaram à aceleração crescente da inflação e ao consequente acirramento do conflito distributivo.

A resposta à aceleração inflacionária mais uma vez concentrou-se nos efeitos sem ataques às causas. Foram

ampliados os mecanismos de indexação e reduzidos os prazos de correção de preços e salários. Infelizmente, a ilusão da indexação, que minora os efeitos imediatos da inflação apenas para, em seguida, acelerar a espiral inflacionária e tornar cada vez mais difícil o combate às suas causas, não conseguiu evitar que os economicamente mais fracos fossem os mais atingidos. A concentração de renda piorou durante a década em razão da inflação e da estagnação econômica. Em 1989, os 10% mais ricos da população detinham 53% da renda nacional, contra 47% em 1981. Esse grupo mais rico obteve ganhos reais de 49% durante a década, enquanto os 10% mais pobres perderam 12%.

As tentativas de estabilização, adotadas na segunda metade da década, continuaram sem atacar os problemas básicos da crise fiscal do Estado e da falência do modelo intervencionista.

Com o crescimento continuado e alarmante da dívida pública interna, qualquer aumento na taxa de juros real para combater a inflação transformava-se rapidamente em aumento do déficit do maior devedor, o Governo. A aceleração da inflação e o risco de rejeição dos títulos públicos levaram ao estabelecimento de compromisso de recompra diária desses papéis, o que acabou por anular completamente a eficácia, já bastante comprometida, dos instrumentos de política monetária.

Após uma década de crise, a conjuntura econômica no primeiro trimestre de 1990 era calamitosa. Os encargos da dívida mobiliária do Governo, que, no primeiro trimestre de 1989, representavam 1,2% do PIB, elevaram-se em princípios de 1990 para 6,6% do PIB. O déficit de caixa do Tesouro passara de 0,7% para 7,7% do PIB, entre o primeiro e o último trimestre de 1989. A inflação, que em 1989 atingira 1.783% ao ano (IGP-DI/FGV), continuava se acelerando rapidamente, situando-se acima de 80% ao mês no início de março de 1990. As despesas de pessoal do Governo Federal cresceram abruptamente no último trimestre de 1989, aumentando 52% em termos reais em relação à média do período janeiro-setembro daquele ano. A economia, embora tendo crescido 3,2%, em 1989, já vinha desacelerando e apresentava desempenho negativo nos primeiros

ros meses de 1990. A especulação desenfreada nos mercados de ativos reais indicava a completa falta de confiança dos investidores.

A história das diversas políticas e planos de ajustamento implementados ao longo da década mostra que todos tiveram em comum a tentativa de elidir a crise sem arcar com seus custos e de superar as dificuldades sem abandonar o modelo de crescimento baseado no intervencionismo estatal exacerbado e no protecionismo desmedido ao setor privado.

ESTABILIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ECONOMIA

O novo Governo decidiu atacar com determinação e coragem esse quadro e, desde março último, vem implementando um amplo e profundo conjunto de políticas visando a estabilizar a economia e lançar as bases de um Brasil Novo, mais próspero e mais justo. Resumidamente, buscou-se alcançar dois objetivos inter-relacionados, que vêm sendo perseguidos de forma simultânea e coordenada:

- afastar a ameaça de hiperinflação, reduzir e estabilizar a taxa de inflação; e
- realizar amplas reformas estruturais que modernizem o Estado e a economia brasileira, criando condições para a retomada do crescimento auto-sustentado, com estabilidade de preços e melhor distribuição da renda.

PLANO DE ESTABILIZAÇÃO

Com o objetivo primeiro de evitar a hiperinflação, reduzir e estabilizar a taxa de aumento de preços, vem sendo implementado um Plano de Estabilização Econômica que

contempla um conjunto articulado de medidas nas áreas de políticas monetária, fiscal, cambial e de rendas, e na renegociação da dívida externa. Essas políticas, todas direcionadas ao mesmo fim básico de estabilizar a economia, buscaram alcançar rigoroso controle da liquidez, eliminar o déficit operacional do setor público, estimular a desindexação geral do câmbio, dos preços e salários, e compatibilizar as transferências ao exterior com as necessidades internas de estabilidade de preços e de crescimento econômico.

Paralelamente, reformas institucionais visando a modernizar o Estado e a economia — como a reforma administrativa e patrimonial, a desregulamentação, a privatização e a política de liberalização de importações —, ao reduzirem as despesas públicas e aumentarem o grau de competição e eficiência do sistema econômico, vêm dando também contribuição importante e indispensável para o combate à inflação.

As políticas de estabilização e modernização da economia têm sido, na verdade, implementadas de forma complementar e integrada, com seus efeitos se reforçando mutuamente.

Política Monetária

A tarefa que se impunha de imediato era a adoção de profunda reforma monetária que afastasse a ameaça da hiperinflação, produzisse queda expressiva da taxa de inflação e resgatasse a eficácia dos instrumentos de controle da moeda.

Para atingir esses objetivos, alterou-se o padrão monetário, restaurando-se o cruzeiro, com paridade de 1 para 1 em relação ao cruzado novo, e instituiu-se a inconversibilidade temporária de parte dos haveres financeiros denominados na antiga moeda, o que gerou uma redução imediata de cerca de 2/3 do estoque de meios de pagamento em sentido amplo (M_4). Estabeleceram-se limites para conversão imediata por tipo de ativo, remunerando-se a parcela temporariamente retida com juros de 6% ao ano mais cor-

reção monetária, devendo esses recursos ser convertidos em cruzeiros e devolvidos a partir de 16 de setembro próximo em 12 parcelas mensais.

A facilidade com que grande parte do estoque de haveres financeiros poderia ser convertida em fluxo monetário, em razão da liquidez quase imediata da maior parte dos ativos que o integravam e do elevado grau de incerteza e desconfiança de seus detentores, não deixava alternativas à adoção da inconversibilidade temporária, caso se quisesse evitar o risco de uma monetização maciça de tais haveres, o que lançaria o País na hiperinflação.

Após a adoção dessas medidas, seguiu-se uma fase de remonetização da economia, usual em períodos de queda brusca da inflação. A base monetária e M1 cresceram acen-tuadamente nos meses de março a maio, denotando a maior preferência do público por papel moeda e por depó-sitos à vista (M1), ao mesmo tempo em que caíram, em termos reais acumulados, todos os demais haveres financeiros.

Procurou-se, também, nesse período, autorizar casos especiais de conversão de cruzados novos em cruzeiros pa-ra proteger segmentos sociais e setores econômicos particu-larmente vulneráveis. Foram autorizadas, entre outras, conversões para aposentados, desempregados e doentes e instituídas linhas especiais de crédito para pagamento de folhas salariais de pequenas empresas e para financiar o ca-pital de giro de setores econômicos especialmente afetados em razão de seu ciclo de produção mais longo — como a agricultura, a construção civil e a indústria de bens de ca-pital. Essas medidas e as conversões originalmente já pre-vistas para pagamento de tributos federais, estaduais e mu-nicipais resultaram em recomposição parcial dos meios de pagamento globais (M4), os quais haviam sido reduzidos, de 22,6% do PIB em fevereiro, para 8,6% em março e, em maio, já alcançavam 12,3% do PIB.

A partir de maio, finda a fase de remonetização, o Governo passou a executar política monetária restritiva, concentrando-se no controle quantitativo dos agregados monetários e deixando ao mercado a fixação da taxa de ju-ros. Como conseqüência, a base monetária e M1 apresenta-

ram queda real acumulada no período junho a dezembro de, respectivamente, 28% e 9% (deflator IGP-DI), e o comportamento dos meios de pagamento totais (M4) em relação ao PIB manteve-se estabilizado em torno de 12% do PIB.

A taxa real de juros das operações lastreadas com títulos federais, que funciona como referência básica para as demais taxas de juros do mercado, mostrou-se positiva no segundo semestre, especialmente a partir de setembro.

Dentre as diversas medidas adotadas na implementação da política monetária, cabe destacar a substituição das Letras Financeiras do Tesouro (LFT) pelas Letras do Tesouro Nacional (LTN) como o principal papel de operação no mercado aberto. Foi eliminada a garantia, vigente durante toda a década passada, de recompra automática ao final de cada dia dos títulos públicos não negociados pelos bancos privados, o que reintroduziu o risco nas operações com esses papéis e passou a permitir a efetiva utilização das operações de mercado aberto para o controle da moeda.

As LFTs, que representavam 90% do estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF) em fevereiro de 1990, tiveram esta participação reduzida a apenas 16% em dezembro último, ao passo que o novo título lançado em maio, a LTN, representava, no final de 1990, apenas 5% daquele estoque, indicando que sua emissão se pautou pelas exigências das operações de controle da moeda e não pelas necessidades de financiamento do setor público.

Buscou-se também induzir um alongamento do prazo das aplicações, mediante a instituição, para operações inferiores a 18 dias úteis, do IOF com alíquotas diferenciadas de acordo com o prazo da aplicação.

Foram igualmente modificadas as regras referentes ao recolhimento compulsório dos bancos, estipulando-se novas alíquotas, alterando-se a sistemática de cálculo da média dos depósitos sujeitos a recolhimento, ampliando-se a base de cálculo para incluir os depósitos em trânsito, reduzindo-se o período de ajustamento e estabelecendo-se multas pecuniárias para as deficiências de recolhimento.

Política Fiscal

O êxito dessas medidas de política monetária esteve diretamente vinculado à acentuada melhoria da situação fiscal. Em 1990, foi realizado um ajuste fiscal sem precedentes na história econômica recente do Brasil.

A execução financeira do Tesouro Nacional apresentou superávits de caixa em todos os meses a partir de abril. O déficit de Cr\$ 254,5 bilhões, acumulado nos primeiros 3 meses do ano, foi revertido graças aos superávits obtidos após o Plano, sendo possível registrar para o período janeiro a dezembro de 1990, um superávit fiscal acumulado de Cr\$ 94,7 bilhões. Somando-se a este total as receitas dos Certificados de Privatização, o superávit acumulado de janeiro a dezembro de 1990 atinge Cr\$ 128,8 bilhões, contrastando com um déficit, a preços de 1990, de Cr\$ 2,6 trilhões, em 1989.

Além de registrar seguidos superávits, a partir de abril o Tesouro não só suspendeu a emissão de novos títulos da dívida pública, como passou a utilizar seus superávits para remir antecipadamente títulos federais, tendo resgatado, no ano de 1990, cerca de Cr\$ 722 bilhões de títulos com vencimentos em 1991 e no início de 1992, reduzindo-se assim o estoque da dívida e seus encargos para o ano de 1991, já que foram resgatados os títulos mais onerosos para o Tesouro Nacional.

Graças ao conjunto de medidas adotadas para elevar receitas e cortar despesas, o déficit operacional potencial para 1990, estimado em 9% do PIB, transformou-se num superávit operacional preliminarmente estimado em 0,8% do PIB, o que representou um ajuste de 9,8%.

Foram implementadas diversas medidas objetivando-se o aumento das receitas tributárias por meio da ampliação da base de arrecadação e da elevação da carga fiscal efetiva, dentre as quais merecem destaque: o estabelecimento temporário de incidência do IOF sobre as operações de resgate e transferência de estoques de títulos, ações, valores mobiliários, ouro e depósitos de poupança existentes anteriormente à posse do Governo; a elevação das alíquotas do

IPI incidentes sobre bebidas e bens de luxo; a revogação das isenções e reduções do IPI sobre alguns produtos importados; a revogação da isenção do Imposto de Renda sobre ganhos de capital obtidos em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros; a instituição, a partir de 1991, do Imposto de Renda sobre o lucro em atividades rurais; a majoração de 18% para 30% da alíquota do imposto de renda sobre o lucro nas exportações de manufaturados e serviços; a suspensão e reavaliação de diversos incentivos e benefícios fiscais; o fim do anonimato fiscal, mediante a obrigatoriedade de adoção de títulos e papéis nominativos para toda e qualquer transação de valor superior a 100 BTNs; e a intensificação do combate à sonegação e à fraude fiscal. Esse conjunto de medidas redundou num aumento real de 19% da receita em 1990, se comparado com 1989.

Paralelamente a essas medidas de aumento de receitas, foram adotadas providências para o corte de despesas, que redundaram em uma queda real dos dispêndios de 35%, apesar do extraordinário crescimento real de 65% observado nas transferências constitucionais a Estados e Municípios e do pequeno acréscimo real de 4% nas despesas de pessoal, reflexo das recomposições salariais de fins de 1989 e princípios de 1990. O decréscimo das despesas com encargos da dívida mobiliária federal e a contenção geral das despesas de custeio e investimento, que apresentaram redução real de 58%, mais do que compensaram aqueles acréscimos.

O Plano de Estabilização alterou significativamente o perfil da dívida pública mobiliária federal, reduzindo seu estoque, alongando seu prazo e diminuindo substancialmente seus encargos. O estoque total da DPMF, no final de dezembro, atingiu Cr\$ 18,9 trilhões, acusando uma queda real de 27% (deflator INPC) em relação a 1989, contrastando com o crescimento real de 5% ocorrido naquele ano em relação a 1988. O prazo médio de vencimento, que no final de 1989 era de 4 meses e meio, foi substancialmente沿gadido em razão da substituição de cerca de 80% dos títulos públicos bloqueados por Bônus do Tesouro Nacional — Série Especial (BTN-E), cujo resgate se fará em 12 parcelas mensais a partir de setembro próximo. Os encargos da

dívida tiveram redução real de 88% (deflator INPC médio) em 1990, em comparação com os gastos previstos, não só em razão da redução do estoque, como em virtude da diminuição dos juros reais pagos.

Política Cambial

A reforma da política cambial representou grande desafio para o novo governo. A fixação de uma taxa de câmbio oficial reforçava práticas de indexação que se pretendia abolir, criava vinculação indesejada entre as áreas cambial e monetária e subordinava a política cambial à conjuntura de esforços antiinflacionários, causando freqüentes problemas de atraso cambial e de incertezas para o setor exportador.

O mercado com taxas livres, instituído a partir de março, constitui grande avanço para a liberalização e desindexação da economia. As intervenções do Banco Central no mercado de câmbio passaram a ser balizadas pelas metas estabelecidas para as reservas internacionais.

A partir de março, iniciou-se correção paulatina da sobrevalorização do cruzeiro em relação à moeda norte-americana, acumulada em razão da defasagem cambial do período anterior ao Plano. Esse processo acentuou-se a partir de meados de setembro. O mecanismo de mercado mostrou-se suficientemente flexível para reagir à sinalização transmitida pela substancial redução do saldo comercial em setembro e outubro. De março a dezembro houve uma desvalorização nominal acumulada do cruzeiro de 299%, que significou variação real positiva de 41% (deflator IPA) na taxa de câmbio cruzeiro/dólar.

O País registrou em 1990 superávit comercial de US\$ 11 bilhões e acumulou reservas internacionais, no conceito de caixa de US\$ 8,7 bilhões no final de dezembro, contra US\$ 5,4 bilhões em março último.

Políticas de Rendas

O custo social, em termos de desemprego e queda do produto, de um programa de combate à inflação baseado apenas nos mecanismos tradicionais das políticas monetária e fiscal pode tornar-se bastante elevado em casos como o brasileiro. Por um lado, existem sérias imperfeições de mercado criando rigidez no sistema de preços relativos e ocorrem práticas de aumentos defensivos de preços. Por outro lado, não existem mecanismos adequados de proteção ao desempregado. Nesses casos, a adoção de uma política de rendas, como coadjuvante das políticas monetária e fiscal reduz substancialmente os custos sociais do ajustamento.

A fim de lograr êxito, a política de rendas depende de sua aceitação consensual por parte dos principais agentes econômicos e, para tal, o critério mais viável é o de procurar estabilizar salários e margens de lucro pelas médias passadas e não pôr suas posições de pico.

O papel do governo, nessa área, foi o de criar condições que estimulassem a livre negociação entre os agentes e que privilegiassem a restauração das posições médias dos diversos tipos de renda. Buscou-se estimular a livre negociação entre os agentes, ao mesmo tempo em que se reconhecia a necessidade de criar mecanismos para coibir abusos do poder econômico e a conveniência de se estabelecer esquemas temporários para proteger segmentos sociais menos afortunados, assegurando-se distribuição mais equitativa dos custos do ajustamento.

Imediatamente após o anúncio do Plano de Estabilização, adotaram-se providências temporárias de controle de preços com o fim de romper a inércia inflacionária inicial. Tais medidas começaram a ser flexibilizadas 45 dias depois de adotadas, com a liberalização de preços dos setores competitivos da economia, a qual se estendeu rapidamente para os demais setores.

Ao mesmo tempo em que adotava a liberdade de preços como sistema geral, o governo instaurou um sistema de monitoramento *a posteriori*, propôs legislação específica

para reprimir casos individuais de abusos do poder econômico, praticados por empresas ou setores oligopolizados, e fortaleceu os mecanismos de defesa da concorrência.

Medidas referentes à desindexação do câmbio e dos juros, já referidas anteriormente, foram também implementadas.

Instituiu-se o regime da livre negociação para os aluguéis residenciais e para as mensalidades escolares, mantendo-se, ao mesmo tempo, regras de proteção aos inquilinos e aos pais de alunos, em razão das carências estruturais de oferta e dos elevados custos de recontratação que se verificam nesses setores.

Na área da política salarial, ao mesmo tempo que propôs o sistema da livre negociação, o governo adotou medidas estabelecendo como patamar mínimo a reposição do salário efetivo: o salário médio de caixa percebido no período de 12 meses anterior à data-base. Em relação ao salário mínimo, instituiu-se legislação que garantia aumento anual de 42% acima do reajuste pelo Índice da Cesta Básica, o qual foi concedido bimestralmente. Ainda em relação às faixas salariais mais baixas, inclusive salário mínimo, determinou-se a concessão de abono salarial no mês de agosto de 1990.

A tenacidade com que o governo buscou a livre negociação e recusou regras ilusórias de indexação decorre da convicção, corroborada por nossa história recente, de que não há regra de indexação que possa proteger adequadamente os salários reais em um cenário de inflação crescente. Por outro lado, a existência da indexação de salários contribui para a manutenção e para a aceleração da inflação.

Ao mesmo tempo em que adotava essas medidas, o governo patrocinou negociações entre as principais partes envolvidas com vistas a chegar-se a um entendimento nacional que, tendo como objetivo primordial reduzir e estabilizar a inflação pudesse diminuir os custos desse processo. Infelizmente, não se logrou êxito nessas negociações.

Renegociação da Dívida Externa

Obtidos os primeiros resultados das medidas internas do Plano de Estabilização, o governo iniciou o processo de renegociação da dívida externa, com vistas a alcançar acordo compatível com a estabilidade de preços e com o crescimento econômico que, assim, pudesse ser honrado de forma continuada, restaurando a credibilidade externa do País.

Embora o setor público seja responsável por cerca de 90% da dívida externa, apenas pequena parte de seu produto é constituída por bens exportáveis, cabendo basicamente ao setor privado a geração de superávits comerciais. Por essa razão, a capacidade da economia de gerar superávit comercial, embora seja condição necessária ao pagamento da dívida externa, não é condição suficiente. A principal limitação é de caráter fiscal, relacionando-se com a capacidade de pagamento do principal devedor, o setor público. Ao ignorar essas circunstâncias, e forçar o setor público a realizar transferências ao exterior superiores à sua capacidade de pagamento de longo prazo, os acordos anteriores de renegociação da dívida externa geravam um círculo vicioso de queda de crescimento, inflação, interrupção dos pagamentos e perda de credibilidade tanto interna como externa, que, por uma vez, diminuía ainda mais os fluxos de capital externo para o País. Essa foi a experiência dos anos 80.

O novo enfoque adotado em relação à dívida externa parte da verificação de que o setor público brasileiro é solvente a longo prazo, porque capaz de gerar superávit primário suficiente para fazer declinar a dívida pública líquida total (interna e externa) em relação ao PIB. Pode, portanto, realizar o pagamento integral da dívida externa, sem desconto, desde que seja possível obter refinanciamento de longo prazo para seu serviço. Naturalmente, aqueles credores que desejem ou necessitem eliminar seus saldos em prazos mais curtos terão de aceitar descontos mediante redução do estoque da dívida ou de seu serviço.

A partir desse enfoque, o Governo apresentou aos credores internacionais proposta de renegociação que prevê pagamentos externos reduzidos na fase crítica do Plano de Estabilização, em razão da prioridade a ser dada nos primeiros anos à própria estabilização da economia e ao pagamento da dívida interna. Restauradas, porém, a confiança interna e o crescimento econômico, seria possível aumentar os pagamentos da dívida externa, destinando-se aos credores internacionais percentagens crescentes dos recursos disponíveis.

Estruturada dentro dessas linhas, a proposta brasileira envolve esquemas alternativos de securitização da dívida pública externa, a inteira liberação dos pagamentos referentes aos débitos privados e a possibilidade de utilização dos novos títulos externos no programa de privatização das empresas estatais e em outros programas de conversão de dívida.

Várias rodadas de negociação foram realizadas, nas quais o Brasil vem mantendo posição flexível e construtiva, disposto a estudar as sugestões e alternativas que vêm sendo apresentadas pelos credores externos. A firme expectativa do Governo brasileiro é a de que será possível chegar a um acordo mutuamente satisfatório, pelo qual a normalização das relações com a comunidade financeira internacional contribua para a retomada do crescimento sustentado do País.

MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ECONOMIA

De forma coordenada com as medidas de estabilização da economia, o governo vem empreendendo um conjunto de reformas de longo prazo, cujo objetivo principal é modernizar o Estado e a economia brasileira.

Deseja-se, de um lado, racionalizar a atuação do Estado, diminuir-lhe os custos, aumentar-lhe a eficiência e reduzir sua participação em áreas onde não é indispensável sua presença, a fim de que se possa ampliar sua atuação naqueles setores em que exerce papel insubstituível.

De outro lado, busca-se elevar a produtividade e competitividade do setor privado, aumentando sua capacitação tecnológica e sua exposição à competição internacional, a fim de que possa vir a liderar novo ciclo de crescimento da economia brasileira, baseado, não em salários baixos e no uso extensivo e predatório de recursos naturais, mas no aumento da produtividade e na inovação tecnológica.

Com esses objetivos, um amplo conjunto de medidas vem sendo implementado nas áreas da reforma administrativa e patrimonial do Estado, da desregulamentação da economia, da privatização e das políticas industrial e de comércio exterior.

Reforma Administrativa e Patrimonial

O objetivo da reforma administrativa do governo é prover o Poder Executivo Federal de uma estrutura administrativa moderna e eficiente, pelo redimensionamento e redistribuição do quadro de pessoal, pela execução de programas de formação de servidores e pela execução da reforma patrimonial. Dessa forma, a redução do setor público contempla não somente a redução de despesas, mas, principalmente, o aumento da eficiência.

O número de ministérios foi reduzido de 23 para 12, sendo criadas 7 secretarias vinculadas à Presidência da República. Na área de pessoal, em 1990, foram afastados 158.295 servidores públicos federais, incluindo 35.983 funcionários estáveis, colocados em disponibilidade.

Implantou-se a folha única de pagamento, envolvendo um total de 215 órgãos e entidades e 863 mil servidores, o que permitirá conhecer a lotação efetiva de todos os órgãos

e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e detectar duplo emprego e pagamentos indevidos.

Na atividade de alienação de imóveis pertencentes à União, foram vendidos, até novembro, 2.825 imóveis funcionais e 19 residências oficiais, além de 510 unidades da Caixa Econômica Federal. Ao término do processo de venda, será desativada a unidade governamental que administrava esses imóveis.

A venda em leilões de 4.472 veículos oficiais propiciou arrecadação de Cr\$ 1,1 bilhão, além da economia na manutenção da frota desativada.

Desregulamentação

Criado em 15 de março de 1990, o Programa Federal de Desregulamentação busca eliminar a interferência desnecessária do Estado na vida e nas atividades dos indivíduos, aumentar a eficiência da máquina estatal, diminuir os custos dos serviços públicos e eliminar oligopólios, cartéis e privilégios que vicejavam à sombra da regulamentação estatal.

Ao contribuir para o livre funcionamento dos mercados competitivos, para a liberação das forças da iniciativa e criatividade individuais, para o aumento da eficiência na alocação dos recursos e para a redução dos preços e custos para consumidores e contribuintes, a desregulamentação exerce papel fundamental, seja na estratégia de combate à inflação, seja na modernização do Estado e da economia privada.

Os princípios básicos que vêm orientando o Programa incluem a eliminação ou substituição de regulamentos específicos por normas gerais; a descentralização administrativa, transferindo-se sempre que possível a execução de programas para os Estados e Municípios; o fortalecimento das funções do Estado no que se refere ao combate ao abuso econômico e à proteção do consumidor; a melhoria dos

serviços públicos e do atendimento à população; e a remoção de exigências e regulamentos desnecessários, que oneraram a iniciativa privada.

Em sete meses de atuação, foram editados 129 atos liberando a entrada de novos competidores em mercados antes protegidos por regulamentação, simplificando ou extinguindo controles sobre empresas privadas e reduzindo a interferência burocrática na vida dos cidadãos.

As principais medidas adotadas são listadas a seguir:

a) *medidas relativas à remoção de obstáculos à entrada de novas firmas no mercado*: redução das restrições à comercialização de veículos e eliminação de empecilhos à diminuição de preços ao consumidor; eliminação da exclusividade na exploração dos transportes aéreos; fim da exigência de disponibilidade de cota de distribuição de trigo, como condição à instalação de moinhos; dispensa de cadastramento prévio de empresas e liberação das atividades nos seguintes setores: envasilhamento de óleos combustíveis; produção de alimentos para animais; produção, beneficiamento ou comercialização de sementes ou mudas; comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes, estimulantes e biofertilizantes; mistura e envasilhamento de óleos lubrificantes, produção de graxas e derivados de petróleo, rerefino de óleos minerais usados ou contaminados; transporte de hidrocarbonetos e de seus derivados para fins não energéticos; distribuição de laminados planos comuns e inoxidáveis; e química fina;

b) *medidas relativas à simplificação de controles sobre empresas*: permissão para funcionamento do comércio varejista aos domingos, condicionada a prévio acordo coletivo de trabalho; eliminação de controles desnecessários sobre transportes ferroviários; ampliação do limite de potência para aproveitamento de quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica, para uso próprio; simplificação das exigências para instalação de postos revendedores de combustíveis e liberação do exercício de outras atividades comerciais nesses estabelecimentos;

c) *medidas relativas à redução da burocracia na vida do cidadão*: simplificação da movimentação das contas

vinculadas do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS); pagamento do FUNRURAL através das agências dos Correios; extinção da cobrança do selo pedágio; reafirmação das normas que dispensam os recolhimentos de firmas e os atestados de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia e bons antecedentes;

d) medidas relativas às atividades de comércio exterior: simplificação dos formulários de registro e controle das importações e exportações; ampliação da lista de produtos passíveis de entrepostagem aduaneira; autorização às empresas que gozam de isenção tributária na compra de insumos industriais, para adquiri-los, com o benefício, em entreposto industrial; eliminação da prévia aprovação, pelo Governo, do nome do navio para embarque de café e cacaueiro em grão para o exterior.

Programa Nacional de Desestatização

Os principais objetivos do Programa Nacional de Desestatização (PND) são: permitir o redirecionamento na aplicação dos escassos recursos governamentais para as atividades típicas do Estado — educação, saúde, saneamento, segurança, justiça, assistência e previdência social —, as quais a iniciativa privada não pode ou não consegue desempenhar adequadamente, e que foram descuradas pelo Estado nos últimos anos em razão de sua participação excessiva no setor produtivo; reduzir o estoque da dívida pública interna e externa através da troca de ativos reais por passivos financeiros; estimular o desenvolvimento do mercado de capitais pela pulverização e democratização do capital das empresas privatizadas; e aumentar o grau de concorrência na economia vendendo, de forma desmembrada, monopólios e oligopólios estatais.

Trata-se de amplos objetivos de caráter geral que, por serem às vezes conflitantes, requerem compatibilização. A venda desmembrada dos oligopólios estatais, com vistas a aumentar o grau de concorrência da economia, certamente alcançaria preço de venda menor do que se o Governo se

dispusesse a vender monopólios a um único comprador. Por outro lado o objetivo de reduzir o estoque da dívida pública requereria venda pelo maior preço. Da mesma forma, a fim de buscar a pulverização do capital entre pequenos investidores, inclusive entre os empregados das empresas a serem privatizadas, estimulando-se o hábito do investimento de longo prazo em ações, ter-se-á que oferecer condições mais favorecidas a esses segmentos a exemplo do que aconteceu em todos os países onde ocorreram programas semelhantes.

Para garantir a correta compatibilização desses objetivos tendo em vista o interesse geral e não os interesses específicos de ministérios, empresas ou corpos de servidores, o Programa é gerido por uma Comissão subordinada diretamente ao Presidente da República, a qual tem representação diversificada e membros aprovados pelo Congresso Nacional.

A Comissão Diretora iniciou suas atividades em agosto último, após a aprovação pelo Congresso Nacional dos nomes de seus integrantes, e vem desde então desenvolvendo intensos e cuidadosos trabalhos a fim de garantir a segurança, eficiência e transparência que a venda de ativos públicos requer.

A Comissão já examinou a situação de 27 empresas estatais, recomendando a inclusão de 22 no Programa de Desestatização, das quais 18 empresas e diversas participações acionárias foram efetivamente incluídas. Iniciou-se, em seguida, o processo de contratação, por meio de licitação pública, de firmas de consultoria para avaliar econômica e financeiramente tais empresas e para propor o preço mínimo e a forma de venda das ações. O trabalho de avaliação econômico-financeira já se encontra em andamento em praticamente todas as empresas incluídas no Programa. O prazo mínimo para cumprir, com a segurança, todas as etapas do processo é de 6 meses. Estima-se que, ao final do primeiro trimestre de 1991, estarão concluídos os trabalhos e se iniciará a venda de 4 empresas estatais: Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), Usinas Mecânicas S.A. (USIMEC) e MAFERSA S.A.

Políticas Industrial e de Comércio Exterior

As políticas industrial e de comércio exterior, que vêm sendo implementadas pelo governo, têm por objetivo estimular a reestruturação e a especialização competitiva da indústria nacional, por meio do aumento de sua exposição e integração com o mercado internacional, de seu desenvolvimento tecnológico e da melhoria de seu padrão de produtividade e qualidade.

As mudanças introduzidas na política de importações, área historicamente marcada por longa e forte tradição de intervencionismo estatal, constituíram grande desafio e importante passo para a liberação da economia.

Essa liberalização das importações envolveu a eliminação de proibições administrativas de importações; a redução, para zero, da alíquota do imposto de importação de bens sem produção nacional, abrangendo 1.647 produtos; e a redução, pela metade, das alíquotas de outras 577 mercadorias produzidas internamente em condições oligopolísticas. Premissa indispensável desta ampla liberalização de importações foi a instituição da taxa de câmbio flutuante.

As importações elevaram-se, em 1990, a US\$ 20 bilhões, registrando crescimento de 11,5% em relação a 1989, em razão não só do impacto favorável dessa abertura, como também dos efeitos desfavoráveis do aumento do petróleo.

As importações adicionais realizadas, ao mesmo tempo que irão contribuir para aumentar a eficiência produtiva da indústria nacional através de seu acesso mais fácil a máquinas, equipamentos, peças, matérias-primas e bens intermediários estrangeiros, permitiram um aumento da oferta global de bens auxiliando no combate à inflação.

Após longos estudos e amplas negociações com o setor privado, foi anunciada a política tarifária a vigor no período 1991-1994. As alíquotas de importação de 13.500 produtos serão reduzidas de forma escalonada, ano a ano, até 1994, de maneira a atingir alíquota modal de 20% e média de 14,2% no último ano. Ressalte-se que a alíquota média em 1990 foi de 32,2%.

Na política industrial foram definidos três mecanismos para estimular a indústria brasileira a aumentar sua produtividade e competitividade: o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria, o Programa de Competitividade Industrial e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

O Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da indústria objetiva aumentar a eficiência na produção de bens e serviços. Prevê apoio, na forma de financiamento, a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos ou processos, projetos de implantação ou ampliação de indústrias que utilizem tecnologias de ponta, projetos de implantação ou ampliação de micro e pequenas empresas em parques tecnológicos, e para a compra e absorção de tecnologias geradas no País ou no exterior. Os principais beneficiários do Programa serão empresas industriais brasileiras de capital nacional.

O Programa de Competitividade Industrial beneficiará os segmentos e setores de tecnologia de ponta e aqueles que necessitam de reestruturação para alcançarem preços e níveis de qualidade internacionais. O programa prevê apoio aos segmentos selecionados, principalmente mediante financiamento ao investimento fixo, bem como mediante a utilização do poder de compra do Estado.

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade tem por objetivo a modernização das empresas brasileiras, envolvendo conscientização e motivação para a qualidade, desenvolvimento e difusão de métodos modernos de gestão empresarial, capacitação de recursos humanos e articulação institucional.

MEDIDAS MACROECONÔMICAS PROPOSTAS PARA 1991

O Plano de Estabilização conseguiu afastar a catástrofe da hiperinflação que ameaçava a economia brasileira,

mas ainda não obteve redução das taxas mensais de inflação para níveis aceitáveis.

Medida pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI), a inflação, que em março havia atingido 81,3% reduziu-se drasticamente mantendo-se numa média mensal de 9,8% entre abril e junho e de 12,5% entre julho e setembro.

A partir de agosto, todavia, circunstâncias exógenas adversas causaram pressões de custo e potencializaram expectativas inflacionárias de vários agentes econômicos. Esses elementos, aliados à reativação de mecanismos informais de indexação e ao grau elevado de oligopolização e cartelização que ainda persistem na economia brasileira, provocaram forte tendência inflacionária com uma elevação de patamar da inflação que, entre outubro e dezembro, situou-se na média mensal de 16%.

O aumento de preço provocado pela crise do Golfo redundou em um aumento de 28% nos gastos anuais de importação de petróleo. As exportações anuais brasileiras caíram 8,7% no ano passado em virtude da redução da demanda e da queda de preços externos causadas pelo desaquecimento econômico dos países industrializados.

Em resposta a essa conjuntura externa desfavorável, entre meados de setembro e o fim de dezembro de 1990, o sistema de câmbio flutuante provocou uma desvalorização nominal de 150% no cruzeiro frente ao dólar, permitindo a recuperação do saldo comercial, mas causando pressão desfavorável sobre os preços internos.

A queda de cerca de 11% na produção agrícola em 1990, principalmente em razão de dificuldades climáticas, e o comportamento monetariamente expansivo de alguns Governos Estaduais e Municipais no período pré-eleitoral vieram somar-se aos fatores adversos externos contribuindo para acelerar a inflação.

Com a eclosão da Guerra no Golfo em janeiro último, embora tenha-se registrado queda do preço externo do petróleo, em razão da incerteza ocorreu novo choque de ex-

pectativas que induziu uma onda de remarcações preventivas de preços. A taxa de inflação elevou-se para o nível de 20% ao mês.

O comportamento da inflação nesses últimos meses bem reflete a enorme influência das expectativas e da cultura inflacionária na elevação de preços na economia brasileira. Com efeito, o governo colocou em execução medidas há longo tempo consideradas essenciais para o efetivo controle da inflação, como evidenciado no relato anteriormente apresentado. Obteve-se superávit de caixa na execução financeira do Tesouro; executou-se rígida política de controle dos meios de pagamento, eliminando pressões de demanda; promoveu-se a liberalização de importações aumentando a oferta e a concorrência internas; realizou-se profundo programa de corte de despesas e de reformas administrativas; iniciou-se amplo projeto de modernização em vários setores. Não obstante esse enorme esforço de estabilização e modernização realizado no curto período de 11 meses, características institucionais e culturais da sociedade brasileira permitiram intensa amplificação dos efeitos adversos causados por choques exógenos internos e externos, levando a nova aceleração da inflação.

A resistência inflacionária não só obscurece a clara percepção dos avanços já obtidos e dos ganhos de médio e longo prazo decorrentes da estabilização, como aumenta a percepção dos custos do plano, corroendo a confiança, o apoio político e a efetiva participação de toda a sociedade no combate à inflação. Para quebrar a espinha dorsal da inflação sem a interrupção dos mecanismos de indexação seria preciso, por meio de políticas fiscal e monetária ainda mais restritivas, impor custo social intoleravelmente alto, num momento em que tais custos são já elevados como indicado pelas quedas do produto e do nível de emprego estimadas para 1990.

Resolveu assim o Governo submeter ao Congresso Nacional medidas adicionais de combate à inflação e de reformas institucionais que aprofundam as linhas mestras do Plano de Estabilização e de Modernização que vem sendo implementado. Estas medidas inserem-se nas seguintes áreas:

-
- aprofundamento da desindexação da economia;
 - aprofundamento das políticas de renda;
 - aprofundamento das medidas de controle de gastos, de corte de despesas públicas e da reforma do Estado;
 - reformas no sistema financeiro com vistas a estabelecer esquemas de financiamento de longo prazo que estimulem a retomada do investimento;
 - manutenção de políticas monetária e fiscal austeras, continuidade e aprofundamento das reformas de modernização da economia.

O principal fulcro das novas medidas propostas é alcançar o fim da indexação da economia, a qual além de gerar enorme rigidez para a queda da inflação aumenta a vulnerabilidade do sistema econômico a choques exógenos. Com esse propósito, foram extintos o Bônus do Tesouro Nacional (BTN), o Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF), o Maior Valor de Referência (MVR), e eliminados o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), o Índice de Reajuste de Valores Fiscais (IRVF) e o Índice da Cesta Básica (ICB). Proibiu-se, ademais, a realização de contratos de mútuo, de financiamento e aplicações financeiras e outros, de prazo inferior a 1 ano, com cláusula de correção monetária com base em índices de preço.

Introduziu-se nova taxa referencial de juros baseada nas estimativas do próprio mercado financeiro sobre a expectativa de inflação futura, interrompendo-se assim a antiga prática de utilizar-se a inflação passada como referencial para a taxa de juros corrente.

A proibição de aumentos de preços de bens e serviços sem prévia autorização e a obrigatoriedade de prática dos preços vigentes para vendas à vista em 30 de janeiro de 1991 representam uma trégua necessária nesse momento de transição para a desindexação, em que as expectativas inflacionárias são ainda exacerbadas, a fim de permitir a efetiva implantação e o surgimento dos resultados das novas medidas.

Durante esse período de trégua, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento poderá autorizar reajustes,

extraordinários para corrigir graves desequilíbrios de preços relativos, afastando-se desta forma o risco de desabastecimentos localizados. Paralelamente, serão reforçadas as medidas para coibir abusos e crimes contra as ordens econômica e tributária, com a definição de critérios para a cobrança de multas já previstas na legislação vigente e reforço dos órgãos fiscalizadores.

Tão logo as medidas de desindexação e demais provisões adotadas surtam o efeito desejado de promover a estabilidade de preços, se iniciará, para a maior parte dos bens e serviços, o retorno ao sistema de livre determinação dos preços pelo mercado. Continuarão, porém, sob o regime de controle os preços e tarifas públicas, inclusive transporte público, e os preços de bens e serviços produzidos em situação de monopólio ou oligopólio natural, para os quais a mera abertura de importações não é suficiente para induzir maior competição.

Ainda no que se refere às políticas de renda, ao mesmo tempo em que será mantida e aprofundada a diretriz geral da livre negociação que já vinha sendo adotada nas áreas dos salários, aluguéis residenciais e mensalidades escolares, novas medidas serão implementadas.

Os salários no setor privado serão reajustados em fevereiro de 1991 de forma a recompor o salário médio efetivamente recebido nos 12 meses precedentes. Os assalariados que estiverem percebendo menos que sua média dos últimos 12 meses terão aquela média restabelecida. Em relação aos que estiverem acima de sua média, observar-se-á o preceito constitucional da irredutibilidade do salário. Estima-se que desse procedimento resultará um aumento nominal médio dos salários da ordem de 25% em fevereiro. A partir desse reajuste, os salários serão fixados por livre negociação entre as partes em julho e mais uma vez, em caráter de antecipação salarial, em janeiro de cada ano. Adotou-se a unificação das datas-base de todas as categorias profissionais em 1º de julho, atendendo antiga reivindicação das classes trabalhadoras. O salário mínimo foi reajustado em 29% e será atualizado nos meses de agosto e fevereiro.

Será instituída Comissão para rever o quadro das relações capital/trabalho, abrangendo a regulamentação da livre negociação salarial, a representação dos trabalhadores nas empresas e a participação nos lucros. Os resultados do trabalho dessa Comissão serão submetidos ao Congresso Nacional para exame em regime de urgência.

As mensalidades escolares continuarão a ser estabelecidas pelo regime da livre negociação instituído pela Lei nº 8.170, devendo seu reajuste ocorrer nos meses de janeiro e julho através do repasse de até 70% do índice de reajuste salarial concedido à categoria profissional predominante no estabelecimento de ensino.

Os aluguéis residenciais novos serão objeto de livre negociação, podendo os contratos celebrados a partir de 1º de fevereiro de 1991 incluir reajuste semestral ou anual, nos meses de agosto e/ou fevereiro, também livremente pactuado, desde que observada como teto máximo a variação nominal acumulada dos salários médios no período, conforme índice a ser estimado e divulgado pela FIBGE. Em relação aos contratos vigentes antes de 1º de fevereiro, prevalecerá a regra de reajuste do contrato.

O controle das contas públicas recebeu atenção renovada no conjunto de medidas antiinflacionárias, principalmente no que tange a reduções de despesas, onde o Governo empreenderá cortes adicionais nas contas do orçamento fiscal, da seguridade social e nas empresas estatais.

As empresas estatais deverão contribuir decisivamente para o esforço de contenção de gastos, com corte e racionalização de dispêndios, mais eficiência operacional e busca constante de aumento da produtividade. Deverão reduzir em 10% seus dispêndios correntes no exercício de 1991, em relação ao exercício de 1990. Estão proibidas as contratações de empregados. Os planos de preços e tarifas, os salários, a execução orçamentária e as demais contas deverão ser submetidos à avaliação do recém-instituído Comitê de Controle das Empresas Estatais. Será criado grupo de trabalho encarregado de elaborar o Estatuto das Empresas Es-

tatais, com o objetivo de modernizar, de limitar a área de atuação e de adotar sistema de gestão por resultados nessas entidades.

Entre as medidas de contenção dos gastos dessas empresas, encontra-se a que determina a liquidação integral de todos os débitos contraídos após 16 de março de 1990. Dessa forma, evita-se que as empresas estatais procedam à contratação de novas dívidas para o financiamento de suas despesas.

Foi determinada também a atualização de tarifas públicas que se encontravam defasadas, como as de energia elétrica, de serviços dos correios, dos combustíveis, de gás de cozinha, além dos preços do trigo, do pão e do açúcar.

Para maior controle das despesas, determinou-se que os orçamentos fiscal e da seguridade social sejam controlados, ficando indisponíveis para movimentação e empenho as seguintes parcelas:

- 95% das despesas de investimentos e outras despesas de capital;
- 90% das outras despesas correntes e das inversões financeiras;
- 100% das despesas descritas acima, atendidas por recursos ordinários do Tesouro, a cargo dos Ministérios da Educação, do Trabalho e da Previdência Social, e da Saúde;
- 100% das despesas de investimentos, inversões financeiras e outras despesas de capital, atendidas por recursos ordinários do Tesouro, a cargo do Ministério da Ação Social;
- o valor correspondente a 100% de cada dotação referente a subprojetos e subatividades selecionados.

Os valores tornados indisponíveis serão gradualmente liberados para movimentação e empenho com base em prioridades indicadas pelos órgãos e entidades executores, e desde que haja disponibilidade efetiva de recursos para atender às despesas.

Para o êxito do Programa de Estabilização, contribuirá decisivamente a colaboração dos Estados e Municípios,

particularmente no que se refere ao estrito controle sobre suas despesas. Com vistas ao ajustamento das finanças dessas entidades, foram adotadas as seguintes medidas:

- vedar transferências de recursos para execução de obras e serviços locais, assim como outras ações típicas das administrações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ressalvados os casos amparados pela Constituição e por legislação específica;
- vedar transferências de recursos para órgãos ou entidades que estejam inadimplentes com a União;
- exigir, como contrapartida, a comprovação da disponibilidade de recursos não inferiores a 30% do montante a ser desembolsado pela União.

No lado das receitas, serão feitos esforços ainda mais incisivos no sentido de aumentar a arrecadação, combatendo-se a evasão e a sonegação fiscal, e procedendo-se à cobrança de débitos atrasados. Contar-se-á ainda com os efeitos das medidas que já haviam sido adotadas para 1991, antes do anúncio do atual conjunto de medidas: o aumento da alíquota do FINSOCIAL de 1,2% para 2%, com vistas à cobertura dos novos benefícios da Previdência Social, e elevação das alíquotas (até 60%) do Imposto sobre Produtos Industrializados de bebidas e refrigerantes.

Com o término da disponibilidade de recursos externos e com a significativa redução dos níveis de investimento estatal, forças que marcaram o desenvolvimento do país há décadas, um dos principais problemas a equacionar para a retomada do desenvolvimento auto-sustentado da economia brasileira é a criação de mecanismos de captação de poupança para financiamentos de longo prazo ao investimento. O conjunto de novas medidas propostas inicia um esforço nessa área através de reformas no sistema bancário e do Plano Diretor do Mercado de Capitais.

Embora não signifiquem qualquer alteração para o aplicador na ponta da captação, que continuará a gozar da mesma liquidez e de remuneração idêntica à dos grandes investidores, as mudanças introduzidas no sistema financeiro contribuirão, por meio de alterações na ponta da aplicação dos recursos, para aumentar o papel do sistema bancá-

rio no apoio ao desenvolvimento econômico e social do país. As aplicações de curtíssimo prazo (*overnight*) do sistema bancário deverão ceder lugar, a partir de 1º de março, a aplicações de médio e longo prazo nos Fundos de Aplicações Financeiras com carteiras compostas de títulos públicos federais e estaduais, títulos privados, Títulos de Desenvolvimento Econômico e quotas do Fundo de Desenvolvimento Social a ser gerido pela Caixa Econômica Federal. Será criado Fundo de Investimento Imobiliário destinado a facilitar o acesso de pequenos e médios aplicadores a empreendimentos imobiliários. Essas alterações permitirão carrear esses recursos para o financiamento de projetos de elevado interesse econômico e social e possibilitarão a reativação do setor da construção civil.

Na área do mercado de capitais, o novo Plano Diretor a ser anunciado deverá fortalecer um modelo alternativo ao endividamento externo e interno para financiamento do investimento produtivo, auxiliando na capitalização das empresas nacionais e contribuindo para disseminar a democratização do capital. O novo Plano adotará, entre outras, medidas nas áreas de maior controle e participação dos acionistas nas atividades de gestão, de redução de custo e agilização da colocação de ações e de participação dos trabalhadores.

O saneamento da economia, após uma década de estagnação e de virulento processo inflacionário, é tarefa que demanda pertinácia, paciência, sacrifícios e esforços conjuntos de todos os Poderes da República, dos três níveis de Governo e de toda a sociedade.

A efetiva participação de todos nos esforços para o combate à inflação e, em especial, dos demais Poderes da República e dos outros níveis de Governo, sinalizará para os agentes econômicos firme determinação política da sociedade brasileira de reduzir a inflação, contribuindo assim para a reversão de expectativas inflacionárias e para reduzir os custos do ajustamento.

O Poder Executivo Federal vem buscando promover esse entendimento nacional e continuará, de sua parte, implementando e aprofundando as linhas de política econômica até aqui adotadas.

POLÍTICA SOCIAL

DIRETRIZES DA POLÍTICA SOCIAL

A construção de um Brasil justo, democrático e próspero exige imediato combate à fome e à miséria. O governo tem como grandes prioridades a redução das desigualdades na distribuição da renda, a melhoria das condições de vida nas cidades, a eliminação dos bolsões de pobreza no campo, a extensão a todos dos benefícios da educação formal e da profissionalização, o acesso universal à saúde e a proteção aos mais necessitados.

Um dos objetivos primordiais do governo é o de concentrar esforços na promoção do bem-estar social, afastando-se gradualmente de atividades produtivas em que sua presença já não mais se justifica. Dessa forma, a política social passa a ser vista como instrumento de instauração efetiva dos direitos de cidadania.

A promoção do bem-estar social requer que o Governo confira prioridade ao aperfeiçoamento da política social com a eliminação das causas de sua baixa eficiência e eficácia. Primeira, entre essas causas, é a postura burocrática e centralizadora da administração pública federal, marcada pela relutância em delegar às outras esferas de governo e à própria sociedade a execução da política social. A centralização conviveu, também, com a intermediação clientelística, o que levou a toda sorte de desvios.

No lado da execução, foram freqüentes os chamados vazamentos ao longo da linha de intermediação até as localidades onde o serviço era oferecido, fazendo com que se reduzisse a parcela da população atendida.

A ação do atual governo tem-se baseado em estratégias explícitas, que evitem vazamentos e desperdícios, a fim de garantir que a ação pública contribua, efetivamente, para eliminar a pobreza e a miséria, possibilitar o acesso aos bens indispensáveis a uma vida civilizada e assegurar um mínimo de proteção aos desempregados, idosos, deficientes e crianças.

Continua sendo urgente a política de recursos humanos, especialmente diante da necessidade imperativa de o Brasil aumentar sua competitividade, o que exige melhoria nos índices de desempenho educacional e nos níveis de saúde da população. Ademais, sem melhor formação educacional, em todos os níveis, não será viável atingir o objetivo de elevar a produtividade, a competitividade e a capacitação científica e tecnológica do País.

Além de condição para assegurar o progresso econômico, a política social é também necessária à consolidação de um estado democrático. O atraso social enseja a existência de práticas populistas, com alto teor de manipulação e, também, de imprevisibilidade.

Cabe ressaltar, de pronto, a meta prioritária do governo: dar aos indivíduos condições para que, graças à melhor qualificação, possam desenvolver seu potencial produtivo. Dessa forma, garante-se à população melhores possibilidades de emprego e remuneração condignos. Políticas de cunho assistencialista são indispensáveis em determinadas situações; no entanto, o que se busca é a crescente satisfação das necessidades da população, por intermédio do mercado. Nesse sentido mais amplo, o grande instrumento de política social assenta-se na retomada do dinamismo da economia que, por sua vez, depende da estabilização do nível de preços.

No que se refere a linhas mais específicas de ação, o objetivo básico é proporcionar uma oferta crescente de bens e serviços públicos que assegurem à população, em

especial aos estratos mais baixos de renda, o pleno usufruto da cidadania. Investimentos em educação, saúde, saneamento e habitação popular constituem mecanismos que atuam sobre o bem-estar da comunidade e melhoram a distribuição de renda no longo prazo.

Outro componente central da política social, necessário à estabilidade das democracias modernas, é a garantia de proteção contra os riscos transientes-incapacidade por doença, acidente do trabalho, invalidez, idade avançada, maternidade, desemprego involuntário e morte.

Nesse sentido, a par da implementação das garantias previstas na Constituição Federal, especial atenção será dada à institucionalização plena do seguro-desemprego, a partir de um modelo de operação descentralizada.

Outra linha relaciona-se, especificamente, com o combate à miséria e suas seqüelas. Amplas camadas da população encontram-se, hoje, abaixo do nível de pobreza absoluta. E, por lhes faltarem condições e qualificações para a obtenção de empregos melhores, podem não se beneficiar diretamente da volta de um ciclo expansivo da economia. Mais ainda, a desnutrição crônica e as doenças já deixaram, nesses brasileiros, marcas irreversíveis, inclusive debilitando-lhes a capacidade de aprendizado.

Para essa parcela da população, é necessário assistência contínua, em várias frentes, com programas de suplementação alimentar, políticas educacionais, amparo aos menores e aos idosos, entre outros. É sobretudo para esse contingente que se impõe a execução dos programas sociais de emergência.

Ressalte-se, por fim, que o Governo atribuirá ênfase muito especial a programas de atendimento a crianças e adolescentes, em todos os níveis, notadamente aqueles relacionados à educação, saúde e assistência social. A atuação governamental se dará de forma integrada, sempre que possível em articulação com os Estados, os Municípios e com a sociedade civil, tendo em vista permitir que sejam criadas as condições indispensáveis à garantia e à defesa dos direitos da população infantil e jovem do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS EM 1990

As realizações do governo, em 1990, basearam-se nessas linhas de política tendo a reforma administrativa procurado conferir maior racionalidade à ação governamental na área social.

Apesar das duras e necessárias medidas de controle do gasto público, resultados importantes foram alcançados, em termos de maior eficácia dos instrumentos de previdência e dos investimentos em infra-estrutura social, assegurando a melhoria no ensino, nos serviços de saúde, no saneamento básico e na habitação popular. As realizações de maior destaque são listadas a seguir.

Trabalho e Previdência Social

— Aperfeiçoamento do sistema de atendimento, pela unificação da prestação de serviços nas áreas do trabalho e da previdência, mediante criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e início da implementação de sistemas modernos de pagamento de benefícios, através de cartões magnéticos.

-
- Extensão do 13º salário aos aposentados e pensionistas da previdência social e providências para equiparar os benefícios de prestação continuada ao nível do salário mínimo, para os trabalhadores rurais.
 - Simplificação e desregulamentação dos procedimentos e alteração dos critérios de elegibilidade aplicados ao Programa de Seguro-Desemprego, que beneficiou cerca de 2,3 milhões de trabalhadores em 1990.
 - Simplificação e desregulamentação dos procedimentos aplicados ao Programa de Alimentação do Trabalhador, que atendeu a 6 milhões de beneficiários.

Saúde

- Dinamização da implementação do Sistema Único de Saúde, na forma definida pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, compreendendo: descentralização da execução, mediante transferência de unidades e de recursos humanos para Estados e Municípios; aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento federal, para consolidar o trabalho conjunto entre diferentes esferas de Governo; e desenvolvimento de módulos de organização e gerência de serviços, a fim de aumentar a eficiência do sistema de saúde.
- Fortalecimento da infra-estrutura de serviços de saúde no Nordeste, com financiamento do Banco Mundial, envolvendo 483 municípios e 12,5 milhões de pessoas.
- Ampliação da produção de vacinas para o controle de doenças transmissíveis, totalizando 32 milhões de doses contra sarampo, febre amarela e meningites tipo A e C, bem como incorporação da tecnologia de fabricação da vacina antipoliomielítica oral.
- Ampliação da cobertura vacinal contra poliomielite, sarampo, difteria, coqueluche, tétano, tuberculose e meningites. Ressalte-se que foram completados dois anos sem o isolamento do «poliovírus selvagens», meta expressiva para o objetivo de erradicação da poliomielite no Brasil.

-
- Estabilização do número de casos de malária em 1990, após um quinquênio de crescimento ininterrupto.
 - Realização de 12,3 milhões de internações hospitalares e 300 milhões de consultas médicas.

Educação

- Implantação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), a ser desenvolvido no quinquênio 1990-1995, e cujo objetivo é erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental em um horizonte de dez anos.
- Ampliação do apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios, para desenvolvimento do ensino básico e pré-escolar, mediante ampliação de vagas, extensão da permanência dos alunos na escola e aperfeiçoamento didático-pedagógico.

— Expansão e melhoria do ensino tecnológico, com a construção e reforma de 139 escolas técnicas.

— Assistência aos estudantes do ensino fundamental, com programas de alimentação escolar, livro didático, material escolar e assistência médica. No Programa Nacional de Alimentação Escolar, foram beneficiados 32,2 milhões de alunos.

Habitação e Saneamento Básico

- Produção de 71 mil moradias, construção de 625 sistemas de abastecimento de água em áreas rurais e atendimento a 300 mil famílias com obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana.

Promoção Social

- Prioridade para a implantação definitiva, mediante estreita articulação com instituições representativas da so-

ciedade civil, dos mecanismos governamentais destinados à efetiva implantação, no País, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

— Vinculação ao Projeto Ministério da Criança de todas as ações a cargo dos órgãos e entidades do Governo Federal destinadas à criança e ao adolescente. O projeto, que constitui o plano social do governo para a infância e a juventude, destaca o caráter altamente prioritário do tema no âmbito da administração federal. Em termos práticos, procura racionalizar o uso de recursos públicos, mediante atuação coordenada das inúmeras iniciativas governamentais voltadas para a defesa dos direitos e a satisfação das necessidades básicas das crianças e dos adolescentes brasileiros.

— Reorganização e fortalecimento das estruturas de Governo destinadas à defesa dos direitos de crianças e adolescentes submetidos a diversas formas de violência, em especial aqueles que se encontram nas ruas.

— Ampliação dos programas de suplementação alimentar para crianças, gestantes e nutrizes, abrangendo 15 milhões de pessoas.

— Recuperação e reaparelhamento de cerca de 800 creches e atendimento a 1,2 milhão de crianças.

AÇÃO SETORIAL



ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) é o órgão encarregado de elaborar estudos para a fixação de políticas, diretrizes, estratégias e doutrinas militares, coordenar planos e programas de pesquisa, desenvolvimento e mobilização, coordenar o levantamento das informações estratégicas no campo militar, e propor soluções a problemas de logística comuns às Forças Armadas. As atividades do EMFA envolvem também os seguintes órgãos subordinados: Escola Superior de Guerra, Hospital das Forças Armadas e Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa.

Ações Desenvolvidas em 1990

O projeto Implantação do Sistema Militar Brasileiro de Comando e Controle (SISMC 2) teve continuidade, encontrando-se em fase de implantação a interligação dos computadores do EMFA e do Ministério da Aeronáutica, e

em processo de aquisição os computadores destinados aos Centros de Operações do Exército e da Marinha. Mereceram atenção especial a preparação de recursos humanos e o desenvolvimento do Sistema de Comando, Controle, Comunicações e Informações (C3I).

O Programa de Apoio Social Especial Integrado (PASEI) continuou, em 1990, atendendo, na área de saúde às populações carentes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com recursos do Ministério da Saúde e sob coordenação geral do EMFA, o PASEI aproveita pessoal das Forças Armadas, e médicos, dentistas e farmacêuticos que, convocados para prestação do serviço militar, optam por servir ao Programa, ou se apresentam voluntariamente.

Atuando em oito pólos, o PASEI atende a uma população estimada em 300 mil habitantes, em 30 localidades, nos Estados do Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso, Amapá e Roraima.

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) sofreu reprogramação, tendo em vista a drástica diminuição dos recursos alocados. Em 1990, foram concluídas as obras civis das estações terrenas de Curitiba e Rio de Janeiro, e honrados os contratos de aquisição de equipamentos e serviços assumidos em 1989. Não foi possível, porém, a contratação de novos investimentos.

A Política de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas foi objeto de proposta, elaborada em conjunto com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, estabelecendo critérios, procedimentos e objetivos para as atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, formação de recursos humanos e fomento industrial.

O Projeto Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), gerido pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), do EMFA, vem procurando atingir os objetivos básicos estabelecidos pela Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, observadas suas características de projeto de longo prazo de implantação.

Dentre as ações desenvolvidas no Projeto MECB, em 1990, revestiram-se de significativa importância: a conti-

nuação da fabricação do veículo lançador de satélites, desenvolvido pelo Instituto de Atividades Espaciais, do Centro Tecnológico da Aeronáutica; o prosseguimento das obras de edificação, infra-estrutura e instalação de sistemas no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão; e a execução do programa de fabricação de satélites, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Há que se destacar o lançamento, em novembro, de um foguete de sondagem (SONDA III), que partiu do Novo Centro de Lançamento de Alcântara. Foram atingidos os parâmetros previstos, tendo o foguete alcançado a altitude de 400km. O lançamento serviu, também, para qualificar a equipe operacional e os equipamentos do Centro, a cargo do Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara.

Vale, também, assinalar o prosseguimento dos cursos de alto nível, da Escola Superior de Guerra, voltados para o estudo dos problemas brasileiros contemporâneos, e a realização, no País, do III Simpósio de Estudos Estratégicos, reunindo Brasil, Argentina e Uruguai, bem como da 11.^a reunião anual de consultas sobre assuntos de segurança Brasil-Estados Unidos.

Ações Previstas para 1991

No projeto de implantação do Sistema Militar Brasileiro de Comando e Controle (SISMIC 2) estão previstas, para 1991, a conclusão da interligação dos computadores do EMFA com os do Ministério da Aeronáutica e a realização de cursos de mestrado em Comando, Controle, Comunicações e Informações (C3I), nos Estados Unidos, visando à preparação de recursos humanos para operar o Sistema.

O projeto de implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélites (SISCOMIS), dependendo da efetiva alocação de recursos orçamentários, prevê, em 1991, complementar a infra-estrutura das estações terrenas, bem como adquirir um módulo que permitirá o início da insta-

lação de equipamentos e a consequente ativação do segmento espacial do Sistema.

A Coordenação de Assuntos Científicos e Tecnológicos das Forças Armadas, tendo em vista o elevado interesse das três Forças no desenvolvimento de pesquisas, tentará, com os recursos disponíveis, implementar, em 1991, a Política de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas.

Para 1991, a COBAE espera dar continuidade à fabricação do veículo lançador de satélites, às obras de infraestrutura e instalação de sistemas do Centro de Lançamento de Alcântara, e ao desenvolvimento de satélites.

A Escola Superior de Guerra continuará a receber, em 1991, militares e civis de elevado nível profissional e cultural. Desenvolverá seus cursos sobre problemas nacionais contemporâneos, permanecendo, como tema básico, a compatibilização entre a segurança e o desenvolvimento com justiça social.

No Hospital das Forças Armadas, para 1991, prevê-se o redimensionamento das potencialidades do Hospital, visando a um melhor aproveitamento e ampliação de suas atividades.

O EMFA continuará dando destaque, em 1991, aos exercícios operacionais, buscando conhecimentos especializados, no País e no exterior, e aos exercícios de jogos de guerra e logísticos, que envolvem estreita cooperação das três Forças.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

A Secretaria da Administração Federal (SAF/PR) detém, entre suas atribuições, os assuntos referentes ao pessoal civil da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem assim os referentes à administra-

ção dos imóveis funcionais da União e aos serviços gerais, à modernização e organização administrativa, e aos sistemas de informação e serviços de processamento de dados desses órgãos e entidades.

Ações Desenvolvidas em 1990

As ações desenvolvidas em 1990 foram orientadas para a implantação de um abrangente programa de reforma administrativa. As diretrizes desse programa foram: a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços públicos, a reforma patrimonial da União e o redimensionamento e redistribuição do quadro de pessoal.

A reestruturação administrativa do Poder Executivo Federal foi o primeiro grande passo da reforma administrativa, resultando na extinção e fusão de doze ministérios e de 22 entidades federais. Seu objetivo foi prover o Poder Executivo de uma estrutura flexível, que possibilite maior eficiência e eficácia da ação governamental.

A SAF, por intermédio do Departamento de Modernização, realizou estudos e propôs as ações necessárias à adaptação da Administração Federal ao disposto nas Leis nºs 8.028 e 8.029, ambas de 12 de abril de 1990, que redefinem o quadro organizacional do Poder Executivo. Nesse processo, definiu-se o novo quantitativo de funções de confiança para os ministérios, autarquias e órgãos da Presidência da República, com o corte global de 50% dos cargos em comissão e funções de confiança.

O Departamento de Modernização participou, ainda, dos estudos para o Programa Nacional de Desregulamentação, indicando medidas aplicáveis no contexto da Administração Pública Federal. Também foram desenvolvidas e encaminhadas ao Banco Mundial propostas para financiamento de projetos e para reavaliação das estruturas e atividades dos órgãos da administração direta.

Na área de recursos humanos, buscou-se realocar o pessoal que compõe o quadro dos servidores federais, incluindo-se 158.295 afastamentos, dentre os quais 35.983 estão em disponibilidade.

Implantou-se também a Folha Única de Pagamento, envolvendo 215 órgãos e 863.010 servidores. O conhecimento da lotação real permite que sejam traçadas políticas de recursos humanos mais adequadas ao perfil institucional de cada entidade.

Adicionalmente, a Folha permite a correção de distorções, tais como duplo emprego e pagamento indevido. A Secretaria da Administração Federal conseguiu identificar 11.754 servidores em regime de acumulação de empregos, sendo que, até 30 de novembro, 1.139 haviam sido demitidos.

Iniciaram-se ações com vistas à implementação e manutenção do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), cujos dados envolvem todos os servidores civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. O SIAPE também contribuirá para o estabelecimento de um sistema eficiente de controle de informações gerenciais.

A reforma patrimonial da União, nas proporções em que vem sendo efetivada, abrangeu, principalmente, a alienação de imóveis, veículos, aeronaves, e a realocação dos equipamentos pertencentes, em sua grande maioria, às entidades extintas. A reforma foi responsável pela alienação de 4.472 veículos, gerando Cr\$ 1,1 bilhão.

No que diz respeito ao programa de alienação de imóveis funcionais, a SAF, em 1990, coordenou a venda de 6.116 imóveis. Desses bens, 5.606 são integrantes do patrimônio da União e 510, da Caixa Econômica Federal. Além disso, das 42 residências oficiais de alto padrão, 35 já foram vendidas.

Foi necessário, para alienação dos imóveis funcionais, promover a regularização patrimonial de 6.270 imóveis que não possuíam certificado de propriedade em nome da União, «habite-se» ou averbação de construção.

Ainda no âmbito da reforma patrimonial, a SAF realocou os equipamentos pertencentes, em sua maior parte, aos

órgãos extintos, privilegiando entidades voltadas para o atendimento das demandas sociais nas áreas de educação, saúde e segurança. As aeronaves do Governo Federal, recolhidas por força de Portaria Interministerial, serão avaliadas por empresa especializada e, posteriormente, alienadas na forma prevista pelo Decreto nº 99.188, de 17 de março de 1990.

No que tange ao aprimoramento dos sistemas de comunicação, de bancos de dados e de normas, a Subsecretaria de Controle e Informática do Setor Público da SAF promoveu as seguintes ações:

- instalação da primeira etapa do Sistema de Comunicação para o Governo Federal (SIGO), cujo objetivo é veicular informações rapidamente, na forma de documentos, correio eletrônico, agendas e lembretes;
- elaboração de projeto de diretório de banco de dados, que consistirá na coleta, processamento e divulgação das bases de dados e outros acervos existentes nos órgãos da Administração Pública Federal;
- remanejamento dos equipamentos pertencentes a órgãos extintos da Administração Pública Federal, preferencialmente para atender às entidades federais encarregadas de assumir aquelas atribuições;
- elaboração de programa de normatização de bens e serviços de informática.

Ações Previstas para 1991

As ações para 1991, serão orientadas no sentido da continuidade do Programa de Reforma Administrativa, destacando-se:

-
- prosseguimento das ações relacionadas com o SIAPE, incluindo a implantação dos módulos Folha de Pagamento, Cadastro e Lotação, Dependentes Econômicos e Controle de Férias;
 - organização e administração do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;
 - negociações com vistas à aprovação do Projeto de Lei nº 1/90, que estabelece diretrizes para os planos de carreira do Serviço Público Federal;
 - incorporação dos servidores públicos federais, em disponibilidade, ao serviço ativo, consoante metodologia apresentada pela SAF/PR;
 - promoção do uso racional dos imóveis da União, incluindo regularização e renda, de acordo com os dispositivos legais aprovados em 1990;
 - instalação do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços, que atuará juntamente com o Sistema Integrado de Administração Financeira, Material e Serviços no âmbito do Poder Executivo, prevendo-se, ainda, a publicação do Manual de Fiscalização das Atividades de Serviços Gerais;
 - execução do Programa de Administração dos Recursos de Informação e Informática do Setor Público, envolvendo os subprojetos «Mapeamento, Racionalização e Disseminação de Acervos de Informação», «Promoção do Uso Racional de Bens e Serviços de Informática», «Desenvolvimento de Recursos Humanos» e «Normatização Técnica»;
 - elaboração de projeto de lei sobre procedimentos administrativos, bem como o anteprojeto da Lei Orgânica da Administração Pública Federal;
 - análise, aprovação, acompanhamento e avaliação das estruturas regimentais dos ministérios, autarquias e fundações públicas, à luz do Programa de Desregulamentação.

SECRETARIA DA CULTURA

A Secretaria da Cultura (SEC/PR), tem como áreas de atuação o planejamento, a coordenação e a execução da política cultural, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, e a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Ações Desenvolvidas em 1990

A Secretaria da Cultura, durante o ano de 1990, desenvolveu ações de proteção, conservação e revitalização de bens culturais, com a imprescindível participação da sociedade e a descentralização nas formas de implementação da política preservacionista.

As principais atividades, na área de preservação do patrimônio cultural, foram:

- realização de 23 projetos de obras de emergência em monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em oito Estados da Federação;
- realização de obras de restauração e conservação no Museu Nacional de Belas Artes, no Museu Histórico Nacional, na Casa de Rui Barbosa e na Casa da Hera, e reinauguração do Museu do Açu;
- realização de exposições, seminários e publicações promovidos pelos museus e casas históricas vinculados à SEC/PR;
- inauguração, no Rio de Janeiro, do espaço cultural «Esquina da Memória Viva», centro de documentação e informações sobre o patrimônio cultural brasileiro;
- conservação e divulgação do acervo bibliográfico, documental e iconográfico da Biblioteca Nacional;
- execução de projetos sobre a influência do negro na formação da sociedade brasileira.

No que tange à produção e difusão cultural, buscou-se redefinir o papel do Estado na área, incentivando-se a par-

ticipação empresarial nas atividades. Privilegiaram-se ações voltadas para a pluralidade, diversidade e competitividade entre os produtores. A par disso, o governo tem envidado esforços para assegurar proteção aos direitos gerados pelas atividades culturais.

Na área de produção e difusão, foram executadas diversas atividades, entre as quais sobressaem:

- elaboração do anteprojeto de lei sobre desregulamentação e desenvolvimento do complexo audiovisual (cinema e vídeo), tendo em vista extinguir a reserva de mercado e substituir o financiamento à produção e distribuição de filmes a partir da renúncia fiscal por linhas especiais de crédito, abrangendo todas as produções culturais.
- desenvolvimento de atividades de fiscalização do mercado videográfico, abrangendo o registro de 1.068 empresas e a distribuição de 6,8 milhões de etiquetas para o registro de filmes de vídeo.
- apoio à criação, produção e difusão artístico-cultural, compreendendo: apoio técnico à construção e readequação de espaços culturais, e incentivo à popularização de espetáculos teatrais, por meio da campanha «Vá ao Teatro»; realização de exposições «Projeto Macunaíma» e «Retrospectiva dos Premiados do Salão Nacional de Artes Plásticas 1976-1989»; apoio à realização dos Festivais de Inverno de Ouro Preto e de Campina Grande, e revitalização da Orquestra Sinfônica Brasileira; realização de cursos sobre organização e preservação de acervos; reabertura, ao público, da exposição permanente do Museu do Folclore «Edson Carneiro»; distribuição de 112 mil livros às bibliotecas públicas de diversas unidades da Federação.

Ações Previstas para 1991

Em 1991, a SEC/PR e suas entidades vinculadas programaram a execução dos seguintes projetos e atividades prioritários:

- na área de preservação do patrimônio cultural: proteção e difusão dos acervos dos museus pertencentes ao

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; execução de 26 projetos de restauração e conservação de bens pertencentes ao patrimônio cultural; realização de cinco projetos de estruturação urbana em cidades e núcleos históricos tombados; dinamização do uso de bens culturais imóveis; restauração e conservação de áreas naturais e de jardins históricos; implantação de centro de formação de técnicos em conservação e restauração;

— na área de produção e difusão: incentivo à produção cinematográfica, principalmente mediante concessão de prêmios; apoio à criação, produção e difusão das artes cênicas, gráficas e plásticas, da fotografia, da música popular e erudita e do folclore, mediante realização de 8 programas e 21 eventos; proteção e difusão do acervo bibliográfico, documental e iconográfico da Biblioteca Nacional; apoio à realização de 25 projetos de pesquisa em novas tecnologias no campo da produção artística, cinco projetos de formação de mão-de-obra especializada e 15 projetos de pesquisa sobre a memória cultural brasileira; dinamização e ampliação dos espaços culturais; implantação do Programa Nacional do Livro, voltado para a difusão do hábito da leitura e da criação literária nacional, em articulação com o Programa Nacional de Alfabetização; execução do programa de desregulamentação nas áreas de fiscalização das atividades cinematográficas e videográficas, e de direitos autorais; apoio à produção e divulgação de atividades relacionadas com a cultura afro-brasileira; e execução de 18 projetos de pesquisa em arte, literatura e ciências humanas.

SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Compete à Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT/PR), em virtude da Lei nº 8.028, de 14 de abril de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.090, de

13 de novembro de 1990, planejar, coordenar, supervisinar e controlar as atividades de ciência e tecnologia, inclusive tecnologia industrial básica, e atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas prioritárias, bem como formular e implementar a política de informática e automação.

Além disso, cabe a ela incentivar a iniciativa privada a assumir cada vez mais responsabilidades na atualização tecnológica da economia nacional, ampliando os investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Ações Desenvolvidas em 1990

A Secretaria da Ciéncia e Tecnologia imprimiu à sua atuação, no exercício de 1990, um conjunto de diretrizes que objetivaram expandir e aperfeiçoar a capacitação científica e tecnológica do País. Tais diretrizes já incorporaram as orientações governamentais, definidas a partir de 15 de março de 1990, especialmente a nova Política Industrial e de Comércio Exterior.

Em 1990, cabe salientar as seguintes ações, desenvolvidas pela SCT/PR:

- conclusão do Segundo Plano Nacional de Informática e Automação (II PLANIN) e participação na elaboração da Política Industrial e de Comércio Exterior, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, e do Programa de Capacitação Tecnológica, bem como nos trabalhos para alteração do Código de Propriedade Industrial.

- concessão de 35.240 bolsas de estudo, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a pesquisadores e técnicos para especialização no País e no exterior, especialmente nas áreas de ciências básicas, informática, química fina, biotecnologia, mecânica de precisão e novos materiais;

- apoio aos principais centros de pós-graduação, institutos de pesquisa e grupos de pesquisadores do País, com ênfase nas áreas de química e engenharia química, metalurgia e mecânica, novos materiais, agropecuária, transporte, energia, eletroeletrônica, informática, instrumentação, ciênc-

cias biológicas (incluindo biotecnologia), saúde, geociências e tecnologia mineral, ciências ambientais, ciências exatas e da natureza;

— financiamentos a empresas nacionais que realizam pesquisa e desenvolvimento, visando à atualização tecnológica de produtos e processos, à melhoria da qualidade de bens e serviços e ao aumento da produtividade, especialmente nos setores químico, metal-mecânico, eletroeletrônico, de novos materiais, de engenharia consultiva e de informática;

— implantação, manutenção e operação de laboratórios nacionais, instalação e operação parcial do Laboratório Nacional de Luz Síncroton, e continuação da implantação da fábrica de máscaras, tendo em vista a fabricação de «chips» no País;

— continuidade das pesquisas voltadas para programas espaciais, estudos climáticos e da atmosfera, microeletrônica e informática, tecnologia industrial, meio ambiente e, ainda, física, matemática, astronomia, astrofísica, geofísica, computação, tecnologia mineral, e informação científica e tecnológica;

— apoio à consolidação ou dinamização dos setores de informática, biotecnologia, novos materiais, química fina e mecânica de precisão, consistindo na realização de estudos sobre a atual capacitação de conhecimentos e perspectivas nessas áreas, formação de recursos humanos, identificação de grupos de pesquisas mais produtivas e apoio ao desenvolvimento de pesquisas.

Ações Previstas para 1991

Em 1991, a Secretaria consolidará as diretrizes fixadas no exercício anterior, fortalecendo as ações públicas e melhorando as condições para maior participação do setor privado na área.

Em especial, a SCT intensificará os mecanismos de financiamento às empresas nacionais para execução de pesquisas em produtos e processos, por intermédio da FINEP,

observadas as diretrizes da Política Industrial e de Comércio Exterior, que visam à atualização tecnológica do setor produtivo. Será estimulada a instalação de centros de pesquisas em empresas e promovida a integração universidade-empresa, para atualização tecnológica de segmentos prioritários e para desenvolvimento de setores que utilizam intensivamente as tecnologias de ponta.

Simultaneamente, serão aprimorados e fortalecidos os instrumentos institucionais e operacionais para elevação da capacidade científica e tecnológica do País. Objetiva-se, assim, a melhoria dos procedimentos de formulação e coordenação de políticas, inclusive a de informática e automação. Investimentos em formação de recursos humanos permitirão atualizar e reforçar a infra-estrutura de pesquisas, bem como executar projetos e pesquisas em áreas estratégicas, particularmente as que exijam conhecimentos em tecnologias de ponta.

Nesse sentido, serão efetivamente acionados o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional de Informática e Automação, como instâncias superiores de formulação e coordenação da política nacional de ciência e tecnologia, e da política de informática e automação.

O CNPq ampliará seus mecanismos de formação de recursos humanos, concedendo 44.410 bolsas de estudo, em um processo gradativo de formação de quadros para atender às áreas mais carentes de pesquisadores qualificados, tanto em pesquisa básica, como em aplicações tecnológicas.

Os centros de pós-graduação e laboratórios universitários, assim como as instituições públicas que desenvolvem pesquisas, serão recuperados e atualizados, principalmente com recursos a fundo perdido do FNDCT e do PADCT-II. Os laboratórios nacionais continuarão operando e atualizando suas instalações, desenvolvendo estudos e pesquisas nas áreas básicas do conhecimento, bem como em ciência e tecnologia de ponta.

Além disso, a SCT executará projetos voltados para detectar a dinâmica do desmatamento e da ocupação da

Floresta Amazônica, além de implantar o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste, que atuará, principalmente, nas áreas de meteorologia, gerenciamento de recursos hídricos e desenvolvimento industrial.

Dar-se-á, ainda, continuidade aos programas de pesquisa nas áreas espacial, de climatologia, informática e computação, novos materiais, química fina, biotecnológica, mecânica de precisão e meio ambiente, entre outras.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

As atribuições da Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM/PR), na condução da política ambiental, podem ser sistematizadas em três conjuntos básicos:

a) planejamento, coordenação e disseminação, consubstanciados, respectivamente, no Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e no Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), tendo a SEMAM como órgão central e o IBAMA como órgão executivo;

b) educação ambiental, para mobilização da coletividade, o monitoramento e fiscalização de caráter preventivo e repressivo dos agentes poluidores e predatórios, e a geração e difusão de ciência e tecnologia para utilização sustentada dos recursos do meio ambiente;

c) unidades de conservação, em que se preservam ecossistemas vulneráveis, a recuperação de áreas já degradadas e o desenvolvimento ecologicamente sustentado, que busca a adequação ambiental de todas as ações antrópicas.

No âmbito interno, pelas dimensões continentais do País e pela natureza multisectorial da função de preservação, os delineamentos da política ambiental evoluíram para modalidades essencialmente integradas, descentralizadas e

participativas. A Constituição Federal inclui a preservação do meio ambiente entre as áreas de competência comum e concorrente, da União, Estados e Municípios. No âmbito do Governo Federal, os Ministérios e órgãos setoriais articulam-se com a SEMAM para viabilizar uma ação abrangente e equilibrada nas questões de meio ambiente, introduzindo uma nova sistemática, adotada a partir de 1990.

No plano internacional, o governo se posiciona no sentido de colaborar com os esforços que se realizam mundialmente para avaliar e corrigir os desequilíbrios ecológicos globais. Objetiva, também, transmitir uma imagem correta, sem distorções, dos problemas ambientais brasileiros e suas implicações sócio-econômicas, evidenciando as necessidades de cooperação tecnológica e financeira internacional para programas de preservação ambiental no País. A II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ser realizada no Brasil, em 1992, constituirá, na visão do governo, um fórum para definir o papel de cada País e do conjunto das nações na criação de novas perspectivas para o futuro ecológico comum.

Ações Realizadas em 1990

Além da ação institucional, relacionada com a implantação da nova estrutura organizacional do setor, fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e aperfeiçoamento da legislação e da coordenação intersectorial no âmbito do poder público e instituições privadas, a SEMAM desenvolveu suas atividades, em 1990, tendo como principais diretrizes a modernização da política de meio ambiente, o incentivo à educação ambiental, a elaboração do zoneamento ecológico-econômico, o apoio a modelos de desenvolvimento ecologicamente sustentáveis e a articulação técnica, científica e financeira com o exterior.

As principais atividades e programas desenvolvidos pela SEMAM, no exercício, foram:

-
- coordenação do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a ser financiado pelo Banco Mundial, com o objetivo de preservar os ecossistemas nacionais e fortalecer os órgãos de meio ambiente;
 - operacionalização do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA);
 - coordenação do Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI), que deverá ser concluído em 1991, objetivando apoiar os órgãos responsáveis pela preservação ambiental, proteger os indígenas e realizar ação fundiária na região de influência da rodovia BR-364;
 - participação na Comissão Interministerial encarregada de organizar a II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e apoio ao Ministério das Relações Exteriores no Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraná-Paraguai, no Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, no Protocolo de Montreal sobre proteção da camada de ozônio da atmosfera, no Tratado de Cooperação Amazônica, na Comissão de Estudos sobre Diversidade Biológica e na programação da Comissão International da Baleia;
 - participação no desenvolvimento do projeto de zonamento ecológico-econômico, no grupo de trabalho sobre a situação atual do Programa Nacional de Energia Nuclear, e na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), encarregada de coordenar as ações de gerenciamento costeiro, Programa Antártico, levantamento da plataforma continental e outras;
 - coordenação das ações visando à efetiva integração dos órgãos federais aos princípios da preservação do meio ambiente;
 - formulação das diretrizes visando à articulação dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, para compatibilizar suas ações com as propostas do Governo Federal;
 - formulação dos decretos federais de regulamentação da Política Nacional do Meio Ambiente, das Estações

Ecológicas e Áreas de Preservação Ambiental (APA), bem como dos decretos de criação de diversas unidades de preservação.

O IBAMA desenvolveu sua ação enfatizando a proteção dos grandes ecossistemas nacionais, o controle e prevenção da poluição urbana, a fiscalização e controle do uso dos recursos naturais e dos processos de transformação dos produtos, o apoio ao uso sustentado dos recursos naturais renováveis, o gerenciamento, implantação e manejo de unidades de conservação (parques e reservas) e o incentivo à pesquisa para aperfeiçoar a tecnologia de uso racional dos recursos naturais e de proteção ao meio ambiente.

Entre as diversas ações do IBAMA, em 1990, destacam-se:

- programa de sensoriamento remoto aplicado à gestão do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, compreendendo ações de monitoramento, mapeamento e zoneamento em diversas regiões do Brasil;
- combate preventivo às queimadas e ao desmatamento em todo o território nacional, sobretudo em regiões florestais e áreas de preservação, envolvendo cerca de 3 mil agentes;
- execução da «Operação Amazônia», para combater as queimadas e desmatamentos na região, envolvendo cerca de 320 agentes;
- operação permanente de fiscalização, para preservar as áreas remanescentes da Mata Atlântica;
- gerenciamento, com implantação de infra-estrutura, vigilância, demarcação, regularização, fundiária, pesquisas e planos de manejo de 34 parques nacionais, 23 reservas biológicas e 84 estações ecológicas, abrangendo 2% do território brasileiro;
- cadastramento de garimpos e garimpeiros, visando avaliar o nível de degradação e contaminação ambiental das áreas, e início das ações de recuperação e controle;
- inventário de resíduos industriais perigosos e avaliação ecotoxicológica da contaminação por agrotóxicos,

envolvendo trabalhos de pesquisa e ações corretivas e normativas;

— recuperação e aparelhamento do Centro Nacional de Conservação e Manejo dos Sireníos, do Centro de Recuperação e Reintrodução de Animais Silvestres (CERRAS), do Centro de Estudos de Migrações de Aves (CEMAVE), do Centro Nacional de Conservação e Manejo de Quelônios da Amazônia (CENAQUA), e dos demais centros de conservação e manejo da fauna;

— fiscalização e combate ao tráfico de peles, à pesca predatória e à caça de animais do Pantanal Mato-Grossense, em ação conjunta com a Polícia Federal e Polícia Florestal;

— combate à pesca predatória e vigilância dos defesos do camarão, lagosta, sardinha e outras espécies, proibição temporária da pesca profissional nos períodos de piracema, coibição do uso de apetrechos impróprios à pesca e execução do projeto IARA de aproveitamento racional de recursos pesqueiros;

— execução do projeto de viabilização sócio-econômica de reservas extrativistas;

— implantação de seringais em áreas favoráveis, apoio ao processo produtivo em áreas de seringais nativos e de cultivo, manutenção dos níveis de produção e comercialização da borracha natural e regulação do abastecimento e preços no mercado nacional de borracha;

— treinamento e capacitação de recursos humanos para atividades de gerenciamento, assistência técnica, controle e fiscalização ambiental.

Ações Programadas para 1991

As ações da SEMAM/PR e do IBAMA, previstas para 1991, dão seqüência aos esforços desenvolvidos em 1990. Os principais programas e ações da Secretaria são:

— gestão ambiental, compreendendo a articulação de governo no nível federal, estadual e municipal e com a

sociedade civil, consolidação da legislação brasileira de meio ambiente, apoio à II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, avaliação da qualidade do meio ambiente em seus vários aspectos, e levantamento e identificação da demanda e oferta de cooperação técnico-científica em meio ambiente;

— implementação, supervisão e controle da Política Nacional do Meio Ambiente, compreendendo a coordenação do PMACI, o apoio ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e a implementação do zoneamento ecológico-econômico;

— desenvolvimento institucional, mediante ações e projetos que integram o Programa Nacional de Meio Ambiente, de alternativas de gestão ambiental, e de disseminação de informações técnico-científicas aos diversos setores sociais.

O IBAMA, terá, entre seus principais programas e ações, em 1991:

— desenvolvimento sustentado dos recursos naturais renováveis, compreendendo a avaliação dos potenciais e a regulamentação de seu uso, bem como o apoio à produção, controle e manejo nos setores de heveacultura, pesca e extração de madeira, e o fomento e fiscalização à indústria e ao comércio desses produtos;

— pesquisa e desenvolvimento sobre meio ambiente, com incentivo a estudos e pesquisas básicas sobre o aproveitamento racional dos recursos naturais renováveis, a tecnologias de preservação do meio ambiente e a técnicas extrativistas de exploração de madeira e da pesca, além da execução de um projeto experimental de preservação ambiental para garimpos e da avaliação ambiental de programas e ações do Governo nas áreas de infra-estrutura e desenvolvimento regional;

— proteção do meio ambiente, pela prevenção e combate às queimadas em áreas florestais, pela preservação da biodiversidade, sobretudo quanto a espécies da flora e fauna raras ou sob risco de extinção, pela proteção das áreas que apresentem significativa produção extrativista, pelo registro e licenciamento de produtos, processos e atividades

com potencial poluidor, pela melhoria da qualidade do meio ambiente nas cidades e pela fiscalização e controle ambiental em geral;

— educação ambiental e capacitação técnica de recursos humanos, envolvendo programas e ações educativas sobre meio ambiente nos sistemas de educação formal e não formal, e formação e treinamento de pessoal para as diversas áreas de gestão ambiental, tanto no IBAMA como em órgãos estaduais, municipais e entidades privadas.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR/PR) tem como atribuições principais o planejamento, a coordenação, a supervisão e o controle da ação dos órgãos e entidades federais que atuam em programas e projetos de desenvolvimento regional.

Estão diretamente vinculadas à Secretaria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR).

Principais Ações Desenvolvidas em 1990

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

A SUDENE, em articulação com órgãos atuantes na região, elaborou o documento «Diretrizes da Ação Governa-

mental para o Nordeste-1991-1995-2000», que servirá de base para formulação do Plano de Desenvolvimento do Nordeste, a ser submetido ao Congresso Nacional, conforme preceitua a Constituição.

No tocante ao FINOR, destacam-se a revisão da legislação dos incentivos fiscais regionais e aprovação de 69 novos projetos, que prevêem investimento total da ordem de Cr\$ 99,8 bilhões, dos quais Cr\$ 31,4 bilhões correspondentes à participação do Fundo. Estima-se a criação de 14,5 mil novos empregos diretos decorrentes destes projetos. Foram também aprovados 72 pleitos de reinvestimento, totalizando Cr\$ 536,3 milhões, e acatados 594 pedidos de isenção e 114 de redução de Imposto de Renda. Merece registro o fato de que 74 projetos incentivados — responsáveis pela criação de 18,7 mil empregos diretos — foram considerados concluídos em 1990.

No que concerne ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP), foram realizadas ações compreendidas nos diversos segmentos do Programa, particularmente pesquisa e assistência técnica, comercialização, crédito rural, ações fundiárias e apoio às comunidades rurais.

O Projeto Padre Cícero desenvolveu atividades de perfuração de poços, construção de cisternas, açudes, casas de farinha, armazéns comunitários e sistemas simplificados de abastecimento de água.

No âmbito do Programa São Vicente, privilegiaram-se a fiscalização e o acompanhamento das ações, bem como a análise de 300 projetos de interesse das pequenas comunidades nordestinas.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

Em articulação com órgãos federais e estaduais, a SUDAM elaborou documento contendo subsídios para orientar a ação do Governo na região, no período 1991-1995-2000.

No que se reporta ao FINAM, cuja legislação também foi revista, foram aprovados 26 projetos, representando investimento global de Cr\$ 42,5 bilhões e 27 cartas-consulta, que prevêem inversões de Cr\$ 25,4 bilhões. Por outro lado, foram liberados Cr\$ 11,35 bilhões, enquanto as subscrições elevaram-se a Cr\$ 13,2 bilhões. Foram cancelados 24 projetos e concluídos 21.

Com referência ao pré-zoneamento ecológico-econômico da Amazônia, a SUDAM e a FIBGE confeccionaram cartas temáticas abrangendo solo, cobertura florestal e geologia.

Merecem ainda destaque as seguintes atividades: na área do Projeto SUDAM/PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a construção de cenários alternativos para a Amazônia — 2010, a elaboração do Manual de Diretrizes Ambientais para Investidores e Analistas de Projetos Prioritários, e de estudos sobre a hidrografia, climatologia e monitoramento dos recursos naturais da Amazônia; na esfera do Programa de Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos (PROVAM), a realização de estudos e pesquisas nas bacias hidrográficas dos rios Araguari (AP), Branco (RR) e Guamá-Acará (PA), com o objetivo de identificar áreas-programa prioritárias, e, por fim, outras ações de interesse do desenvolvimento da região — notadamente projetos de saneamento rural, estudos básicos e pesquisas.

Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

A legislação relativa à Zona Franca foi objeto de aperfeiçoamento no sentido de adequar seus mecanismos à nova política industrial e de comércio exterior. Foram aprovadas, entre outras medidas, a extinção da exigência quanto à utilização de coeficientes de nacionalização nos projetos industriais — substituída pela aferição do valor agregado — além de procedimentos para reduzir trâmites burocráticos nas operações da SUFRAMA. Registrou-se, ainda, incremento nas cotas de importação, que passaram de US\$ 1.020 milhões, em 1989, para US\$ 1.285 milhões, em 1990.

Na área da SUFRAMA foram aprovados 180 projetos, 94 cartas-consulta e 2 pleitos de anuência, envolvendo recursos no montante de Cr\$ 17,6 bilhões e prevendo a geração de 39,5 mil empregos.

No Distrito Industrial de Manaus, foram ampliados as redes de energia elétrica e de telefones e os sistemas viário, de abastecimento d'água e de esgotos. Tiveram continuidade as ações de estudos, pesquisas e de apoio a projetos de desenvolvimento regional, incluindo as relativas à implantação do Distrito Industrial de Alta Tecnologia (DIALTEC).

Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)

A EMBRATUR realizou, entre outras atividades, estudos sobre o impacto do turismo na economia brasileira, pesquisa sobre o fluxo turístico internacional e, com o apoio da SDR e da OEA, o Seminário Internacional de Turismo Amazônico, visando à integração das políticas dos países do Tratado de Cooperação Amazônica, enfatizando os programas de turismo ecológico.

Foram também aprovados 21 projetos que objetivaram melhoria na qualidade do produto turístico e aparelhamento da infra-estrutura turística, representando investimentos da ordem de Cr\$ 3,4 bilhões.

Registre-se a realização de ações promocionais, pela EMBRATUR.

Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR)

A CODEBAR tem por objetivo executar e administrar as obras e serviços relativos ao assentamento da mão-de-obra do Complexo Portuário-Industrial de Barcarena, no Estado do Pará, como apoio ao Complexo Alumínio ALBRAS/ALUNORTE.

Em 1990, a CODEBAR deu ênfase à implantação e manutenção da infra-estrutura urbana da Vila dos Cabanos.

Atividades Absorvidas pela Secretaria do Desenvolvimento Regional

No que tange ao Programa Sucroalcooleiro, procedeu-se à elaboração do Plano Anual da Safra, direcionando a fabricação de açúcar e de álcool para o abastecimento interno e estabelecendo-se regras para exportação de excedentes. Foram, ademais, fixados critérios para importação alternativa de etanol e metanol. Promoveram-se, ainda, o reexame do nível de intervenção do Governo no setor, a participação nos trabalhos da Matriz Energética Nacional, a atuação junto a organismos internacionais ligados à atividade canavieira e a realização de estudos concernentes ao PLANALSUCAR e aos terminais de Maceió e Recife.

Com relação ao Programa de Recuperação de Terras e Controle de Inundações — antes a cargo do extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) — assegurou-se a continuidade imediata das obras em andamento.

No que respeita às atividades que constituíam responsabilidade da extinta SUDESUL, cabe realçar: no Programa de Desenvolvimento Integrado do Litoral Sul, de Santa Catarina, e Norte, do Rio Grande do Sul, as ações de drenagem de áreas, a retomada da construção da Barragem do Rio Leão, a conclusão de aquedutos, a realização de estudos agroeconômicos, hidrológicos e topográficos no Rio Mampituba e a elaboração de cartografia complementar; no Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia da Lagoa Mirim, a manutenção e operação da Barragem Eclusa do Canal de São Gonçalo; e no Distrito de Irrigação do Arroio Chasqueiro, a operação, manutenção e conclusão da construção de canais de irrigação e pontilhões de madeira.

No tocante ao Centro-Oeste, a SDR assumiu as ações que vinham sendo realizadas pela extinta SUDECO, destacando-se a implementação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) e dos projetos de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso (PRODEAGRO), de Ecodesenvolvimento do Pantanal Mato-grossense e de

Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Cabe anotar, ainda, a construção da Usina Hidrelétrica de São Domingos (GO), de armazéns comunitários, em Mato Grosso, e de significativos trechos de estradas vicinais que se articulam com a BR-158, MS-145, MS-256, MS-440, MT-170 e MT-235.

Outros Programas e Atividades

No âmbito do Programa Especial de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) — com recursos remanescentes do Contrato 2353/BR, assinado entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial — foram desenvolvidas ações nas áreas de saúde, educação, assistência técnica e extensão rural, aquisição de insumos agrícolas, construção de estradas rurais e infra-estrutura dos núcleos urbanos de apoio à área de atuação do POLONOROESTE, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

No que se refere ao Programa Grande Carajás, a partir de criteriosa análise, a SDR formulou proposta para adoção de programação voltada para a implementação de pólos florestais nos Estados do Maranhão, Tocantins e Pará.

Por fim, foi criada Comissão Especial que elaborou o programa de desenvolvimento para o Estado do Tocantins. A Comissão assessorou o Governo Federal nas medidas relativas a patrimônio, pessoal e orçamento daquele Estado, e representou o Poder Executivo na Comissão de Estudos Territoriais, prevista no art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Principais Ações Previstas para 1991

A SDR e suas entidades vinculadas deverão, em 1991, empreender esforço de implementação das ações previstas no Plano Plurianual 1991-1995 e nos Planos Regionais de Desenvolvimento, com destaque para as mencionadas a seguir.

No que respeita ao Programa de Recuperação de Terras e Controle de Inundações, serão aplicados recursos em obras emergenciais de proteção a vales e cidades.

Na região Centro-Oeste, serão executados programas de apoio a ações ambientais, controle de erosão do solo e de desenvolvimento integrado de bacias hidrográficas.

Na Região Nordeste, dar-se-á continuidade principalmente às ações do PAPP e à gestão do FINOR.

Na Amazônia, as principais atividades a cargo da SUDAM, previstas para 1991, referem-se à administração do FINAM e à execução de atividades voltadas para o desenvolvimento integrado da região, com ênfase no pré-zoneamento ecológico-econômico, pesquisas sobre espécies florestais para manejo sustentado de florestas, e obras de perenização do Lago Arari, na Ilha de Marajó.

Na área da SUFRAMA, destacam-se o esforço para expansão da infra-estrutura do Distrito Industrial de Manaus, a ampliação das áreas produtivas do setor agrícola e a implantação da Área de Livre Comércio de Tabatinga.

Quanto ao turismo, as ações da EMBRATUR incluirão, principalmente, a promoção interna e externa do País e, com recursos do Fundo Geral de Turismo, o financiamento para aparelhamento da infra-estrutura turística nacional.

Por seu turno, a CODEBAR dará continuidade às atividades em andamento, de apoio ao desenvolvimento do Complexo Industrial de Alumínio.

SECRETARIA DOS DESPORTOS

À Secretaria dos Desportos (SEDES/PR) compete fomentar o desenvolvimento dos desportos no País, atuando

conjuntamente com Estados, Municípios e entidades desportivas, e zelar pelo cumprimento da legislação desportiva.

Ações Desenvolvidas em 1990

Desporto e Sociedade

A atuação da SEDES busca a universalização da prática dos desportos, com ênfase na descentralização, na participação da comunidade e na incorporação dos seus benefícios pela população dos estratos de renda mais baixos. Em 1990, concentraram-se esforços na disseminação do desporto, por intermédio do sistema educacional, e no engajamento dos demais níveis de governo como implementadores de uma política desportiva mais ampla.

As principais ações desenvolvidas foram:

- realização dos «Jogos Escolares Brasileiros», que reuniram mais de 3 mil atletas, de 11 a 18 anos, provenientes de 26 Estados, para competirem em 13 modalidades;
- organização dos «Jogos das Crianças», envolvendo competições complementares ao processo educativo e estimuladoras de talentos, beneficiando cerca de 760 mil crianças, de 10 a 13 anos, em 846 cidades;
- apoio à construção de quadras poliesportivas de baixo custo, em cerca de 30 localidades, levando as práticas desportivas para cidades e regiões afastadas e de difícil acesso;
- apoio à realização de 30 eventos esportivos nacionais e internacionais, viabilizando o cumprimento, pelas confederações nacionais, de seus calendários e programações.

Desporto das Pessoas Portadoras de Deficiência

O acesso à prática desportiva é essencial ao desenvolvimento psicossocial das pessoas portadoras de deficiência, constituindo uma das linhas básicas de atuação da SEDES.

Em 1990, procurou-se concentrar ações no fomento ao desporto especializado, na capacitação de recursos humanos, no desenvolvimento de pesquisas e na divulgação de literatura especializada.

Nesse programa, cabe destacar as seguintes realizações:

- apoio às competições promovidas por entidades do desporto especializado, nas suas diversas modalidades, e por federações, clubes e organizações de hipossuficientes, bem como implantação de 5 núcleos de iniciação desportiva;
- realização de cursos e simpósios, na área de capacitação, e elaboração de manuais para programas de treinamento desportivo especializado.

Ações Especiais

A eliminação das restrições burocráticas e da presença tutelar do Estado, e a revisão da legislação desportiva, adequando-a aos princípios de liberdade de organização e autonomia decisória, constituem novas diretrizes que estão orientando o desporto brasileiro.

Em 1990, foi iniciado um amplo processo de modernização, desregulamentação e moralização do desporto. Nesse processo, cabe destacar o Projeto de Lei de Normas Gerais sobre Desportos, que, elaborado por comissão específica, mediante consulta aos mais variados segmentos, instituições e pessoas do setor, apresenta proposta de reestruturação do esporte brasileiro. O projeto de lei contempla, principalmente, a simplificação da legislação desportiva, a descentralização e democratização da organização do desporto nacional e a reorganização do desporto profissional em bases empresariais.

Ações Previstas para 1991

Para 1991, a Secretaria dará ênfase à continuidade e expansão das atividades ora em desenvolvimento.

No programa «Desporto e Sociedade», serão intensificados os projetos «Desporto Educacional», «Jogos das Crianças», «Apoio a Entidades Nacionais Dirigentes dos Desportos» e «Disseminação do Desporto de Massa».

Adicionalmente, prevê-se o início dos projetos «Vencer os Limites», voltado à prática desportiva nos Municípios, e «Bom de Bola, Bom de Escola», que desenvolverá o desporto estudantil. Cada um desses projetos deverá beneficiar cerca de 100 mil crianças.

No programa «Desporto das Pessoas Portadoras de Deficiência», espera-se ampliar as ações, já iniciadas, de apoio ao calendário desportivo nacional, de incentivo à criação dos núcleos de iniciação desportiva e de aperfeiçoamento de recursos humanos, mediante cursos, seminários e conferências para professores especializados.

Além desses programas, serão implementados projetos, visando à integração da prática desportiva com a preservação do meio ambiente.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR) tem como principais competências:

- exercer as atribuições de Secretaria Executiva do Conselho do Governo;
- desenvolver estudos e projetos de utilização de áreas indispensáveis à segurança nacional e opinar sobre seu efetivo uso;
- cooperar no planejamento, na execução e no acompanhamento da ação governamental, com vistas à defesa das instituições nacionais;

-
- coordenar a formulação da Política Nacional Nuclear e supervisionar sua execução, bem como coordenar as ações da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e suas controladas;
 - salvaguardar os interesses do Estado.

Ações Desenvolvidas em 1990

As ações mais relevantes, desenvolvidas em 1990, foram:

- produção sistemática de conhecimentos de nível estratégico, necessários às decisões do Presidente da República;
- coordenação do zoneamento ecológico-econômico do território nacional, com prioridade para a Amazônia Legal;
- participação em grupo de trabalho com a finalidade de rever a política indigenista do Governo;
- participação na Comissão de Desregulamentação; na Comissão da Dívida das Estatais; na Comissão de Aperfeiçoamento da Lei de Software, assim como na Comissão Interministerial que realiza os estudos preparatórios para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e nas negociações preliminares para a integração latino-americana;
- revisão do modelo institucional do setor elétrico;
- desenvolvimento de estudos estratégicos dos insumos na microeletrônica;
- coordenação de grupo de trabalho, instituído para estudar e propor medidas visando ao estabelecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- acompanhamento, supervisão e controle das ações multidisciplinares do Projeto Calha Norte;
- gerenciamento do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira (PAF-MFF) e atualização do planejamento do Programa da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental (PROFFAO);

-
- condução da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar;
 - elaboração de anteprojeto de lei sobre mobilização nacional;
 - atuação em pesquisa, desenvolvimento experimental de projetos e transferência de tecnologia na área de segurança das comunicações;
 - realização de cursos, estágios, ciclo de palestras e debates para servidores da Secretaria e de outros órgãos governamentais relacionados com sua área de atuação;
 - coordenação, execução, controle e supervisão do programa Desenvolvimento de Tecnologia no Campo Nuclear.

Ações Previstas para 1991

A SAE, em 1991, pretende conferir prioridade às seguintes ações:

- ampliação e aprimoramento da capacidade de produção de conhecimentos de nível estratégico, necessários às decisões do Presidente da República e às medidas de salvaguarda de segredos do interesse do Estado;
- modernização do sistema de informática;
- implantação do Programa Brasil-Século XXI, que, a partir de cenários macroestratégicos nas áreas social, econômica e de política pública, determinará metas, alternativas e opções para o desenvolvimento nacional a longo prazo;
- execução do diagnóstico ambiental e do zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal;
- participação nos trabalhos preparatórios da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, nos estudos relativos à questão indígena e aos recursos hídricos, e em outros eventos considerados de natureza estratégica;
- implantação da primeira fase do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM);

-
- continuidade no desenvolvimento do Projeto Calha Norte, conferindo-lhe a feição de programa de governo, com previsão de ações nas áreas de telecomunicações, defesa aérea, defesa naval, defesa terrestre, ensino fundamental, energia elétrica, saúde, assistência e previdência, transporte rodoviário e administração;
 - continuidade no desenvolvimento do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira (PAF-MFF) e implementação do Programa da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental (PROFFAO);
 - atualização do Manual Básico de Doutrina, Política e Diretrizes Governamentais de Mobilização, bem como da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar;
 - prosseguimento na promoção de pesquisa científica e tecnológica, e no desenvolvimento de equipamentos para a segurança das comunicações;
 - aperfeiçoamento de recursos humanos, mediante realização de cursos e eventos de natureza estratégica;
 - continuidade na implementação do Programa de Desenvolvimento de Tecnologia no Campo Nuclear.

MINISTÉRIOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Ministério da Justiça tem como áreas de competência: a ordem jurídica, a nacionalidade, a cidadania, os direitos políticos, as garantias constitucionais, a segurança pública, a administração penitenciária, a política indigenista, a execução da legislação de estrangeiros, a documentação, publicação e arquivamento dos atos oficiais, a defesa da ordem econômica, o registro do comércio, a propriedade industrial, metrologia e normalização técnica, e a articulação com o Poder Legislativo. Além disso, atua como coordenador e articulador político do Governo Federal.

Ações Desenvolvidas em 1990

O Ministério da Justiça, em vista do Decreto nº 99.179, de 15 de março de 1990, que instituiu o Programa Federal de Desregulamentação, procedeu à análise e revisão de suas funções, do que resultou a adoção das seguintes providências:

-
- difusão da Central de Atendimento ao Estrangeiro, por intermédio do Sistema de Discagem Grátis;
 - proposta de decreto sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas;
 - revisão do Código Nacional de Trânsito e de seu Regulamento;
 - aperfeiçoamento do Sistema Jurídico Penal Brasileiro;
 - revisão do Decreto nº 74.289, de 16 de outubro de 1977, que dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO);
 - publicação da Portaria nº 35, de 28 de setembro de 1990, mediante a qual ficou abolido o Certificado de Registro para Microfilmagem de Documentos.

As ações junto ao Congresso Nacional compreenderam a verificação da prioridade de várias matérias a serem incluídas na pauta de votação de cada mês, a difusão de informações e o acompanhamento de projetos de lei, entre os quais merecem citação:

- Código de Defesa do Consumidor;
- Projeto de Lei que trata da criação do Fundo Penitenciário Nacional;
- Projeto de Lei sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais;
- Projeto de Lei sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal;
- Estatuto da Criança e do Adolescente.

No âmbito do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça, foram efetivadas 22 deportações, 2 expulsões e 19 extradições.

Com o intuito de evitar e coibir distorções nas concessões de declaração de utilidade pública, foi confeccionado e publicado o manual «Entidade de Utilidade Pública Federal — Manual para Requerimento». Foi, igualmente, editado o «Guia Prático para Orientação a Estrangeiros no Brasil».

Com relação ao sistema penitenciário, o Ministério vem atuando de modo coordenado com o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Justiça, procurando identificar soluções para superar as dificuldades pertinentes ao sistema.

No tocante ao registro do comércio, houve incremento no processo de informatização, objetivando propiciar à clientela serviços ágeis e aumentar a produtividade das juntas comerciais, por meio da simplificação e racionalização dos atos, dos registros e das rotinas de serviço.

Com o objetivo de evitar o abuso do poder econômico, o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Direito Econômico e em cooperação com o setor privado, procurou desenvolver mecanismos que permitam a consolidação de uma política econômica de liberalização de mercados. Paralelamente, foram submetidas ao Congresso Nacional as Medidas Provisórias nºs 204, 218, 246 e 276, respectivamente em agosto, setembro, outubro e dezembro do corrente ano, que tratam da instituição de normas para a defesa da concorrência. O que o Executivo vem propondo é a adoção, no País, de uma lei antitruste, atualizando os princípios de intervenção do Decreto nº 92.323, de 23 de janeiro de 1986, e da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regulam a repressão ao abuso do poder econômico.

Na área de defesa do consumidor, foi elaborado o projeto «Balcão do Consumidor», que visa atender ao público em geral, no que se refere à pesquisa de preços de produtos comercializados no mercado.

Já a Secretaria de Polícia Federal, em operações de combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, dinamitou 44 pistas de pouso clandestinas na região dos Yanomami. Além disso, o Departamento de Polícia Federal apreendeu mercadorias clandestinas no valor de Cr\$ 848,8 milhões e

várias substâncias entorpecentes, principalmente cocaína, pasta de cocaína, maconha e sementes.

Em defesa do Plano de Estabilização, a Secretaria de Polícia Federal, em conjunto com a Superintendência Nacional de Abastecimento, fiscalizou estabelecimentos comerciais, principalmente as grandes redes de supermercados.

Relativamente ao registro nacional de veículos automotores, foi implantada, no Estado do Paraná, experiência-piloto, visando à sua efetiva implantação nos demais Estados.

A Imprensa Nacional e o Arquivo Nacional deram continuidade, respectivamente, aos trabalhos de edição e impressão do *Diário Oficial* e outros impressos, bem como aos contatos com várias instituições, com vistas ao recolhimento dos acervos documentais dos órgãos extintos pela reforma administrativa do Governo Federal.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), durante o exercício de 1990, expediu cerca de 4.500 patentes, decidiu sobre mais de 50 mil pedidos de marcas e coordenou assuntos relacionados à participação do Brasil em convenções, tratados e acordos internacionais, no campo da propriedade industrial e da transferência de tecnologia.

Ainda, o INPI desenvolveu os programas de Tecnologias Avançadas de Materiais, Promoção ao Patenteamento, Comercialização de Tecnologia Nacional Patenteada e Automático de Informação Tecnológica.

No que se refere à Rede Nacional de Metrologia Legal, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) incrementou seus trabalhos de verificação de medidas e instrumentos de medição. Em Metrologia Científica e Industrial, o INMETRO verificou a aferição e a calibração de vários padrões nas áreas de acústica e vibração, mecânica, eletricidade e calor. Destacam-se, ainda, reuniões bilaterais entre Brasil e Argentina, para harmonização das normas e da legislação dos dois países, no âmbito da metrologia, normalização e qualidade industrial.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) assistiu a cerca de 40 mil índios, pertencentes a 170 etnias, em distintos graus de aculturação, com costumes e tradições diversas.

Ademais, tiveram continuidade as ações no campo da educação (reformas e construção de escolas, concessão de bolsas e formação de professores e auxiliares de ensino) e da saúde (vacinas, atendimentos médicos e de enfermagem, assistência materno-infantil, atendimento odontológico e outros). Ações emergenciais específicas foram desenvolvidas com vistas ao controle do surto de doenças infecto-contagiosas, existentes na localidade do grupo indígena Yanomami, pela prestação de assistência médica-sanitária e distribuição de medicamentos.

Estão sendo implementadas atividades produtivas ligadas à agricultura, à pecuária e ao reflorestamento, por intermédio das 6 Superintendências Executivas Regionais da FUNAI. Finalmente, cabe acrescentar que as áreas fiscalizada pela FUNAI perfazem um total de 3.589 quilômetros quadrados.

A estrutura de distribuição de notícias da RÁDIOBRÁS foi reformulada, com a criação da Agência Brasil. Na função de órgão estatal de comunicação social do Governo, a RÁDIOBRÁS está divulgando, com prioridade, os atos da Presidência da República. A Agência Brasil instalou serviço, em abril de 1990, objetivando distribuir, todos os dias, à grande imprensa uma sinopse das matérias mais importantes dos jornais de circulação nacional e das capas dos jornais regionais. Afora isso, a Agência Brasil promove a divulgação semanal de informações sobre mercado financeiro, investimentos e economia.

Ações Previstas para 1991

O Ministério da Justiça dará ênfase às seguintes atividades:

- elaboração de projetos de lei que permitam a efetiva implementação da Constituição, particularmente aqueles

referentes à Advocacia-Geral da União, à Defensoria Pública e ao Ministério Público;

— modernização da Secretaria de Polícia Federal, no que diz respeito a reequipamento, construção de sedes, implantação do Sistema de Telecomunicação e do Plano Diretor de Informática, inclusive no Instituto Nacional de Criminalística e suas unidades descentralizadas, dotando a unidade central de condições para funcionar como centro de pesquisa científica;

— implantação, em âmbito nacional do Registro Nacional de Veículos Automotores e aperfeiçoamento do Registro Nacional de Carteiras de Habilitação, mediante instalação de um banco de dados centralizado e interligado com o cadastro nacional;

— compatibilização do efetivo da Polícia Rodoviária Federal e dos equipamentos, inclusive frota de veículos, com a missão que desempenha, bem como reformulação e adequação do Sistema de Aplicação e Arrecadação de Multas;

— apoio às unidades da Federação na conclusão das obras já iniciadas em estabelecimentos penais, informatização do Sistema Penitenciário Nacional e início da construção das penitenciárias federais;

— consolidação da Agência Brasil;

— reestruturação da Imprensa Nacional, dotando-a de modernas técnicas de administração, que permitam aprimorar sua capacidade produtiva;

— aperfeiçoamento dos serviços de defesa e proteção ao consumidor, inclusive mediante interiorização e descentralização das atividades;

— consolidação dos instrumentos que permitam aos povos indígenas exercer o direito sobre as terras que ocupam, mediante identificação, demarcação, regularização, registro e fiscalização das mesmas, e promover o reconhecimento dos povos indígenas como etnias diferenciadas, respeitados seus costumes, organização social, línguas, crenças e tradições;

— implantação da classificação indicativa das diversões e espetáculos públicos como meio de proteção do Es-

tado à liberdade do indivíduo, observados os dispositivos constitucionais pertinentes à liberdade de criação e expressão;

— centralização das informações criminais do País, colocando-as à disposição da Polícia e da Justiça, como meio para combater a violência e a criminalidade;

— aprimoramento das medidas voltadas para controlar o acesso a áreas restritas em portos, aeroportos e pontos de fronteira do País, bem como proceder à inspeção de bagagens, aeronaves e embarcações, a fim de inibir a ocorrência de delitos e crimes incidentes nessas áreas e na orla marítima;

— treinamento e especialização de policiais federais, habilitando-os a combater com eficácia as fraudes fiscais contra o mercado de capitais e o contrabando de tecnologia;

— elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública, com a participação da Secretaria de Polícia Federal e das polícias civil e militar dos Estados, bem como modernização da legislação concernente às atividades das empresas de segurança privada;

— elaboração e implantação do programa de gestão de documentos federais, com vistas à preservação do acervo documental;

— adoção de critérios para transferência e recolhimento dos acervos da Administração Pública Federal, dando prioridade aos órgãos extintos;

— prosseguimento da restauração de prédios tombados do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro;

— modernização institucional, administrativa e tecnológica das Juntas Comerciais;

— disseminação de informações tecnológicas relativas aos setores prioritários do INPI;

— capacitação das entidades que lidam com tecnologia, visando à utilização do sistema patentário;

— incentivo ao comércio e à industrialização de patentes nacionais;

-
- desenvolvimento de estudos de acompanhamento da inovação tecnológica, no nível nacional e internacional, colocando à disposição do Governo e das comunidades científica e empresarial informações necessárias ao planejamento e implementação de ações nas áreas de materiais;
 - apoio à realização de congressos, encontros, seminários e demais eventos, para estimular o desenvolvimento da qualidade e produtividade;
 - realização de estudos e pesquisas para formulação e divulgação de indicadores de qualidade e produtividade;
 - apoio à capacitação tecnológica da indústria, principalmente da pequena e média empresa, na formação, capacitação e reciclagem de pessoal técnico.

MINISTÉRIO DA MARINHA

O Ministério da Marinha concentra suas atividades no cumprimento das seguintes atribuições:

- preparo material e operacional da Marinha;
- realização de pesquisas e estudos de interesse da Marinha e do País;
- exercício da polícia naval, visando, principalmente, ao controle do uso do mar territorial, das águas interiores e da plataforma continental submarina;
- cooperação com os demais órgãos governamentais na garantia dos poderes constituídos e, por iniciativa desses, da lei e da ordem;
- participação nos programas nacionais de ação cívica, e colaboração, em casos de calamidade pública, com as autoridades federais e estaduais;
- participação em programas governamentais de desenvolvimento sócio-econômico.

Ações Desenvolvidas em 1990

Teve prosseguimento, em 1990, o Programa de Renovação e Aparelhamento da Marinha. Em março, a Marinha recebeu uma lancha-patrulha de 44 toneladas e, em novembro, a Marinha americana completou a transferência, ao Brasil, de um navio de desembarque-doca, o «NDD Rio de Janeiro».

Dois lançadores duplos de mísseis superfície-superfície, Exocet MM-40, foram instalados em duas fragatas da classe «Niterói» (versão anti-submarino). Por outro lado, foram retirados de serviço os contratorpedeiros «Maranhão» e «Mato Grosso», o submarino «Goiás» e o navio-oceano-gráfico «Almirante Saldanha».

A corveta «Inhaúma», primeira de sua classe, encontra-se em testes de avaliação operacional. O navio-tanque «Almirante Gastão Motta», em construção pela Ishibrás, foi lançado ao mar em junho.

O submarino «Tamoio», de projeto nacional, conhecido como NAC I, segundo da classe «Tupi», acha-se em fase de construção pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, sendo concluída a fase de projeto preliminar. Deverá ser incorporado à frota até o final de 1992.

Continuam em construção, pelo Estaleiro Mauá, os navios-patrulha da classe «Graúna».

Encontram-se em construção, no estaleiro Ebin-Só, três lanchas de patrulha e polícia naval, de 44 toneladas. Teve início, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a construção de dois navios-patrulha, de 200 toneladas.

Paralelamente às atividades de construção, iniciou-se a modernização do porta-aviões «Minas Gerais» e das fragatas, nos quais estão sendo instalados novos lançadores de mísseis.

O Programa de Operação e Adestramento das Forças Navais concentrou-se, em 1990, basicamente na condução de exercícios e operações em âmbito regional, nacional e internacional.

O patrulhamento costeiro prosseguiu em suas atividades de controle do mar territorial, da zona contígua e da plataforma submarina. Deu-se prosseguimento, também, à Missão Antártica, com a realização de pesquisas científicas na região, mantendo-se a participação do País na definição dos destinos daquele continente.

O Programa de Ampliação das Organizações Militares de Apoio foi realizado com muita parcimônia, e o de Desenvolvimento de Projetos Especiais e P&D centrou-se no desenvolvimento e na aplicação de técnicas básicas, imprescindíveis à continuação de projetos especiais relacionados com a segurança nacional.

O Programa de Coordenação e Manutenção do Ensino Básico e Profissional manteve o desenvolvimento das atividades relacionadas com a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal civil e militar, bem como daquelas voltadas para a realização de altos estudos militares, reduzindo, no entanto, os cursos no exterior.

Em 1990, as atividades operativas situaram-se no nível mínimo indispensável, não sendo possível a realização de operações conjuntas com Marinas estrangeiras em águas brasileiras.

No que tange aos serviços de saúde, tiveram prosseguimento as ações que visam a desenvolver, manter e operar a infra-estrutura de saúde, para atender ao pessoal da ativa, aos inativos e seus dependentes. As populações ribeirinhas carentes também foram atendidas, em decorrência da co-participação da Marinha na ação de assistência prestada pelo Governo.

A manutenção dos serviços de proteção à navegação, vital ao transporte hidroviário, teve continuidade, com a finalidade de proteger a navegação realizada no mar territorial ou nas vias navegáveis brasileiras. No Programa Setorial de Recursos do Mar, as ações desenvolvidas visaram ao maior conhecimento do mar adjacente à costa brasileira.

Deu-se andamento à delimitação da margem continental, com o objetivo de definir a área marítima destinada ao Brasil pela Convenção da ONU, de 1982.

Na área de planejamento e estudos encontram-se em fase de revisão o Plano Estratégico da Marinha e o Programa de Reaparelhamento da Marinha. Acha-se em estudo um plano parcial de obtenção e modernização de meios navais, para execução até o ano 2000, e foi revista a Política Básica da Marinha, em seus fatores condicionantes, objetivos e diretrizes.

No campo externo, realizaram-se o IV Encontro de Conversações Estratégicas Bilaterais entre as Marinhas do Brasil e dos EUA e a XV Conferência Naval Interamericana.

Principais Ações Previstas para 1991

Durante o ano de 1991, a Marinha dará prioridade à renovação dos meios flutuantes e à infra-estrutura de apoio aos novos navios. No Programa de Reaparelhamento, está prevista a incorporação à frota da corveta «Jaceguá», segunda de sua classe, e do navio-tanque «Almirante Gastão Motta».

O Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha, recentemente aprovado, será implementado em 1991, proporcionando melhor integração com as universidades e as empresas do setor, bem como com a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República e, de forma mais abrangente, com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Com respeito ao adestramento e à manutenção das Forças Navais, estão previstas atividades operativas que permitirão a preservação da integridade do material e o adestramento de pessoal.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

O Ministério do Exército, no cumprimento da sua missão básica de defesa nacional e garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, atua nas seguintes áreas:

-
- capacitação, organização e aparelhamento da Força Terrestre;
 - ensino, instrução e adestramento do pessoal;
 - realização de pesquisas técnico-científicas;
 - ocupação e povoamento das regiões desassistidas e distantes dos grandes centros;
 - presença na extensa faixa de fronteira terrestre do País;
 - participação em programas governamentais de desenvolvimento socio-econômico;
 - colaboração com as autoridades federais em casos de calamidade pública.

Compete, ainda, ao Ministério do Exército a supervisão das atividades da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), de sua subsidiária, a PROLOGO S/A — Produtos Eletrônicos, e da Fundação Habitacional do Exército (FHE).

Ações Desenvolvidas em 1990

No tocante ao «Projeto de Reaparelhamento do Exército» deu-se continuidade ao processo de completamento de três brigadas e a implantação da Brigada de Aviação do Exército e do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica.

Quanto aos projetos de Equipamento, Manutenção e Suprimento de Material, foram realizadas as seguintes atividades:

- na área de telecomunicações, manutenção das redes do sistema de comunicações fixas;
- na área de saúde, instalação de um acelerador linear no Hospital Central do Exército, de um auto-analisador para bioquímica e de um contador de raios gama no Instituto de Biologia do Exército;
- na área do Sistema de Informática, aquisição de equipamentos de grande e pequeno porte e prosseguimento

da implantação do Banco de Dados Gerais, com vistas ao aperfeiçoamento do Sistema de Informatização e das atividades administrativas do Ministério do Exército.

No Projeto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Exército conseguiu atingir o domínio da tecnologia de obtenção do grafite nuclearmente puro. Prosseguiram os trabalhos associados aos sistemas de mísseis solo-solo antscarro, de defesa antiaérea, de guerra eletrônica e de mísseis antiaéreos, bem como os associados ao morteiro pesado auto-rebocado, aos rádios para comunicações, às viaturas de combate e à cozinha de campanha móvel.

Quanto à construção de quartéis, em 1990, foram concluídas seis obras iniciadas em anos anteriores, na Base de Aviação de Taubaté, um posto médico na guarnição de Campinas (SP) e um pavilhão no 3º Batalhão de Suprimento em Canoas (RS).

Além dessas realizações, o Exército desenvolveu, em 1990, as seguintes ações complementares:

- formação de recursos humanos altamente qualificados, pelo Instituto Militar de Engenharia;
- execução da Operação Amizade, de apoio às famílias atingidas pelas enchentes no Grande Recife (PE);
- participação na segurança das eleições;
- transferência de tecnologia gerada nos institutos militares para a indústria nacional;
- construção, conservação e restauração de rodovias federais e estaduais, num total de 3.200km, destacando-se o Programa SOS Rodovias;
- realização de obras diversas de infra-estrutura em todo o território nacional, mediante convênios com instituições, governos estaduais e municipais;
- realização de levantamentos topográficos, demarcação de áreas indígenas e confecção de cartas topográficas, na área da cartografia;
- participação no Programa de Apoio Social Especial Integrado (PASEI), selecionando e convocando profissionais

da área de saúde para auxiliar a população carente da Região Norte;

— distribuição de cestas básicas de alimentos à população atingida pela estiagem prolongada na Região Nordeste;

— atendimento médico e odontológico às populações indígenas;

— realização do Projeto Recreio (colônia de férias para crianças carentes em várias guarnições do País);

— formação de mão-de-obra especializada, nas áreas de saúde, mecânica e informática, seja diretamente pelas organizações militares, seja em convênio com outras instituições;

— participação em projetos de reflorestamento;

— atendimento às populações ribeirinhas nas áreas de fronteira e, no interior, nas zonas de ação dos Batalhões de Engenharia de Construção;

— cooperação com o Ministério da Saúde no combate às endemias e em campanhas de vacinação pelo País;

— convênio com o FUNRURAL, visando ao atendimento das populações rurais em hospitais militares;

— prosseguimento do Projeto Esperança, com financiamento da ONU (UNFDAC-PNUD), ensejando a elaboração de um programa educacional para atuar na prevenção quanto ao uso indevido de drogas;

— participação no Projeto Calha Norte, com ações efetivas nas fronteiras das calhas dos rios Solimões e Amazonas, iniciando-se a implantação dos núcleos de Maturacá (AM) e Auaris (RR), dando prosseguimento aos melhoramentos nos núcleos de Japurá, Ipiranga, Palmeira, Estirão do Equador, Clevelândia do Norte, Surucucu, Querari e São Joaquim, e à implantação, conservação e melhoramento de vias de comunicação na região fronteiriça.

As principais realizações no que se refere às entidades vinculadas, em 1990, foram:

— início do processo de dissolução da PRÓLOGO S/A
— Produtos Eletrônicos, tendo em vista tratar-se de empresa deficitária;

— Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL): produção de 170 toneladas de pólvora, 6,5 mil toneladas de explosivos, 60 unidades de conjuntos rádio e 106 unidades de conjuntos telefônicos, 23 mil armas leves e 1,4 milhão de peças de recuperação para armamento leve, 6,9 milhões de peças, espoletas e estopins, em suas quatro fábricas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Principais Ações Previstas para 1991

- Conclusão da reavaliação e atualização do Sistema de Planejamento do Exército (SIMPLEX).
 - Implantação de medidas racionalizadoras, visando à modernização do Exército.
 - Prosseguimento nas ações de capacitação operacional da Força Terrestre, mediante organização, transferência e transformação de organizações militares.
 - Completamento do equipamento básico das brigadas prioritárias.
 - Informatização do Exército.
 - Implantação da Aviação do Exército, do Centro de InSTRUÇÃO de Guerra Eletrônica e do Centro Tecnológico do Exército.
 - Continuidade das ações relativas aos estabelecimentos de ensino e ao Projeto Calha Norte.
 - Adestramento de unidades e grandes unidades, mediante realização de exercícios de Grandes Comandos, envolvendo efetivo de tropa.
 - Prosseguimento na participação do desenvolvimento econômico e social do País.
 - Implantação gradual da nova Organização Básica do Exército.
- Com relação à IMBEL, estão previstas, para 1991, as seguintes atividades:
- produção de 230 toneladas de pólvora, 8,5 mil toneladas de explosivos, 9 milhões de peças, espoletas e esto-

pins, 100 unidades de conjuntos rádio, 173 unidades de conjuntos telefônicos, 27 mil armas leves e 1,1 milhão de peças de recuperação para armamentos leves;

— continuação dos entendimentos com a Royal Ordnance para aquisição de tecnologia na fabricação de munição de artilharia;

— continuação dos entendimentos com o Exército americano, visando à aquisição de fábricas para produção de pólvora de base simples e dupla, pirotécnicos e trotol.

Quanto à PROLOGO, até meados de 1991 deverá estar concluído seu processo de dissolução, com a absorção, pela IMBEL, da parte da empresa de interesse militar. Será desativado seu parque industrial e ultimados os contratos de manutenção com FURNAS e PETROBRÁS.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Cabe ao Ministério das Relações Exteriores executar as diretrizes de política externa estabelecidas pelo Presidente da República. Encarrega-se, assim, de orientar a ação externa brasileira, contribuir para a paz permanente entre as nações, buscar participação ativa nas grandes decisões internacionais, aprofundar a presença brasileira na América Latina, intensificar os contatos com os demais países, e participar dos esforços de reequacionamento da dívida externa.

Ações Desenvolvidas em 1990

Em consonância com a prioridade que o Brasil atribui às relações com seus vizinhos, a política externa brasileira

procurou, em 1990, dinamizar sua vertente de atuação latino-americana em todos os planos — bilateral, regional e multilateral.

Realizaram-se encontros com os Presidentes da Argentina, Chile, Venezuela, Bolívia, Equador e México; concretizaram-se numerosas reuniões do Chanceler com seus homólogos do continente; concluíram-se acordos e avançaram-se negociações que aprofundam e diversificam o intercâmbio em vários setores; intensificou-se significativamente a participação do Brasil no processo de integração regional, especialmente no Cone Sul.

A aceleração do processo de integração do Cone Sul evidenciou-se em diferentes iniciativas: o Brasil e a Argentina anteciparam, para 31 de dezembro de 1994, a criação de um mercado comum; representantes do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai concordaram com a conveniência de se formar, até 31 de dezembro de 1995, uma Zona de Livre Comércio, aberta a outros países da ALADI, e convidaram o Paraguai a juntar-se a um espaço econômico comum; iniciaram-se as negociações do «Grupo Mercado Comum Quadripartite», envolvendo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai; o Brasil e a Argentina assinaram o «Acordo de Complementação Econômica», que amplia e consolida, em um único texto, uma série de acordos bilaterais.

Os encontros presidenciais foram marcados por avanços expressivos em diversos domínios, de que são exemplos a histórica «Declaração sobre Política Nuclear Comum» com a Argentina; os acordos firmados com o Chile sobre a cooperação científica, técnica e tecnológica e sobre combate a entorpecentes e psicotrópicos; os entendimentos mantidos em encontro na fronteira com o Presidente da Venezuela, país que, ademais, elevou o volume de petróleo exportado ao Brasil após a crise do Golfo Pérsico; os acordos complementares, concluídos com a Bolívia, para a plena implementação do processo de integração energética e o exame de mecanismos para incremento do comércio com o Equador.

Dinamizaram-se também as relações com o México, firmando-se o acordo de cooperação na área de meio ambiente, o acordo-quadro de cooperação fazendário-financeira, o convênio de cooperação em matéria de promoção

de co-investimentos e o Memorandum de Entendimento para aproveitamento de preferências que se outorgam os dois países em licitações públicas internacionais.

O Brasil tem acompanhado com atenção a evolução dos acontecimentos na América Central, estando disposto a prestar ajuda técnica e econômica aos países centro-americanos, na medida que eles a solicitem e dentro das possibilidades brasileiras. Quanto ao Caribe, tem o Brasil procurado participar de iniciativas tendentes a intensificar suas relações com os países daquela região. Registra-se, com Cuba, uma rápida consolidação do relacionamento.

O Brasil participou ativamente de trabalhos em diversos foros multilaterais latino-americanos, entre eles, o «Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política» («Grupo do Rio»), a ALADI, o SELA, o Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica.

O «Grupo do Rio» viu reforçada sua função de foro de consulta e coordenação política e teve atuação dinâmica em 1990, traduzida não apenas nas conversações entre seus integrantes, mas também nos encontros destes com interlocutores extra-regionais. O Brasil assinou a «Declaração de Roma» sobre as relações entre o Grupo do Rio e a Comunidade Econômica Européia.

Nas relações com os países industrializados, a política externa brasileira adotou como diretriz a disposição de exercitar, incessantemente, a vocação para o diálogo e a negociação, com base no reconhecimento das divergências e no desejo de solucioná-las de modo objetivo e livre de ressentimentos.

Essa diretriz, aliada às reformas implantadas na economia brasileira e às atitudes do governo, em temas como o da preservação do meio ambiente e o da transparência do programa nuclear, permitiu superar algumas dificuldades de relevo entre o Brasil e os países desenvolvidos, entre as quais a transferência de tecnologia e o acesso de produtos brasileiros a mercados do mundo desenvolvido.

A partir de março de 1990, foram aprimoradas as relações Brasil-Estados Unidos, permitindo superar o contencioso comercial entre os dois países. A visita do Presidente

Bush veio consolidar esse salto qualitativo no relacionamento bilateral, tendo sido anunciada a criação de um grupo de trabalho bilateral sobre transferência de tecnologia sensível, e confirmada a autorização norte-americana para exportação, ao Brasil, de um supercomputador. Concluiu-se um Memorandum de Entendimento, com vistas à cooperação bilateral na área do meio ambiente, o primeiro assinado entre o Brasil e os Estados Unidos.

O Governo brasileiro dedicou redobrada atenção à Europa Ocidental. Realizou-se visita presidencial a Portugal e ocorreram significativos avanços em projetos de interesse mútuo, como a cooperação com a RFA e o Reino Unido para preservação do meio ambiente, e o exame do conjunto das relações entre Brasil e parceiros europeus, como no caso da Comissão Mista com a RFA, que teve lugar às vésperas da unificação da Alemanha.

O governo atribuiu ênfase especial ao acompanhamento do processo de reestruturação na União Soviética e no Leste Europeu, dando continuidade à consolidação de seus laços políticos e econômicos com os países daquela região. Destaca-se a visita presidencial à República Federativa Tcheca e Eslovaca, a primeira desse nível àquele país.

O trabalho de aproximação da diplomacia brasileira com os países da Bacia do Pacífico é hoje exercido de forma constante e sistemática. O Brasil, que já mantinha relações formais com 23 países da área da Ásia e Oceania, procedeu, em 1990, à criação da Embaixada no Vietname, com representação cumulativa com a Embaixada em Cingapura.

Realizou-se visita presidencial ao Japão, país que ocupa posição de realce na política externa brasileira. A diplomacia brasileira está empenhada em aprofundar as relações com a República Popular da China e a Índia, que exibem marcantes paralelismos com o Brasil, em termos de escala e patamar de desenvolvimento. O Presidente chinês realizou importante visita a nosso país.

As ações da diplomacia brasileira em relação à África desenvolveram-se no contexto das severas dificuldades econômicas daquela região e das modificações no panorama

interno da África Meridional, sobretudo Angola, Moçambique e África do Sul, onde as negociações de paz e as promessas do governo sul-africano de declínio do «apartheid» trazem repercussões para todo o continente. O Brasil elevou o Escritório de Observação na Namíbia à categoria de Embaixada e participou, na Nigéria, da Segunda Reunião da Zona de Paz e de Coordenação do Atlântico Sul.

Quanto ao Oriente Próximo, a crise do Golfo Pérsico, ao mesmo tempo que colocou graves desafios para o Brasil, rendeu-lhe uma das principais vitórias diplomáticas em 1990: o êxito da missão especial enviada a Bagdá, que conseguiu retirar do território iraquiano os brasileiros que lá se encontravam, sem afastar-se da estrita observância das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Intensificaram-se as relações entre Brasil e Irã, país cujo projeto de reconstrução abre novas perspectivas para a cooperação brasileira e que, após a crise do Golfo, respondeu rápida e positivamente à solicitação brasileira de elevação do volume de suprimento de petróleo.

O Brasil tem emprestado seu firme apoio à evolução recente no sentido da valorização do papel dos organismos internacionais, pois a defesa do multilateralismo constitui diretriz básica de nossa política externa, como meio de participação nos processos decisórios e de atribuição de poder a foros que expressem a vontade coletiva.

Entre outras demonstrações do respaldo do Brasil aos organismos multilaterais, podem-se arrolar não apenas a participação do Presidente da República na Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, na Assembléia Geral das Nações Unidas e na Cúpula Mundial para a Criança, mas também o fato de não haver o Brasil hesitado em acolher e dar integral cumprimento às Resoluções mandatórias do Conselho de Segurança da ONU relativas à crise do Golfo Pérsico.

A política externa brasileira projeta no cenário internacional preocupações sobre assuntos de grande interesse. Como reflexo da prioridade que atribui à questão ecológica, o Brasil, no plano externo, passou à ofensiva na apresentação de propostas para o direcionamento de recursos

crescentes em prol da preservação do meio ambiente, para a intensificação da cooperação internacional, para o acesso às «tecnologias limpas» e para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que sediaremos em 1992.

No âmbito da preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o governo participou, em março e agosto de 1990, de reuniões preparatórias em Nova York e Nairóbi, buscando, em ambas, as posições conciliatórias que se esperam do país anfitrião. As responsabilidades do Brasil nesse sentido levaram, paralelamente, à criação de uma Comissão Interministerial para a preparação da Conferência (CIMA).

O Governo brasileiro entende que a comunidade internacional tem o direito de preocupar-se com violações de direitos humanos onde quer que ocorram, e, coerentemente, passou a acolher as críticas construtivas nesse setor. Assinamos e ratificamos a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que entrou em vigor em outubro.

No que respeita ao combate a drogas ilícitas, o Brasil tem prestado sua contribuição para esforços tanto multilaterais como bilaterais. Em 1990, participou da Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, dedicada ao tema; da conferência Ministerial de Londres para a Redução da Demanda de Entorpecentes e o Combate à Ameaça da Cocaína; e da Reunião Ministerial de Ixtapa, México, promovida pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD). No plano bilateral, além da continuidade de programas com outros países, foram assinados acordos de cooperação, contra drogas ilícitas, com o Equador e o Chile.

No âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o governo tem apoiado medidas tendentes a solucionar a grave crise financeira que aquela organização atravessa, e procura obter maior colaboração para projetos a serem desenvolvidos em território nacional. No que concerne ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), buscou-se aumentar o volume de assistência alimentar concedida às regiões Norte e Nordeste. Procu-

rou-se também aumentar a participação da Organização Mundial da Saúde (OMS) em projetos brasileiros no setor, sobretudo no que diz respeito ao tratamento da AIDS e de outras doenças contagiosas. Cumpre ainda ressaltar que, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), o governo desenvolveu a contento a tarefa de esclarecimento quanto aos casos de liberdade sindical dos quais é objeto, e promoveu ampla atualização de suas obrigações relativas à aplicação das Convenções da OIT no País.

Na área espacial, o Brasil participou da XXXIII Sessão do Comitê para Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS), das Nações Unidas, na qual foram discutidas medidas de proteção ambiental para o uso de fontes de energia nuclear no espaço.

Quanto à atuação diplomática nos temas de natureza econômica, ressaltam-se, em primeiro plano, as negociações da Rodada Uruguai do GATT — Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que absorveram grande parte das atividades de política comercial em 1990, ano previsto para o término da Rodada. A intensa participação brasileira em todos os 15 Grupos Negociadores demonstrou a prioridade que atribuímos ao processo de negociação.

País dotado de uma diversificada agricultura de produtos tropicais e temperados e de um setor industrial de expressivo porte, o Brasil tem grande interesse tanto nas negociações dos temas tradicionais, tais como produtos tropicais e agricultura, como nas chamadas «novas áreas», tais como propriedade intelectual, serviços e investimento. Estas últimas, debatidas na Rodada por iniciativa dos EUA, teriam por efeito, caso incluídas no âmbito do Acordo Geral, a ampliação de seu poder regulador.

No processo de elaboração da política de comércio exterior de produtos de base, o governo promoveu ampla participação do setor privado, com o objetivo de coordenar posições negociadoras. Tal orientação presidiu as negociações brasileiras em organizações internacionais (café, açúcar, cacau, trigo), em grupos internacionais de estudos (borracha, chumbo e zinco, cobre, níquel) e em associações

de países produtores (estanho, bauxita, pimenta-do-reino, castanha-do-pará).

O governo procurou tomar iniciativas destinadas a obter compensações adequadas para cobrir os prejuízos causados com a implementação das sanções ao Iraque, determinadas pela Resolução nº 661 do Conselho de Segurança da ONU. Nesse sentido, a exemplo de diversos outros países, o Brasil efetuou consulta ao Conselho de Segurança da ONU, com base no artigo 50, da Carta das Nações Unidas.

Procurou-se igualmente encontrar mercados alternativos, ou renegociar quotas já existentes, para o fornecimento de petróleo ao mercado brasileiro.

No setor de transporte aéreo, foram consolidados os acordos aéreos vigentes, em especial o Acordo com os Estados Unidos da América, de 1989, o qual chega ao final do corrente ano com o pleno aproveitamento do esquema de capacidade autorizada. Intensificaram-se, no setor de transporte terrestre, as negociações com os países do Cone Sul, visando a facilitar e agilizar o tráfego comercial — rodoviário e ferroviário — nos seus aspectos operacionais, aduaneiros, fitossanitários e migratórios. No setor de transporte marítimo, deu-se prosseguimento à execução da política brasileira, em defesa da marinha mercante nacional e da sua maior participação no mercado internacional de fretes.

No setor de Feiras e Exposições, o Itamaraty apoiou diretamente a participação brasileira em 60 eventos, dentre os quais se destaca a Feira Internacional de Hannover, considerado como o mais importante na área de subcontratação industrial.

Em coordenação estreita com a EMBRATUR, o Itamaraty vem também participando de diversos projetos de promoção de turismo, incluindo, entre esses, a criação de um Banco de Dados de Turismo.

No âmbito da cooperação intelectual, diversas reuniões de comissões mistas culturais foram realizadas, bem como celebrado Acordo de Cooperação Cultural com a

Bulgária. O Brasil e os demais países interessados assinaram, em Lisboa, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O Ministério deu prosseguimento aos programas de leitorados em instituições de ensino superior e de estabelecimento e manutenção de centros de estudos brasileiros, cujo número hoje se aproxima de 50. Ainda na área da difusão de língua e literatura, foi promovida a participação brasileira em feiras de livros em Buenos Aires, Bolonha, Gotemburgo, Frankfurt e México.

Através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), as atividades de cooperação técnica internacional ampliaram-se, com negociações, entre fontes doadoras e países receptores, e com novos programas e projetos bilaterais e multilaterais. Na área da cooperação recebida pelo Brasil, foram incrementados os programas com Reino Unido, Alemanha, Canadá, Japão e França. No âmbito da cooperação com países em desenvolvimento, foram negociados programas e iniciativas com a América Central e Caribe, Argentina, Bolívia, Chile, Guiana, México, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela, Angola e Moçambique.

A ABC promoveu, durante 1990, quatro seminários nacionais, em conjunto com o setor produtivo, com vistas à maior integração do segmento privado nas atividades de cooperação técnica internacional. Organizou ainda o «TECH 90», centrado na discussão da política de transferência de tecnologia para o Brasil, como parte de um projeto maior de incremento da competitividade da indústria brasileira.

O Instituto Rio Branco formou, em 1990, dezessete novos diplomatas, dos quais, quatro bolsistas estrangeiros.

Foram realizados, no corrente ano, dois Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas e o mesmo número de Cursos de Altos Estudos, resultando na aprovação de quarenta e três Segundos-Secretários e quatorze Conselheiros, respectivamente.

Ações Previstas para 1991

A posição do Brasil no cenário regional e internacional, as condições socio-econômicas do País e as características presentes em sua política interna constituem parâmetros fundamentais para orientar as atividades da diplomacia brasileira em 1991.

Desses parâmetros decorrem linhas gerais de atuação, que poderiam ser resumidas em:

- apoiar as atividades de inserção crescente e competitiva na economia internacional, por meio da abertura de mercados externos para produtos brasileiros e do acesso do Brasil à tecnologia de outros países;
- fortalecer os entendimentos de alto nível com parceiros de diferentes regiões geográficas, entre os quais os integrantes da CEE, cuja marcha para o estabelecimento de um mercado comum, em 1993, demanda atenção especial da diplomacia brasileira;
- intensificar o relacionamento com os países latino-americanos, em particular com a Argentina, e o processo de integração do Cone Sul, visando, principalmente, às ações previstas na Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina e às negociações do Grupo Mercado Comum Quadripartite, envolvendo o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai;
- ampliar a participação do Brasil nos organismos internacionais e contribuir para a valorização do multilateralismo;
- contribuir para o encaminhamento de questões de interesse da comunidade internacional, em especial a preservação do meio ambiente, inclusive com a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a realizar-se no Brasil, em 1992.

No plano administrativo, as seguintes diretrizes deverão nortear a ação do Itamaraty:

-
- aprimorar a estrutura de pessoal do Ministério, a fim de torná-la mais adequada às suas necessidades;
 - iniciar, no exterior, programa quinquenal de construção de sedes e chancelarias e aquisição de áreas para suas repartições em 13 cidades, nas Américas do Norte e do Sul, África e Europa e, no Brasil, a reforma e reaparelhamento do Palácio Itamaraty, dos anexos do Ministério, da Secretaria de Recepção e Apoio (no Rio de Janeiro), das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites (Belém e Rio de Janeiro) e do Instituto Rio Branco, bem como a instalação definitiva da Agência Brasileira de Cooperação, de acordo com cronograma de trabalho a ser ainda aprovado;
 - continuar o projeto de preservação de bens patrimoniais e culturais, no Brasil e no exterior;
 - expandir a capacidade de programação e armazenamento de dados e o sistema de comunicações;
 - dar início ao detalhamento do projeto de construção do Centro de Treinamento do Instituto Rio Branco.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação (MEC) atua nas áreas de educação, ensino civil, pesquisa e extensão universitárias, magistério e educação especial. Compete, ainda, ao MEC estabelecer a Política Nacional de Educação.

Ações Desenvolvidas em 1990

Educação Básica

Em 1990, o MEC concentrou esforços na universalização e melhoria da qualidade do ensino fundamental, me-

diante incentivo técnico e financeiro às áreas de carência mais pronunciada, e no fornecimento de ensino pré-escolar e especial. Especificamente, vale ressaltar as seguintes ações:

- Assistência Financeira às Regiões Norte e Centro-Oeste: com recursos provenientes do Acordo MEC-BIRD, foram construídas e equipadas 19 escolas, reformadas e equipadas 13, distribuídos 267.536 pacotes de material didático-escolar, e treinados 5.518 docentes e técnicos administrativos;
- Assistência Financeira ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental: com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, foram apoiados, em todos os Estados, projetos de construção, reforma e equipamento escolar, treinamento de recursos humanos e aquisição de material didático-pedagógico;
- Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar: o MEC apoiou financeiramente a aquisição de equipamento para 3.268 classes estaduais de pré-escola em 20 Estados, e para 9.184 classes municipais em 791 Municípios de todas as unidades da Federação;
- Desenvolvimento da Educação Especial: foram apoiados Núcleos Profissionalizantes e Oficinas Pedagógicas, abrangendo 1.062 alunos, e 810 instituições privadas de ensino especial, bem como distribuídos materiais didáticos a 31.538 alunos, equipadas 27 instituições públicas de ensino especial, e realizados cursos específicos para 331 professores.

Educação Tecnológica

A atuação do MEC, na área de ensino técnico, teve como objetivo a ampliação da oferta de vagas e o desenvolvimento do ensino em escolas técnicas industriais, agrotécnicas e de saúde, em nível de 2º grau, e escolas agrícolas de 1º grau. Em 1990, destacaram-se as seguintes ações:

— Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico: procedeu-se à ampliação da oferta de vagas em 47 escolas agrícolas de 1º grau e em 11 escolas técnicas e agrotécnicas de 2º grau; além disso, assegurou-se a continuação de obras em 37 escolas agrícolas de 1º grau e em 33 escolas técnicas e agrotécnicas de 2º grau, e iniciaram-se obras em 9 escolas técnicas de 2º grau, e 2 escolas técnicas de saúde.

— Apoio ao Funcionamento, Coordenação e Manutenção do Ensino nas Instituições Federais de Ensino Técnico: foram aplicados recursos na manutenção da rede de ensino técnico federal.

Ensino Superior

O MEC procurou assegurar a manutenção, construção e recuperação das instalações em 49 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com ênfase no reequipamento de laboratórios e bibliotecas, renovação do parque computacional e reforma de imóveis. Também foi estimulada a melhoria dos padrões de ensino em 24 entidades universitárias não-federais de ensino superior, através de repasse de recursos.

Com relação aos programas de pós-graduação, a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), contemplou a concessão de bolsas de estudo (15.841 bolsas, em nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, e 2.190, no exterior) e de recursos para a manutenção da infra-estrutura de 415 cursos de mestrado e 120 de doutorado no País.

Pesquisa Educacional

A pesquisa educacional, a cargo do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), teve como objetivos o apoio técnico-financeiro a estudos e pesquisas, a disseminação do conhecimento técnico-científico produzido na área e o desenvolvimento da educação a distância. Em 1990, foram realizadas 270 pesquisas e eventos.

Assistência ao Estudante

As ações de assistência aos estudantes visaram à equiparação de oportunidades e à melhoria da eficiência do sistema escolar, abrangendo as áreas de alimentação escolar, distribuição de livros didáticos, implantação de salas de leitura, produção de material didático-pedagógico e assistência médica preventiva.

Em 1990, tiveram continuidade os seguintes programas:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar: foram atendidos 24.361.077 alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental, 5.319.991 irmãos de escolares e 2.600.000 crianças vinculadas a entidades filantrópicas nas regiões Norte e Nordeste;
- Programa Nacional do Livro Didático: foram distribuídos 4.435.575 livros a alunos matriculados no ensino fundamental;
- Programa Nacional de Material Escolar: foram distribuídos 25.865.805 unidades de material escolar e 180.808 exemplares de obras didáticas, além de produzidas e vendidas 4.192.943 unidades de material e exemplares de obras didáticas;
- Programa Nacional de Salas de Leitura: foram distribuídos 1.769.340 livros a 47.820 escolas ou bibliotecas escolares, e 136.493 livros a 3.689 bibliotecas públicas; além disso, fez-se a assinatura de 1.200.000 periódicos, visando à capacitação de docentes para o ensino fundamental;
- Atendimento Educativo e Preventivo nas áreas de Saúde Geral, Odontologia e Oftalmologia: foram implementadas ações de saúde preventiva em 562 Municípios, beneficiando 6.064.305 alunos, matriculados em 28.034 escolas da rede pública estadual e municipal.

Radiodifusão Educativa

A produção e a veiculação de programas educativos de rádio e televisão tiveram como objetivo apoiar o ensino

fundamental e médio, os programas de alfabetização e a qualificação de professores, visando à melhoria da qualidade do ensino. Foram produzidos 6.980 programas de rádio e 3.670 programas de TV, em apoio ao ensino fundamental.

Ações Previstas para 1991

Educação Básica

Em educação pré-escolar, prevê-se a ampliação do atendimento em creches e pré-escolas, mediante criação de 80 mil novas vagas.

Para o ensino fundamental, estão previstos recursos para ampliação das condições de acesso e permanência na escola da população de 7 a 14 anos, com a criação de 388.690 novas vagas nas áreas de maior carência.

Na educação especial, será incentivada a disseminação de recursos modernos de apoio ao atendimento educacional a 220.200 alunos.

Em alfabetização, prevê-se a expansão da oferta de ensino alfabetizante e supletivo em nível fundamental, que atenderá a 4.200.000 jovens de 15 anos ou mais, dentro do Programa de Alfabetização e Cidadania.

Ensino Médio e Educação Tecnológica

Para a educação tecnológica, serão destinados recursos para manutenção, equipamento e ampliação da rede de escolas técnicas federais, com a criação de 21.600 novas vagas.

Para a revitalização da escola normal, serão alocados recursos visando ao aprimoramento dos cursos de formação de professores para ensino fundamental e educação infantil, em 227 instituições.

Ensino Superior

A manutenção e aprimoramento do ensino de graduação nas 52 instituições federais de ensino superior, e o

apoio à melhoria do ensino em 84 entidades comunitárias de ensino superior, constituem metas prioritárias, para 1991, nessa área de atuação do MEC.

No ensino de pós-graduação, serão destinados recursos para 1.456 cursos de pós-graduação, bem como assegurada a concessão de 19.888 bolsas de estudo.

Pesquisa Educacional

Será assegurada a continuação do programa de projetos e estudos avaliativos na área de educação.

Assistência ao Estudante

As metas para 1991 serão o fornecimento de alimentação escolar a 28.406.223 alunos, a distribuição de 84 milhões de livros didáticos e 2.800.000 módulos de material didático-pedagógico, e a manutenção da assistência médica preventiva a 13.064.305 alunos.

Radiodifusão Educativa

Serão ampliados os programas educativos nas áreas de alfabetização, pré-escola, ensino fundamental, ensino supletivo, qualificação profissional e atividades físicas e desportivas.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica tem como atribuições principais: — estudar e propor diretrizes para a Política Aeroespacial Nacional;

-
- propor a organização e providenciar o aparelhamento e o adestramento da Força Aérea Brasileira;
 - orientar, coordenar e controlar as atividades da Aviação Civil, tanto comerciais como privadas e desportivas;
 - estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, a infra-estrutura aeronáutica, inclusive os serviços de apoio necessários à navegação aérea;
 - orientar, incentivar e realizar pesquisas de interesse da Aeronáutica;
 - operar o Correio Aéreo Nacional.

Ações Desenvolvidas em 1990

As atividades de maior destaque, efetuadas nos principais programas e projetos, em 1990, foram:

- Plano AM-X: adquiridas 8 aeronaves;
- Plano Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB): prosseguimento da implantação do CINDACTA III, que cobrirá toda a área do Nordeste, e do DACTA Amazônia, que compreende a instalação de radares nas cidades de Manaus, Belém e São Luís, bem como da modernização dos equipamentos de comunicação terra-avião e de auxílio à navegação aérea;
- Transporte de Superfície: o Ministério reformulou toda a política nessa área, alienando veículos e modificando normas de utilização, a fim de permitir redução de gastos;
- Recursos Humanos: foram mantidos todos os cursos normais de carreira, inclusive o concurso para formação de sargentos (Escola de Especialistas), mas cancelados os concursos para as demais escolas de formação;

— Combustíveis e Lubrificantes: o número de horas voadas sofreu uma redução da ordem de 40%, como medida de economia, fato que gerou uma grande redução nos dispêndios da Aeronáutica com combustíveis e lubrificantes, sem prejuízo de suas missões de caráter operacional.

Quanto às empresas vinculadas, as principais realizações são a seguir descritas:

A Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER) desenvolveu e fabricou, em 1990, o EMB 120-Brasília e o EMB 312-Tucano, aviões que têm tido boa aceitação no mercado externo. Em junho, lançou, em parceria com a FAMA, indústria argentina, o primeiro protótipo do CBA 123-Vector, que já alcançou cerca de 150 opções de compra. O projeto do EMB-145, primeiro jato de passageiros que construirá, teve seus estudos adiados para o próximo ano. Em compensação, o caça tático AM-X, desenvolvido em parceria com a Itália, já é realidade. Atualmente, a empresa vem atravessando um período crítico, havendo necessidade de um ajuste administrativo-financeiro, que levou à demissão, em outubro, cerca de 4 mil dos seus 12.500 funcionários.

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) administra 62 aeroportos, zelando pela sua conservação e modernidade. Durante 1990, realizou obras no Aeroporto Internacional de Brasília e estudou a ampliação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, além de continuar as obras do Aeroporto de Guarulhos.

A Telecomunicações Aeronáuticas S.A. (TASA) é responsável por cerca de 117 destacamentos de proteção ao vôo. Objetiva, basicamente, implantar, operar e explorar, industrialmente, os circuitos da Rede Internacional do Serviço Fixo Aeronáutico para fins de segurança, regularidade, orientação e administração do transporte aéreo em geral. A TASA cumpriu, em 1990, todas as suas metas nas áreas de modernização dos sistemas de proteção ao vôo e telefonia aeroportuária.

A Companhia Eletromecânica (CELMA) preparou-se, em 1990, para apoiar os motores Garrett TFE 731-2/3 dos Lear Jets, séries 30 e 50. Externamente, atendeu aos mercados da América do Sul, de parte da América Central e da Europa. No decorrer do ano, foram cumpridas as metas propostas, tendo a empresa faturado, aproximadamente, US\$ 64 milhões. Sua privatização é objeto de interesse do Governo, cujo processo já teve início, por força do Decreto nº 99.666/90.

Ações Previstas para 1991

As iniciativas para 1991 estão inseridas no contexto dos segmentos que compõem o Poder Aeroespacial, bem como nos campos profissional, social e de saúde. O Ministério da Aeronáutica prevê:

- continuar adequando a estrutura organizacional da Força;
- prosseguir com o reequipamento e a modernização do material aéreo;
- equipar e modernizar os terminais de carga, a fim de assegurar a mobilidade da Força e a eficiência do transporte aéreo;
- dotar aeródromos selecionados de infra-estrutura básica, que permita a operação de unidade aérea desdobrada;
- continuar com o programa AM-X;
- prosseguir com o Plano Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;
- investir na capacidade de mobilização da Aviação Civil, como complemento à capacidade de transporte da Força Aérea;
- prosseguir com a implantação da rede de aeródromos destinados a atender a expansão da Aviação Civil;

-
- continuar com o programa de construção de aeroportos na região amazônica;
 - aumentar o atendimento às pequenas comunidades, com a expansão do transporte aéreo às regiões mais longínquas do território nacional;
 - executar projetos e pesquisas em áreas de tecnologia de ponta ainda não atendidas pelo complexo técnico-industrial brasileiro;
 - desenvolver programas de cooperação industrial internacional, visando à evolução tecnológica e à penetração em novos mercados;
 - participar do desenvolvimento e da integração nacional.

A INFRAERO continuará a desenvolver os projetos em andamento, principalmente os dos Aeroportos Internacionais de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

A TASA prevê o cumprimento de todas as metas estabelecidas para o Programa de Modernização dos Sistemas de Proteção ao Vôo e Telefonia Aeroportuária, tal como ocorreu em 1990.

A privatização da CELMA deverá concretizar-se em 1991, e a empresa pretende estender suas exportações aos mercados do México e da África, e a algumas indústrias norte-americanas.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Compete ao Ministério da Saúde coordenar o conjunto de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde,

identificando riscos e necessidades, com vistas a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Para o desempenho de tão abrangente missão, o Ministério incorporou às suas tradicionais atribuições a assistência médica, consubstanciada na absorção da estrutura do INAMPS.

A Constituição inclui a conceituação da saúde entre os direitos de cidadania, o que implica não somente «acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação», como questões relativas às políticas econômicas e sociais voltadas para a redução do risco de doença e de outros agravos decorrentes.

Esses princípios de política ganharam contornos operacionais na Lei Orgânica de Saúde, recentemente sancionada, que veio consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS). A necessidade de articulação das ações e serviços em sistema único tem exigido profundas mudanças no funcionamento da atual estrutura multiinstitucional do setor.

Ações Desenvolvidas em 1990

O Ministério da Saúde, em 1990, pautou-se nas seguintes diretrizes:

- resgate da credibilidade do setor público na prestação de serviços de assistência médico-hospitalar;
- ampliação do Programa de Suplementação Alimentar para gestantes, nutrizes e crianças;
- ativação dos programas de saneamento básico, especialmente o de abastecimento de água em comunidades rurais;
- consolidação da política setorial de ciência e tecnologia;
- implementação de programas de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;
- racionalidade na implantação e na operação do Sistema Único de Saúde, de maneira a garantir a incorpora-

ção de todos os programas desenvolvidos às rotinas dos serviços;

— aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento do SUS, com vistas a consolidar a cooperação entre União, Estados e Municípios;

— desenvolvimento de novos modelos de organização de serviços e de gerência, para conferir eficiência às atividades de gestão e operação dos serviços.

Vários fatores interferiram na atuação do Ministério, dificultando o cumprimento satisfatório de seus objetivos.

Em primeiro lugar, a reforma administrativa do setor, que ainda se encontra em fase de implantação, provocou alterações em seu funcionamento, e também um acréscimo substancial de encargos. Além da incorporação do INAMPS ao Ministério, promoveu-se a fusão da SUCAM e da FSESP na Fundação Nacional de Saúde.

Em segundo lugar, com a aprovação da Lei Orgânica da Saúde, coube ao Ministério a responsabilidade de implantar efetivamente o Sistema Único de Saúde, suprindo-o de definições claras sobre as competências e atribuições dos diferentes órgãos que compõem as instâncias político-administrativas do Sistema, a fim de reduzir a fragmentação do processo decisório e as conseqüentes perdas de eficiência e eficácia da ação governamental.

As ações desenvolvidas pelo Ministério podem ser classificadas em três níveis: político-institucional, jurídico-administrativo e técnico-operacional.

No campo político-institucional, intensificaram-se os procedimentos para a implantação do Sistema Único de Saúde. Os objetivos visaram alterar o modelo assistencial e dotar o País de um sistema integrado com a descentralização operacional programática e orçamentária, além da constituição de instância de decisão nos Estados e Municípios.

Foi criado o PRÓ-SAÚDE, com o objetivo de fornecer um novo modelo de administração e gerência, que abrangará tanto a formação e a capacitação de recursos humanos quanto reformas de instalações e equipamentos de unidades.

Cerca de 5 mil servidores na área de medicina social foram cedidos às secretarias estaduais e municipais de saúde, e 440 unidades do INAMPS foram transferidas aos Estados. Houve, também, cessões do Hospital João XXIII à Prefeitura de São Paulo, do Hospital Presidente Médici à Universidade de Brasília e do Hospital-Maternidade Alcides Carneiro à Universidade Federal da Paraíba.

O terreno jurídico-administrativo foi marcado pela sanção da Lei Orgânica da Saúde, que irá permitir não só o disciplinamento do setor, e sua organização administrativa e jurídica, mas também a consolidação do SUS.

No campo técnico-operacional, as principais ações do Ministério foram:

Infra-Estrutura Física

- recuperação e instalação de equipamentos em unidades;
- implantação da Rede Nacional de Hospitais de Medicina do Aparelho Locomotor, com a intensificação das construções dos hospitais de São Luís, Salvador e Curitiba;
- fortalecimento da infra-estrutura na Região Nordeste, mediante assinatura do Projeto Nordeste II com o Banco Mundial, contemplando investimentos em Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Sergipe, e beneficiando 483 municípios e cerca de 12,5 milhões de pessoas;

Assistência Médico-Hospitalar

- realização de 12,3 milhões de internações hospitalares e de 300 milhões de consultas médicas;

Assistência Farmacêutica

- prestação de assistência farmacêutica, com produtos da linha RENAME, às unidades de saúde;
- distribuição de farmácias básicas (22 medicamentos) a 2.355 municípios;

Imunobiológicos

- auto-suficiência na produção de vacinas contra febre amarela, sarampo, meningites tipos A e C, febre tifóide e cólera, e incorporação de tecnologia na formulação da vacina contra poliomielite;
- ampliação da produção de vacinas pela Fundação Oswaldo Cruz, obtendo-se, em 1990, 15 milhões de doses contra sarampo, 13 milhões contra febre amarela e 4 milhões contra meningites tipos A e C;

Ciência e Tecnologia

- realização de 340 projetos de pesquisa na área de saúde;
- desenvolvimento de tecnologias para produção de imunobiológicos, reagentes e medicamentos, e atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos estratégicos para a saúde pública;
- instalação do Laboratório de Biologia Molecular, das unidades de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para biotecnologia e unidade de ultra-estrutura viral na FIOCRUZ;

Sangue e Hemoderivados

- prestação de assistência técnica e financeira a 26 hemocentros, 4 centros regionais e 48 centrais sorológicas;
- ampliação da produção de hemoderivados no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, para suprir a deficiência nacional de albumina e de fatores de coagulação;

Alimentação e Nutrição

- reformulação do Programa de Suplementação Alimentar, com aquisição e distribuição de 43,9 mil toneladas de alimentos a cerca de 8 milhões de beneficiários;
- institucionalização do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SIVAN);

Vigilância Sanitária

— elaboração e implantação do Projeto Qualidade, que visa garantir a qualidade de produtos, serviços, meio ambiente e ambientes de trabalho sujeitos à vigilância sanitária, compreendendo tanto a implantação do Banco de Dados sobre Laboratórios para Qualidade em Saúde (367 laboratórios cadastrados), quanto a elaboração do Projeto Ambiente, que realizará o controle ou a eliminação de fatores de risco à saúde, decorrentes da poluição e da contaminação ambiental;

Vigilância Epidemiológica e Controle das Doenças Transmissíveis

— intensificação das ações de vigilância epidemiológica em apoio a programas de controle de doenças transmissíveis e de erradicação da poliomielite;

— realização da Campanha Nordestina de Vacinação contra poliomielite, em abril de 1990, com cobertura de 91,5% da população alvo;

— realização do 1º Dia Nacional de Vacinação («Campanha de Multivacinação»), em setembro de 1990, com coberturas de 92,6% para pólio, 73,0% para sarampo, 60,2% para DPT e 69,3% para BCG, além de vacinação contra hepatite tipo B, na região amazônica;

— criação do Plano Nacional de Controle de Zoonoses, que, mediante campanha de vacinação contra raiva canina, atingiu 90 milhões de cães vacinados em 1990;

— implementação do Programa de Controle da AIDS, abrangendo educação continuada, desenvolvimento de pesquisas, garantia de acesso ao tratamento adequado, fornecimento de medicamentos e tratamento psicoterápico;

— reestruturação do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Malária que, em 1990, obteve estabiliza-

ção no número de casos (577 mil) em relação ao ano anterior, com prioridade para a região amazônica, responsável por 97% do total de casos;

— intensificação do combate aos transmissores da doença de Chagas, com borrifação de 260 mil domicílios, atingindo uma população endêmica de cerca de 54 milhões de pessoas;

— intensificação das ações de combate à esquistossomose, mediante medicação em massa nas localidades com índice de prevalência superior a 50% e medicação dos positivos nas demais localidades da área endêmica;

— realização de práticas antiveteriais nas localidades infectadas pela dengue, com o objetivo de neutralizar as endemias e evitar sua multiplicação;

Assistência Materno-Infantil

— elaboração e implantação de nova proposta de atendimento à saúde da mulher e da criança, com o objetivo de reduzir a mortalidade, num esforço conjugado de instituições governamentais e não governamentais;

Procedimentos de Alta Complexidade e Custo

— definição de política apropriada para os procedimentos de alta complexidade e custo, em consonância com o modelo assistencial do SUS, enfatizando-se os transplantes de órgãos, os procedimentos cardiológicos e os de reabilitação, traumatologia e ortopedia;

Saneamento

— construção e manutenção de 625 sistemas de abastecimento de água em 277 municípios;

— construção e manutenção de sistemas de esgotamento sanitário, mediante implantação de 150 mil melhorias sanitárias em 87 municípios.

Ações Previstas para 1991

Para 1991, estão previstas as seguintes ações:

- melhorar o atendimento médico-hospitalar integral no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante aperfeiçoamento do atendimento e reestruturação dos serviços de emergência;
- expandir as obras de construção, reforma e equipamento de unidades da rede do SUS, com vistas a reduzir as desigualdades regionais na distribuição da rede assistencial, assim como ampliar o atendimento às populações carentes;
- ampliar as ações de prevenção e assistência odontológica à população de baixa renda;
- conceder prioridade às ações de assistência integral à saúde, dirigidas ao grupo materno-infantil e à população indígena;
- fortalecer o controle e a erradicação de doenças, principalmente as transmissíveis;
- ampliar e modernizar o Sistema de Vigilância Epidemiológica, com vistas a reduzir, ou mesmo eliminar, os fatores de risco e outros agravos à saúde;
- ampliar e aprimorar as redes nacionais e hemocentros e de laboratórios de saúde pública;
- ampliar a produção e a distribuição de medicamentos essenciais à população de baixa renda;
- ampliar as ações relativas à suplementação alimentar, com distribuição de cesta básica de alimentos a 10,3 milhões de beneficiários (gestantes, nutrizes e crianças de menos de 3 anos);
- aperfeiçoar a vigilância sanitária, com implementação dos projetos Qualidade e Ambiente e implantação do projeto Inovar, que visa à adoção de nova sistemática para registro de produtos sujeitos ao controle do Ministério;
- incentivar as ações de desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde, com vistas ao aumento do suprimento de insumos essenciais para o setor;

— ampliar as ações na área de saneamento básico, mediante expansão de sistemas de abastecimento de água e de esgoto sanitário para as populações rurais.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP) resultou da fusão dos extintos Ministérios da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, e Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Em consequência, absorveu a competência desses órgãos, ademais de incorporar aquelas relacionadas com a área de abastecimento, que não se encontravam originalmente no Ministério da Fazenda.

As ações do MEFP, no exercício de 1990, concentraram-se na implementação e monitoramento do programa de estabilização e das mudanças estruturais na economia, visando, especialmente, à modernização do sistema produtivo e à diminuição da presença do Estado na economia.

Política Fiscal

As medidas de política fiscal, adotadas a partir de março, permitiram ao governo reverter o quadro de desequilíbrio herdado do passado. A execução financeira da União passou a ter como objetivo a geração de superávits de caixa, o que permitiu não só fossem suprimidas as pressões sobre o mercado financeiro, como também fosse iniciado o processo de redução do estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal.

Ao final de 1990, as contas do Governo apresentaram resultado positivo de caixa da ordem de Cr\$ 129 bilhões,

em uma demonstração de austeridade nos gastos a rigor na arrecadação tributária. Saliente-se que, em 1989, o resultado de caixa da União acumulou, a preços de 1990, um déficit de Cr\$ 2.617 bilhões.

Em 1990, a arrecadação federal atingiu a cifra de Cr\$ 4.016 bilhões, representando, em termos reais, acréscimo de 19% em comparação com o ano anterior. Os gastos com custeio e investimento, em 1990, foram reduzidos, em relação ao ano anterior, em aproximadamente 58% em termos reais, atingindo cerca de Cr\$ 533 bilhões.

Deve ser salientado que um dos fatores importantes para a obtenção de superávit de caixa em 1990 foi a expressiva redução dos encargos da Dívida Pública Mobiliária Federal. No ano anterior, esses desembolsos somaram Cr\$ 2.181 bilhões, tendo atingido apenas Cr\$ 256 bilhões em 1990.

O propósito de assegurar equilíbrio entre receitas e despesas foi rigorosamente aplicado na condução das operações de crédito.

Merece destaque, ainda, em 1990, a privatização da comercialização do trigo em grão, em virtude da Lei nº 8.096, desonerando-se o Tesouro Nacional da obrigatoriedade de compra de toda a produção do cereal. Além disso, efetuou-se considerável esforço no sentido de reduzir os subsídios ao crédito e à aquisição de produtos agrícolas.

Na área tributária, foram implementadas medidas visando à obtenção, no curto prazo, de recursos adicionais para o Tesouro, além de outras voltadas para a eliminação de vazamentos da receita, o aprimoramento da imposição tributária e a coibição da evasão fiscal.

Saliente-se, a propósito, que a arrecadação tributária foi reforçada em 1990, pela incidência temporária do IOF sobre transações e resgates de aplicações financeiras de renda fixa, operações com ouro, alienações de ações e saques de cadernetas de poupança, relativamente aos estoques desses ativos existentes em 16 de março de 1990.

Procedeu-se, ainda, à revisão das alíquotas de impostos de importação e sobre produtos industrializados incidentes sobre bens importados, a fim de adaptá-los à nova política econômica. Da mesma forma, foram revistas alíquotas do IPI incidentes sobre bens produzidos internamente.

O Imposto de Renda, a partir de 1991, incidirá, também, sobre lucros obtidos em operações em bolsas de valores. Passou-se a tributar, isonomicamente, os lucros auferidos pelas pessoas jurídicas, independentemente do direcionamento das vendas para o mercado interno ou externo.

Deve ainda ser mencionada a instituição, a partir de 1991, do Imposto de Renda sobre o lucro decorrente da atividade agrícola, e a transferência das receitas arrecadadas pelo INCRA para o Departamento da Receita Federal.

Operou-se a revisão de todo o elenco de benefícios fiscais, sendo suprimidas várias isenções e reduções tributárias e reavaliados e confirmados os benefícios vinculados à promoção do desenvolvimento regional.

Por último, foram editadas recentemente medidas destinadas a simplificar a tributação das pessoas físicas e sobre aplicações financeiras, sem prejuízo da arrecadação, sendo, ainda, implementado programa de simplificação no âmbito do controle fiscal, em particular na área aduaneira.

Políticas Monetária e Creditícia

No contexto da política antiinflacionária, destacou-se a reforma monetária, com o bloqueio de grande parte dos ativos financeiros em circulação. Em consequência, ocorreu sensível diminuição no volume das transações econômicas, com reflexos imediatos sobre os níveis de inflação.

O reescalonamento da dívida pública, resultante desse bloqueio, e a obtenção de expressivos superávits de caixa do Tesouro permitiram a recuperação dos instrumentos

clássicos de controle monetário, cuja eficácia havia se reduzido significativamente nos últimos anos.

Para minimizar os efeitos recessivos da redução de liquidez e evitar a penalização de segmentos carentes da sociedade, foram adotadas providências objetivando a liberação de recursos para diversos setores. Entre os beneficiados, cabe salientar os aposentados e pensionistas, as sociedades benéficas e os desempregados.

Com a queda da inflação e a consequente redução dos custos de retenção de moeda, ocorreu, até abril, processo de remonetização da economia. A partir de maio, a atuação do Banco Central passou a pautar-se pelo controle da quantidade de moeda e não mais pela fixação da taxa de juros. Ademais, o Banco Central extinguiu o financiamento diário, às instituições financeiras, dos recursos necessários ao fechamento de posições em títulos públicos do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Essa nova política permitiu que fosse reintroduzido o risco nas operações de *overnight* e iniciado o alongamento dos prazos dos títulos públicos.

Vale ressaltar a estabilidade que a relação M1/PIB tem apresentado desde o mês de maio, situando-se na casa dos 3%. O comportamento dos meios de pagamento ampliados (M4) é semelhante, mantendo-se na faixa de 12% do PIB durante todo o período de maio a dezembro de 1990.

A base monetária, por sua vez, mostrou comportamento semelhante ao de M1, ao longo do ano, com grande expansão no período imediatamente após a implantação do plano de estabilização, e redução acentuada nos níveis de crescimento, a partir de junho.

No segundo semestre de 1990, as transferências de cruzeiros das reservas bancárias para cobertura de insuficiência, em cruzados novos, nos depósitos à vista à ordem do Banco Central, constituíram importante fator de contração da base monetária. Os resultados superavitários do Tesouro Nacional, obtidos a partir de junho, também contribuíram de forma destacada para o controle monetário.

Com os fatores contracionistas superando amplamente os elementos de expansão da base monetária, foi possível efetuar resgate líquido nas operações com títulos públicos federais, sem prejuízo de austeridade conferida à política monetária.

Em dezembro de 1990, foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional a criação de um novo título público federal, destinado especificamente à execução da política monetária, o Bônus do Banco Central do Brasil. Assim, a autoridade monetária passou a dispor de título de emissão própria, destinado a regular o nível de liquidez do mercado, tornando ainda mais independente a política monetária em relação à execução da política fiscal.

Área Externa

Durante 1990, o cenário externo mostrou-se franca-mente desfavorável à maioria dos países em desenvolvimento. A atividade econômica no mundo industrializado esteve em processo de desaceleração, o que afetou negati-vamente o comércio internacional, levando a uma queda de cerca de 8% nos preços das *commodities* (exclusive petróleo).

Apesar desse cenário externo pouco alentador, os re-sultados obtidos pelo Brasil na área externa podem ser con-siderados bastante satisfatórios, como será visto a seguir.

Política Cambial, Balanço de Pagamentos e Dívida Externa

A política de minidesvalorizações diárias da taxa de câmbio foi substituída pelo sistema de taxas livres de câmbio, desde o início do programa de estabilização. Em fun-cão dessa nova sistemática, foi possível eliminar gradual-mente a defasagem cambial existente no início de 1990.

O superávit comercial do Brasil alcançou cerca de US\$ 11 bilhões, em 1990. Ainda que se situe abaixo do valor registrado no ano precedente (US\$ 16 bilhões), esse resultado pode ser considerado altamente satisfatório, tendo em conta as condições internacionais adversas e a nova política de maior abertura da economia brasileira à competição externa.

As exportações alcançaram cerca de US\$ 31 bilhões e as importações US\$ 20 bilhões, traduzindo queda de 8,7% no primeiro caso e aumento de 11,5% no segundo, em relação a 1989. Os dados recentes revelam tendências de recuperação das vendas ao exterior, em face do realinhamento mais intenso da taxa de câmbio.

Em vista da crise no Golfo Pérsico, aumentaram, de forma expressiva, as despesas com importações de petróleo, que atingiram cerca de US\$ 4,3 bilhões, o que significa um aumento de gasto de cerca de 28% em comparação com o ano precedente. Os acontecimentos no Oriente Médio foram ainda responsáveis pela interrupção das exportações brasileiras para o Iraque e o Kuwait.

A redução do superávit comercial em 1990 implicou, naturalmente, um menor volume de recursos próprios para atendimento das despesas com serviços. Estima-se, contudo, que a conta de juros, principal item dessa conta, registrará despesa líquida inferior a do ano precedente, em cerca de US\$ 900 milhões.

Ao lado disso, as medidas de proteção do balanço de pagamentos adotadas no contexto da renegociação da dívida externa brasileira, em curso, têm permitido a recuperação gradual do estoque de reservas em moeda estrangeira, que já se encontra em posição bem mais confortável que no início da atual administração (US\$ 7,6 bilhões, no conceito de «Caixa», em dezembro de 1990, contra US\$ 5,4 bilhões em março de 1990). Essas providências se fizeram necessárias, devido ao quadro de crescentes restrições na oferta de recursos externos ao País.

No tocante ao estoque total da dívida externa brasileira, a última posição disponível (junho de 1990) registra o

valor de US\$ 118,3 bilhões, representando um pequeno acréscimo em relação à de 31 de dezembro de 1989 (US\$ 115 bilhões).

Políticas de Abastecimento e Preços

O MEFP implementou as diretrizes governamentais no sentido de desregulamentar e liberalizar a economia, deixando aos mercados a livre determinação dos preços, desde que não se caracterizassem práticas de monopólio ou de cartel e que a indexação informal não se tornasse excessiva.

Em março de 1990, foram adotadas providências de controle de preços com o objetivo de ajudar a reverter as expectativas inflacionárias, reforçando os efeitos das medidas de controle de liquidez. Tais medidas começaram a ser flexibilizadas 45 dias após sua adoção.

Com o objetivo de aumentar a concorrência, liberalizaram-se, através de redução de tarifas aduaneiras, as importações de bens de consumo, priorizando-se, em tais reduções, aqueles bens cuja produção nacional possui estrutura cartelizada. Ademais, foram reduzidas a zero as alíquotas de uma série de insumos agrícolas e industriais, visando à maior competitividade dos produtos brasileiros.

A verificação tempestiva de pressões setoriais permitiu ao MEFP avaliar o efeito das políticas monetária, fiscal, industrial e de comércio exterior sobre o sistema de preços e a oferta de produtos, possibilitando a adoção de ações corretivas.

O acompanhamento dos preços de setores com poder de influenciar o mercado fornece, também, subsídios para o Governo atuar na esfera judicial e de defesa da concorrência.

Com relação ao abastecimento, merece ressaltar a criação da Companhia Nacional de Abastecimento (CNA), cu-

jas funções incorporaram as antes desempenhadas pela Companhia Brasileira de Abastecimento (COBAL), Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), e Companhia de Financiamento da Produção (CFP), em um esforço de melhor coordenar o tratamento das questões de abastecimento por parte do Governo Federal, evitando superposições e ineficiências.

Foi criado o Programa de Abastecimento Social, capacitando a CNA a atuar como atacadista junto a pequenos varejistas, situados em bolsões de pobreza, na periferia das grandes cidades ou em regiões não atendidas regularmente pela iniciativa privada. Esse programa tem como meta atingir, em sua fase inicial, 17 milhões de indivíduos, membros de famílias carentes, com renda de até dois salários mínimos.

Políticas Industrial e de Comércio Exterior

Em junho do ano passado foram definidas pelo MEFP as «Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior», cujo objetivo básico é o aumento da eficiência na produção, dentro de um ambiente de maior competição, interna e externa. Nessa linha, foram lançados, em setembro e novembro, respectivamente, o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade.

O Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria tem por objetivo estimular a cooperação entre a indústria e o setor de ciência e tecnologia. Estabelece uma série de medidas voltadas para o apoio à capacitação tecnológica da indústria, entre as quais se destaca a prioridade concedida ao financiamento a investimentos destinados a programas de modernização.

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade prevê ações voltadas para os seguintes propósitos: cons-

cientização e motivação dos dirigentes empresariais, trabalhadores e consumidores; desenvolvimento de recursos humanos; modernização da infra-estrutura tecnológica; e aprimoramento da articulação institucional entre Estados, indústria, e entidades de educação e de ciência e tecnologia. Será operacionalizado, essencialmente, pela iniciativa privada, que contribuirá com a maior parte dos recursos financeiros necessários. Caberá ao Governo o papel de catalisador, mobilizador e articulador.

O esforço de capacitação tecnológica da indústria nacional será, ademais, estimulado pelos incentivos fiscais anunciados na Medida Provisória nº 280, de 14 de dezembro de 1990, e ampliados para a agropecuária, em projeto de lei enviado pelo Executivo para apreciação do Congresso Nacional. Os incentivos serão concedidos às empresas que executarem programas de desenvolvimento tecnológico, abrangendo, entre outros benefícios, a faculdade de as empresas deduzirem, em até 8% do Imposto de Renda devido, os dispêndios com atividades dessa natureza.

Em relação à política de informática, diversas medidas foram adotadas no sentido de compatibilizá-la com as «Diretrizes da Política Industrial e de Comércio Exterior». O Executivo enviou ao Congresso Nacional projeto de lei alterando a Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, bem como definiu uma lista de produtos de informática, considerados potencialmente competitivos, que receberão proteção até outubro de 1992. Da mesma maneira, estuda-se a revisão da Lei de Software, com o objetivo de retirar do texto legal exigências anacrônicas. Foram também facilitadas as associações de firmas nacionais com empresas estrangeiras detentoras de tecnologias mais avançadas.

Visando a incentivar os projetos de modernização e automação industrial, o Conselho Monetário Nacional suspendeu a exigência de financiamento externo para importações com cobertura cambial de máquinas e equipamentos. Foram reduzidos, para um máximo de 70%, em valor, os índices de nacionalização para que os bens de capital sejam considerados de fabricação nacional.

Coerentemente com essas iniciativas, foram implementadas ações na área do comércio exterior buscando au-

mentar a inserção da economia brasileira no comércio internacional. A utilização de forças de mercado para induzir a modernização tecnológica passou a ser utilizada em lugar dos instrumentos característicos do período de substituição de importações, que incluíam controles administrativos, subsídios e incentivos de eficiência duvidosa.

Nesse contexto, as seguintes medidas foram estabelecidas, na área de comércio exterior:

- revogação das restrições administrativas à importação;
- adoção de alíquota zero do imposto de importação para máquinas, equipamentos, peças, matérias-primas e produtos intermediários sem produção nacional;
- reduções de alíquotas do imposto de importação para tecidos, defensivos agrícolas e animais, fertilizantes e corretivos agrícolas, máquinas para a indústria têxtil e a agricultura, além de redução em 50% das alíquotas de insumos produzidos em condições de monopólio;
- proposta de ampla reforma tarifária, com reduções escalonadas do imposto de importação para o período 1991-1994;
- simplificação do mecanismo de registro de empresas exportadoras e importadoras, e redução no prazo de emissão dos documentos de importação e exportação;
- implantação, no BNDES, do Programa de Financiamento à Produção para Exportação de Bens de Capital.

Plano Plurianual

Em cumprimento ao artigo 165 da Constituição, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento coordenou a elaboração do Plano Plurianual para o quinquênio 1991-1995, encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto, especificando as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Revertendo a tendência dos últimos anos, foi privilegiado o aumento do investimento público. Nesse sentido, o crescimento médio projetado para as despesas de capital, no período do Plano, é de 14,4% ao ano.

Orçamentos da União

Deflagrada a reforma administrativa, a primeira prioridade do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no que se refere aos Orçamentos da União, foi operar a realocação orçamentária para 1990. Vários órgãos e entidades foram extintos e novos órgãos foram criados, exigindo inúmeras alterações.

Ainda no primeiro semestre, foi elaborada a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1991, que, analisada e modificada pelo Congresso Nacional, resultou na Lei nº 8.074, de 31 de julho de 1990.

Paralelamente, procedeu-se à revisão orçamentária para 1990, que incorporou alterações decorrentes dos novos parâmetros fixados pelo programa de estabilização e também da reforma administrativa em curso. Ao longo do segundo semestre de 1990, mais três propostas de revisão foram elaboradas e, posteriormente, aprovadas pelo Congresso. No final de agosto, foi encaminhada ao Legislativo a proposta orçamentária para 1991.

Administração do Patrimônio da União

A administração dos bens imobiliários da União está a cargo do MEFP. Nessa área, encontram-se em andamento, entre outras, as seguintes atividades:

- alienação de imóveis administrados pelo Ministério, não utilizados no serviço público, mediante leilão;
- ampliação do cadastro de bens próprios nacionais e início do projeto de cadastramento de bens dominiais, que resultarão em cerca de 50 mil imóveis cadastrados;

— sistematização da legislação patrimonial, bem como montagem de sistema de informações gerenciais e de acompanhamento e controle de inadimplências.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Dentre as atividades desenvolvidas pelo IBGE, em 1990, cumpre assinalar a realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e de estudos especiais («Avaliação da Participação Político-Social da População» e «Avaliação das Condições de Saúde e Nutrição da População»).

Na área de geociências, promoveu-se a intensificação dos levantamentos e das análises relativas ao meio ambiente. Destaca-se, ainda, nesse setor, o Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal, em fase de preparação, com vistas à Conferência Internacional do Meio Ambiente de 1992.

Para 1991, tem prioridade absoluta a realização do Censo Demográfico, compreendendo levantamento de dados sobre as principais características sociais, econômicas e demográficas da população brasileira, bem como sobre as condições de habitação, infra-estrutura e serviços.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Em razão da reforma administrativa empreendida pelo governo, foi alterada a denominação do IPEA, que, além disso, ganhou novas funções e estrutura.

O papel do IPEA passou a ser o de apoiar o MEFP, em particular sua Secretaria Especial de Política Econômica, na formulação, acompanhamento e avaliação de um amplo espectro de políticas públicas.

O Instituto exerceu, ao longo de 1990, importante função no processo de formulação e detalhamento de diversas políticas globais e setoriais. O programa de trabalho do IPEA, para 1991, tem como eixos temáticos: a estabilização macroeconómica; a revisão do papel do Estado como instrumento de desenvolvimento; a modernização produtiva da economia; o combate à pobreza; e a preservação do meio ambiente.

Banco do Brasil

Para ajustar-se à reforma econômica implementada a partir de março de 1990, o Banco do Brasil passou a dar maior ênfase aos negócios que privilegiasssem atividades produtivas, acelerassem o desenvolvimento econômico e social do País, e apresentassem maior segurança e liquidez.

O Banco registrou empréstimos agropecuários no montante de Cr\$ 721 bilhões, o que representou crescimento real da ordem de 50% em relação a 1989. Por outro lado, dos saldos aplicados no Fundo Constitucional do Centro-Oeste, 72% foram destinados às atividades agropecuárias.

A despeito de ter-se notabilizado como o grande banco rural, os demais setores de economia, industrial, comercial e de serviço, foram assistidos no montante equivalente a Cr\$ 1.858 bilhão (acrédito real sobre 1989 de aproximadamente 25%).

Acumulando as funções de instituição governamental e banco comercial, o Banco do Brasil continuará, em 1991, dando apoio basicamente ao setor rural, com ênfase aos pequenos e miniprodutores e suas cooperativas, sem prejuízo dos serviços que presta ao Governo Federal.

Como banco comercial, deverá aplicar seus recursos próprios no atendimento a médios e grandes produtores com atividades empresariais assistidas tecnicamente, que tenham cumprido, com regularidade, os compromissos assumidos.

Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA)

Por determinação constitucional, o BNB e o BASA passaram a contar, a partir de 1989, com recursos referentes a 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo do Norte e Nordeste — Fundo Constitucional do Norte (FNO) e Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) —, além do Centro-Oeste.

Ao final de outubro de 1990, o saldo das aplicações do Banco do Nordeste no FNE alcançava Cr\$ 22 bilhões, e do Banco da Amazônia no FNO, Cr\$ 5,6 bilhões.

Caixa Econômica Federal (CEF)

Em 1990, a gestão da CEF esteve voltada, principalmente, para a viabilização e implementação de ações na área social, com atuação nos segmentos de banco comercial, crédito imobiliário e poupança, administração das loterias, e fundos de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano.

O desempenho operacional da CEF, em 31 de dezembro de 1990, apontou um saldo de depósitos de aproximadamente Cr\$ 2.630 bilhões, que, comparado com dezembro de 1989, implicou aumento percentual de 6,6% em termos reais.

Durante 1990, a CEF elaborou um plano de ações para viabilizar a centralização de todas as contas vinculadas do FGTS, antes controladas pela rede de bancos depositários, cujo total ultrapassa a 46 milhões de contas ativas e 60 milhões de inativas. Já o Fundo de Compensação de Variações Salariais teve instalado o seu Conselho Curador, e aprovada a retomada das habilitações de cerca de 300 mil contratos liquidados.

Os recursos captados por meio das loterias foram da ordem de Cr\$ 77 bilhões, distribuídos principalmente para

o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, os ministérios da área social e a Cruz Vermelha Brasileira.

Os benefícios, pagos no exercício, do Programa de Integração Social (PIS) de julho de 1989 a julho de 1990, correspondentes a saque de cotas, abonos e rendimentos, montaram a Cr\$ 5.612 milhões, e a expectativa é de que atinjam Cr\$ 69.300 milhões, no exercício de julho de 1990 a julho de 1991.

Na área de habitação, a contratação de financiamentos em 1990 foi de 197.563 mil VRFs, por meio de recursos da caderneta de poupança, e de 105.333 mil VRFs com recursos do FGTS, correspondendo à construção de, respectivamente, 55.992 e 117.947 moradias. Na área de saneamento, foram realizadas contratações, em 1990, em valor correspondente a 1.858 milhões de BTNs, para obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem, mediante convênios com Estados e Municípios. Já na área de infra-estrutura urbana, as contratações foram da ordem de 541 milhões de BTNs.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

A partir de 1990, o Sistema BNDES redirecionou sua atuação para alinhar-se às novas diretrizes da política industrial.

Em termos de aplicações, em 1990, foram alocados 4,4 milhões de BTNs, das quais 3,9 milhões oriundas de recursos ordinários disponíveis e 500 mil de recursos vinculados, cumprindo 91% do estipulado no orçamento global do sistema para o ano.

Em 1991, o BNDES reorientará suas aplicações para empreendimentos voltados à reestruturação do parque produtivo nacional, mormente no tocante à capacitação tecnológica, reorganização do sistema de produção e gerenciamento, e fusões e incorporações em empresas pertencentes a segmentos selecionados.

O Sistema BNDES privilegiará, ainda, na montagem de operações em novos investimentos na infra-estrutura, os empreendimentos a serem realizados por empresas privadas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

As áreas de competência do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) na nova estrutura organizacional do Poder Executivo, estabelecida na Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, são as seguintes: produção agrícola e pecuária; padronização e inspeção de produtos vegetais, animais e de insumos; reforma agrária; meteorologia e climatologia; pesquisa e experimentação agropecuária; vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; irrigação, e assistência técnica e extensão rural.

As prioridades do Ministério concentram-se em reforma agrária, pesquisa e experimentação agropecuária, irrigação, e defesa sanitária vegetal e animal, tendo em vista seus efeitos de médio e longo prazos sobre o aumento da eficiência do setor rural e a melhoria das condições socioeconómicas do homem do campo.

Como diretriz geral, busca-se, permanentemente, a descentralização e a desregulamentação das ações empreendidas pelo Ministério, visando aumentar a eficiência do gasto público, ampliar a participação dos Estados, Municípios e da iniciativa privada, e reduzir a interferência governamental, a duplicação de esforços e o consequente desperdício de recursos.

Ações Desenvolvidas em 1990

Dando seqüência às ações de reforma agrária e colonização, executadas pelo Instituto Nacional de Reforma

Agrária e Colonização (INCRA), foram assentadas 2.300 famílias, abrangendo uma área de 85,7 mil hectares. Sete novos projetos de assentamento foram criados, tendo-se promovido a emancipação de outros quatro. Aproximadamente 108 mil títulos de propriedade foram distribuídos em diferentes regiões do País, em particular em zonas de elevada concentração de pequenos produtores de baixa renda. Processaram-se 43 imissões de posse em áreas desapropriadas, abrangendo 572,8 mil hectares, em todo o País. Cerca de 112 mil famílias — assentadas em 578 projetos de reforma agrária e colonização — receberam assistência técnica e creditícia em diferentes modalidades.

Com relação ao cooperativismo, realizaram-se 53 cursos, além de 225 seminários, encontros e reuniões técnicas, atividades que concorreram para o melhoramento da qualificação dos cooperados, na gestão dos seus negócios agrícolas e das cooperativas. Em convênio com cooperativas e Municípios, foram construídos 400km de rede elétrica em áreas rurais.

Na área da pesquisa e experimentação agropecuária, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) deu continuidade aos 42 programas nacionais de pesquisa, executando mais de 4 mil projetos. Como resultado desse esforço, foram produzidos, testados e recomendados aos agricultores 111 novos cultivares de milho, arroz, feijão, soja, algodão, tomate, mandioca e ervilha. Cabe destacar, especificamente, que a empresa lançou cultivar de mandioca, para a região do cerrado, que triplica a produtividade média do fator terra, e criou sete novos cultivares de arroz irrigado, que permitem o aumento da produção de quatro para cinco toneladas por hectare. Outros resultados importantes foram o desenvolvimento e a divulgação, para produção em escala comercial, do «baculovírus» para controle da lagarta do cartucho do milho e o lançamento à comercialização da nova variedade de milho híbrido BR-201.

Além disso, a EMBRAPA produziu e comercializou 9.920 toneladas de sementes básicas de arroz, feijão, batata, milho, trigo e soja, permitindo aos agricultores elevar a produtividade dessas culturas.

Em termos de pesquisa e experimentação, cumpre ainda mencionar ações complementares, empreendidas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), que desenvolveu 298 projetos específicos para a região cacaueira e produziu 14 mil sementes híbridas de cacaueiro. A CEPLAC também empreendeu ações no âmbito da defesa fitossanitária, realizando o controle em 51 mil plantas, em um esforço para erradicar a «vassoura de bruxa», doença que vem afetando a lavoura cacaueira e comprometendo seus níveis de produtividade. Prestou assistência técnica e extensão rural a aproximadamente 32,8 mil produtores em técnicas agropecuárias, abrangendo 1,7 milhão de hectares e 1,0 milhão de cabeças de gado. Merece registro também a manutenção de escola profissionalizante com 673 alunos matriculados, dos quais 289 formados em 1990, além do treinamento prestado a cerca de 37 mil produtores rurais.

A Secretaria Nacional de Irrigação, em conjunto com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), implementou, em 1990, um elenco de ações que permitiram o incremento de 65 mil hectares na superfície irrigada no País e criaram condições para uma expansão futura de mais 100 mil hectares. Dentre essas ações, destacam-se a prestação de assistência técnica e creditícia aos agricultores, a construção de 900km de linhas de transmissão elétrica, e a construção e manutenção de canais de irrigação, os quais demandaram um movimento de 1,5 milhão de m³ de terra; a construção de 23 barragens de médio porte, com capacidade para armazenar 700 milhões de m³ de água, e a perfuração de 520 poços tubulares. Com vistas a um melhor aproveitamento dos cursos e das massas d'água represadas, promoveu-se seu repovoamento com alevinos de diversas espécies, mantendo-se assim os níveis de produção de pescado, em águas interiores, no Nordeste.

Na área de defesa e vigilância sanitária vegetal e animal, as ações da Secretaria Nacional de Defesa têm procurado incessantemente assegurar níveis de qualidade das matérias-primas e produtos finais do complexo produtivo

agropecuário, compatíveis com as exigências do consumidor e respeitadas as determinações legais. No campo da defesa sanitária vegetal, despontam os trabalhos de prevenção e controle das doenças e pragas. Para sua implementação, foram mantidas oito estações fitossanitárias e de avisos, distribuídas nas cinco regiões do País, bem como os laboratórios de referência vegetal, que realizaram cerca de 50 mil análises em amostras de produtos de origem vegetal. Deve-se mencionar, ainda, as quatro campanhas promovidas com o objetivo de erradicar o cancro cítrico, doença que vem afetando as plantações de laranja no País.

Quanto às ações de inspeção, fiscalização e vigilância, cumpre registrar que foram realizadas operações em 28 Municípios, sendo inspecionados vários estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres. Deve-se ressaltar, também, os trabalhos de classificação de produtos de origem vegetal, cujo volume atingiu 600 mil toneladas.

Outras ações no campo da defesa dizem respeito à promoção e melhoria de qualidade, bem como à melhor difusão, entre os agricultores, do uso de sementes e mudas selecionadas. Nesse sentido, foram realizadas inspeções em cerca de dois mil campos de produção de sementes fiscalizadas, abrangendo 210 mil hectares, bem como efetuada a manutenção do cadastro, compreendendo aproximadamente 17.500 produtores e comerciantes de sementes e mudas.

Com vistas à conservação dos recursos naturais não renováveis, promoveu-se o treinamento de 6 mil técnicos e de 2.500 produtores em práticas conservacionistas dos recursos naturais não renováveis, objetivando criar condições para melhor adequação da produção agropecuária às condições do meio ambiente.

Por fim, no que diz respeito à defesa na área animal, o destaque foi a continuidade do Programa de Controle das Zoonoses, alcançando 15 unidades da Federação, com ênfase no combate à febre aftosa, dentre outras doenças que afetam os animais. Foram também executadas ações de fiscalização e inspeção em 3.201 estabelecimentos industriais de produtos de origem animal, bem como mantida a

rede de 16 laboratórios de referência animal, em apoio, especialmente, às atividades de fiscalização e inspeção de produtos de origem animal, envolvendo a análise de cerca de 67 mil amostras.

Ações Previstas para 1991

Nas áreas de reforma agrária e colonização estão previstos, para 1991, o assentamento de 97 mil famílias em projetos de reforma agrária e de 32 mil famílias em projetos de colonização; a desapropriação de imóveis rurais abrangendo cerca de 5 milhões de hectares; a regularização fundiária de 3.750 mil hectares e a atualização e manutenção do registro cadastral de 6.100 mil imóveis rurais. Será reativado o Projeto Nordeste (PAPP/PDSFN), que contempla a discriminação de 6.400 mil hectares, a redistribuição de 670 mil hectares e o mapeamento aerofotogramétrico de 27 milhões de hectares de terras.

Com relação ao cooperativismo, dar-se-á continuidade aos programas de autogestão do sistema cooperativista e à implantação de programas de apoio à agroindústria, à irrigação e à eletrificação rural.

Quanto à pesquisa e experimentação agropecuária, buscar-se-á, em 1991, o fortalecimento do Programa Nacional de Pesquisa, que deverá executar cerca de 4.500 projetos e ampliar a produção e a comercialização de sementes básicas para 16.500 toneladas, o que representará um incremento de mais 65% relativamente ao ano anterior. Outra ação importante será a de difundir tecnologias disponíveis nos centros de pesquisa, visando aumentar a produtividade das culturas irrigadas e não irrigadas. A difusão de tecnologias estará voltada, também, para a diminuição das perdas na colheita e a redução do consumo de energia, bem como para a diminuição dos processos de erosão dos solos e de suas consequências ambientais e econômicas.

No campo da irrigação, pretende-se em 1991, incorporar 468 mil hectares de terras à agricultura irrigada, dos quais 42 mil hectares através de projetos governamentais

ou mistos e 426 mil hectares através de investimentos privados. Para apoiar o processo de ampliação da área irrigada no País, foi estabelecida como meta a implantação de 29,2 mil km de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica em áreas rurais, e a realização de obras hidráulicas (construção de canais e dragagem), envolvendo a movimentação de 65 milhões de m³ de terra. Contempla-se, ainda, a manutenção e a ampliação dos serviços meteorológicos, a produção e a distribuição de alevinos, e a perfuração de 290 poços tubulares para abastecimento d'água e irrigação.

Em termos de defesa e vigilância sanitária, será mantida a rede de laboratórios, dando-se prosseguimento às análises em amostras de produtos de origem vegetal e animal, com vistas a prevenir e controlar a disseminação de doenças e pragas. A inspeção e classificação, tanto dos produtos de origem animal quanto vegetal, bem como a fiscalização dos insumos agropecuários, avançarão numa perspectiva de promover melhorias nos padrões de qualidade da produção agropecuária nacional.

No que diz respeito às sementes e mudas, serão procedidas inspeções da produção, bem como fiscalização de seu comércio, cabendo destacar, por fim, os trabalhos que serão desenvolvidos com vistas a promover o aperfeiçoamento zootécnico dos rebanhos e as ações voltadas para o desenvolvimento rural integrado em microbacias hidrográficas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS), criado pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 90, absorveu a maioria das atividades dos extintos Ministério do

Trabalho e Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo recuperado o papel de principal instrumento de apoio às demandas trabalhistas e sociais do trabalhador brasileiro.

São suas áreas de competência: o trabalho e sua fiscalização, o mercado de trabalho e a política de empregos, a previdência social e as entidades de previdência complementar, a política salarial, e a política de imigração.

Ações Desenvolvidas em 1990

Na área do trabalho, buscou-se a normalização e fiscalização das relações trabalhistas, a melhoria das condições de segurança e saúde do trabalhador, e a orientação das políticas de emprego, salário, mercado de trabalho e imigração.

Na área de previdência social, aperfeiçoaram-se as práticas de concessão e manutenção de benefícios do seguro social, além dos procedimentos de arrecadação e fiscalização dos recursos da contribuição para a seguridade social.

O desempenho financeiro da previdência social, ao longo de 1990, apresentou resultados favoráveis. Isso se deveu, por um lado, ao crescimento real da receita em cerca de 15%, e à queda real nas despesas. De outro lado, o governo, também, aumentou o volume das transferências fiscais para a previdência.

No âmbito administrativo, entre outras medidas, cabe salientar a unificação da prestação de serviços públicos nas áreas do trabalho e da previdência social, através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), basicamente no que tange à fiscalização e controle das atividades-fim.

Dentre as principais ações desenvolvidas em 1990, destacam-se:

- redução do grau de intervenção do Estado nas relações de trabalho, com vistas à sua modernização e ao desenvolvimento de negociações coletivas livres;

— promoção de política salarial condizente com a conjuntura econômica, a fim de evitar perda de poder aquisitivo pelas camadas de baixa renda, por meio do aumento anual de 42% do salário mínimo acima da variação da cesta básica e da concessão de abonos salariais;

— realização de estudos e pesquisas sobre segurança e saúde ocupacional, visando à identificação das causas e medidas necessárias ao controle de ocorrência dos acidentes de trabalho, que resultaram em 18 projetos de pesquisa, 4 de desenvolvimento de tecnologia, 10 mil análises de condições de ambiente de trabalho, e divulgação e difusão de trabalhos e preceitos técnicos relativos à segurança, higiene e medicina do trabalho;

— elaboração de projeto de informatização, integrando as áreas governamentais responsáveis pelos assuntos relativos à imigração;

— execução do Programa de Alimentação do Trabalhador, que beneficiou 6 milhões de pessoas e 35 mil empresas, com crescimento de 10% em relação ao ano anterior;

— execução do Programa Seguro-Desemprego, que beneficiou 2,3 milhões de pessoas;

— emissão de 8,5 milhões de carteiras de trabalho e previdência social;

— execução do Programa de Intermediação de Mão-de-Obra, que atendeu a 260 mil trabalhadores;

— pagamento aos segurados do INSS dos benefícios previstos na legislação vigente, ou seja, concessão ou manutenção de 3,5 milhões de pensões, 6,6 milhões de aposentadorias, 1,0 milhão de auxílios, e concessão de 1,7 milhão de outros benefícios;

— implantação do sistema de pagamento de benefícios por cartão magnético, com o objetivo de reduzir o tempo de permanência da população nos órgãos da previdência social, beneficiando 900 mil pessoas;

— efetivação do pagamento anual de um salário mínimo aos empregados que percebam até 2 salários mínimos de remuneração mensal vinculada aos empregadores

que contribuem para o PIS/PASEP, beneficiando 6 milhões de trabalhadores;

— aperfeiçoamento do INSS, que incorporou o INPS e o IAPAS, e da FUNDACENTRO, mediante dotação de recursos audiovisuais, bibliográficos e de equipamentos de avaliação ambiental;

— aperfeiçoamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador, com realização de empréstimos ao BNDES, para aplicação em projetos de desenvolvimento econômico, da parcela da contribuição do PIS/PASEP.

Ações Previstas para 1991

A programação, para 1991, enfeixa as seguintes ações principais:

— fortalecimento do processo de livre negociação salarial e melhoria das relações de trabalho entre os agentes econômicos;

— aperfeiçoamento da inspeção das condições de trabalho, mediante capacitação anual de 7,5 mil fiscais de trabalho e de 1,6 mil agentes de inspeção em segurança e saúde do trabalhador, para possibilitar a realização de 132 mil inspeções anuais de saúde e segurança, e fiscalização de 1,9 milhão de locais de trabalho;

— promoção da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e desenvolvimento de recursos humanos na área de segurança e saúde do trabalhador, capacitando 4,3 mil pessoas por ano;

— apoio operacional ao Programa do Seguro-Desemprego, objetivando estender a cobertura a cerca de 2,8 milhões de trabalhadores;

— fortalecimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mediante financiamento de programas de desenvolvimento econômico por intermédio do BNDES, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, gerar empregos e modernizar o setor produtivo nacional;

-
- aperfeiçoamento e ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador, visando atender 10,2 milhões de pessoas.
 - organização e atualização das bases de dados estatísticos relativos às receitas e despesas, à concessão ou manutenção de benefícios, aos segurados e aos indicadores demográficos, sociais, econômicos e financeiros;
 - implantação do sistema de informática, com vistas a permitir o acesso pleno do MTPS às informações geradas na organização;
 - aperfeiçoamento da concessão do auxílio financeiro anual (abono PIS/PASEP) aos trabalhadores de baixa renda, beneficiando 9 milhões de pessoas por ano;
 - implantação da reforma administrativa na estrutura de atendimento do INSS, com redução de 905 postos de serviço, ampliação da capilaridade da rede de atendimento e melhoria do serviço oferecido ao público;
 - implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador e dos Beneficiários da Previdência Social, objetivando consolidar as informações sobre a vida profissional do trabalhador;
 - aperfeiçoamento do seguro social para os contribuintes urbanos e rurais, e concessão ou manutenção de benefícios a cerca de 14 milhões de pessoas por ano;
 - implementação do Programa Federal de Desregulamentação na área previdenciária, com vistas a simplificar a legislação relativa à identificação do trabalhador, a movimentação das contas do FGTS e dos livros e fichas de Registro dos Empregados;
 - estímulo à expansão do sistema de previdência complementar privado e regulamentação do seguro coletivo público, de caráter complementar e facultativo;
 - aprimoramento do sistema de fiscalização, arrecadação e cobrança da dívida ativa, buscando imprimir maior eficiência à administração previdenciária e aumentar a receita em cerca de 25%;
 - implantação dos órgãos colegiados, do sistema de seguridade social, no âmbito da previdência social (Conse-

lho de Previdência Complementar, Conselho Nacional do Trabalho e Conselho Nacional de Seguridade Social);

— desimobilização do patrimônio da previdência social, com aplicação da receita em programas de investimentos na área.

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

O Ministério da Infra-Estrutura (MINFRA), que reúne as atribuições e atividades dos antigos Ministérios das Minas e Energia, Transportes, Comunicações, e parte das funções exercidas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, abrange tanto ações de natureza regulatória, concessória e fiscalizadora, quanto de supervisão das atividades produtivas, nas áreas de energia, transportes, comunicações, e minas e metalurgia.

Especificamente, compete ao Ministério da Infra-Estrutura:

— em energia: formular a política energética nacional e acompanhar e coordenar a sua execução; promover, executar levantamentos, pesquisas e estudos dos recursos hídricos e energéticos em geral e supervisionar, controlar e fiscalizar o aproveitamento; orientar e fiscalizar as atividades relativas ao monopólio da União, de que trata o art. 177 da Constituição Federal;

— em transportes: superintender e coordenar a operação dos sistemas de transportes a cargo da administração federal, promovendo sua organização e aparelhamento; formular a política nacional de transportes e o plano viário nacional, bem como promover e acompanhar a sua execução; coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades de transportes terrestres e aquaviários, da marinha mercante, dos portos e das vias navegáveis; prestar apoio técnico aos

Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nas áreas de implantação, operação, manutenção e administração de componentes do sistema de transportes;

— em comunicações: estabelecer políticas, diretrizes e normas relativas aos serviços postais e de telecomunicações; administrar, controlar e fiscalizar a utilização do espectro de radiofrequências.

— em minas e metalurgia: superintender os interesses da União nos empreendimentos minerais, metalúrgicos e atividades afins; supervisionar, controlar e fiscalizar a exploração dos recursos minerais do País; promover e executar estudos e pesquisas geológicas em todo o território nacional; supervisionar e controlar as atividades de pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comercialização de recursos minerais sujeitos ao monopólio da União.

Ações Desenvolvidas em 1990

Em 1990, as ações na área de infra-estrutura desenvolveram-se em três contextos bastante distintos. O primeiro vigorou até 15 de março e caracterizou-se por altíssimas taxas de inflação, que agravaram a deterioração financeira de boa parte dos órgãos e entidades hoje vinculados ao MINFRA.

O segundo contexto é o das reformas deflagradas pelo Plano Brasil Novo. Como consequência, ganharam importância as tarefas de redução da presença do Estado na economia, a desregulamentação, o ajuste das estruturas administrativas e a preparação do processo de privatização das empresas estatais.

O terceiro iniciou-se com a eclosão do conflito no Golfo Pérsico, a partir de agosto. O País passou a conviver com uma considerável elevação nos preços do petróleo. Essa nova realidade, aliada à incerteza sobre a evolução da crise, modificou significativamente o contexto em que se desenrolaram as atividades do Ministério, exigindo ações imediatas em todos os seus órgãos.

De maneira geral, os órgãos e entidades do Ministério programaram ações para implantação da reforma administrativa, necessária ao estabelecimento do novo conceito de administração das atividades de infra-estrutura no País. Entre essas ações, destacam-se a organização estrutural do Ministério, a unificação orçamentária e financeira, o disciplinamento dos atos administrativos e o gerenciamento do pessoal efetivo, excedente e disponível. Além disso, medidas foram tomadas com o objetivo de promover o equilíbrio financeiro dos órgãos e empresas vinculadas ao Ministério, aumentar sua eficiência, elevar a produtividade, reduzir custos e desburocratizar, desregulamentar e simplificar procedimentos.

Na área energética, estabeleceram-se ações para redefinir a matriz energética nacional, promover a reforma institucional do setor elétrico e incentivar a conservação e o uso eficiente de energia. Essas providências ganharam relevância adicional em vista dos acontecimentos do Golfo Pérsico, que desestabilizaram o mercado internacional do petróleo.

Em metalurgia, a programação de 1990 privilegiou o ajuste econômico e financeiro das empresas e a implantação de medidas para privatizá-las. Assim, o setor concentrou-se no saneamento das empresas, incluindo a redução de efetivos, a reorganização estrutural e a racionalização administrativa.

No setor de transporte, de modo geral, deu-se prioridade à racionalização dos serviços, à melhoria das condições operacionais, à modernização empresarial, ao reordenamento institucional e à recuperação financeira de segmentos específicos. Merecem destaque as ações previstas no Programa SOS Rodovias, cujo objetivo é melhorar, a curto prazo, as condições de trafegabilidade das rodovias em situação mais crítica no País.

Em comunicações, a programação contemplou a melhoria dos serviços, mediante instalação de novos telefones públicos e privados, telex e de terminações transdata. Além disso, foram planejadas ações visando ao aumento do número de localidades a serem atendidas pelos serviços postais e de telecomunicações, inclusive os de radiodifusão.

Na produção mineral, a programação da Companhia Vale do Rio Doce visou, na área de minerais ferrosos, consolidar a capacidade operacional no sistema Norte; na área de não-ferrosos, completar a implantação de projetos de alumínio; e, na área dos transportes de minérios, continuar a implantação e exploração de trechos ferroviários para atender ao aumento do transporte mineral e de carga em geral. Em mineração, sobressaem as atividades de natureza regulatória, fiscalizadora e de poder concedente de responsabilidade do Departamento Nacional da Produção Mineral, com destaque para as medidas de desregulamentação do acesso ao subsolo.

No âmbito institucional, foram implantadas medidas legais e administrativas necessárias ao funcionamento do MINFRA, assim como reformuladas estruturas organizacionais e redefinidas as competências de vários setores do Ministério, decorrentes da reforma administrativa adotada pelo governo. Na administração direta, de março a dezembro de 1990, o efetivo de servidores foi reduzido em 46%, passando de 24.700 para 13.451 funcionários.

Paralelamente, foi iniciado um amplo processo de desregulamentação e desburocratização, que culminou na edição de 65 diplomas legais. Entre outros efeitos liberalizantes, esses diplomas permitiram:

- extinguir a necessidade de autorização prévia para funcionamento de postos revendedores de combustíveis; facultar, a esses estabelecimentos, o desempenho de outras atividades comerciais; e liberar a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool carburante e gás liquefeitos de petróleo;
- eliminar a necessidade de credenciamento de distribuidores junto às empresas produtoras de aços laminados planos comuns e inoxidáveis, produzidos por empresas siderúrgicas estatais federais;
- eliminar controles desnecessários à prestação de serviço de transporte multimodal de carga;
- extinguir as restrições ao acesso da iniciativa privada na execução de serviços de telecomunicações e reduzir

os prazos de atendimento da demanda reprimida neste setor;

— ampliar a participação privada na edição e distribuição de listas telefônicas.

Nas diversas áreas do Ministério, merecem destaque as ações a seguir assinaladas.

Energia

Entre os principais programas desenvolvidos no setor petróleo, ressalte-se a implementação, pela PETROBRÁS, do Sistema Piloto de Marlim, na Bacia de Campos, considerando o marco inicial para a produção de petróleo em profundidades superiores a 800 metros. Nas bacias terrestres, merece registro a ampliação do Campo de Canto do Amaro, no Rio Grande do Norte, onde a incorporação de novos poços levou aquele Estado à condição de maior produtor terrestre do País, com mais de 100 mil barris diários.

Na perfuração explorativa e para o desenvolvimento da produção foram concluídos 479 poços e perfurados 664 mil metros, com o emprego de 33 sondas. Na atividade de exploração, foi realizada cobertura sísmica de 112.500 km².

A PETROBRÁS obteve resultados bastante significativos na pesquisa de hidrocarbonetos, destacando-se as novas descobertas ao sul do Campo de Marlim, em águas profundas, na Bacia de Campos. Igualmente, na Bacia de Santos, ao sul do Campo de Tubarão, foram descobertos os campos de Coral e de Estrela do Mar.

O processamento de petróleo pela PETROBRÁS alcançou a média diária de 1.173 mil barris, ligeiramente superior à programada. A produção de óleo e líquido de gás natural (LNG) foi de 657 mil barris diários, correspondendo a um crescimento de 7% em relação ao ano anterior.

As importações de petróleo e derivados, em 1990, equivaleram a Cr\$ 281,01 bilhões, valor 48% superior ao programado, em face da elevação do preço do petróleo no mercado internacional, provocada pelo conflito no Golfo Pérsico.

Em refino, vale destacar a continuação das obras de expansão da Refinaria Landulfo Alves (RLAM) para atender à ampliação do Complexo Petroquímico de Camaçari (BA); o prosseguimento das obras de construção da 2^a Unidade de Craqueamento Catalítico da Refinaria de Paulínia (REPLAN), para melhor adequar o perfil de produção ao mercado de derivados de petróleo; e a execução dos programas de melhoria de qualidade (PROQUAL) e de conservação de energia (PROERG), entre outros.

No transporte marítimo, por terminais e dutos, foram entregues à operação, em 1990, dois novos navios-tanque de 50 mil toneladas de porte bruto e um navio-tanque de 18 mil toneladas de porte bruto, construídos no País. Teve prosseguimento a construção do Poliduto Rio-São Paulo, que proporcionará maior flexibilidade operacional à movimentação de derivados na região.

Na comercialização de derivados, a BR — Distribuidora permaneceu como líder no mercado, tendo promovido o lançamento de novos produtos e realizado investimentos na construção e reforma de postos de revenda e na construção de bases e depósitos. Em 1990, as vendas alcançaram cerca de 22,5 milhões de metros cúbicos de derivados, para um mercado estimado em 60,6 milhões de metros cúbicos de derivados e álcool, o que corresponde a uma participação de 37% do mercado total.

No tocante ao setor elétrico, a ELETRO NORTE concluiu as obras civis nas usinas de Balbina e Samuel, e iniciou a operação comercial da 5^a e última unidade de 50Mw, em Balbina, e da 2^a unidade de 43,5Mw, em Samuel. Prosseguiu, além disso, com a montagem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (11^a e 12^a unidades geradoras) e com a ampliação de três subestações com instalação de 123MVA.

Foram concluídas, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), as obras civis das usinas de Itaparica e a ampliação de Boa Esperança, com a entrada em operação da 6^a e última unidade de 250Mw de Itaparica e da 1^a unidade de 65Mw da ampliação de Boa Esperança. Foram retomadas as obras da Usina de Xingó, ampliada uma subestação, com a instalação de 100MVA, e realizada a

energização de uma linha de transmissão de 230kV, com 235km de extensão.

Furnas Centrais Elétricas deu prosseguimento às obras civis principais das usinas de Corumbá I, de Serra da Mesa e da usina nuclear Angra II. Foram realizadas obras de ampliação em oito subestações, com instalação de 60MVA, terminada a construção de uma subestação de 7,5MVA e a energização de 88km de linhas de transmissão em 345kV e 138kV.

Quanto à ELETROSUL, merecem destaque: o prosseguimento dos serviços de infra-estrutura e de relocação da cidade de Itá, para construção da Usina de Itá; a continuação das obras civis e de montagem das usinas térmicas de Jorge Lacerda IV e Jacuí I; a ampliação de uma subestação com a instalação de 12,5MVA e a energização de 5km de uma linha de transmissão em 230kV.

Transportes

Nos transportes ferroviários de carga, a demanda atendida pela Rede Ferroviária Federal, em 1990, alcançou 35,1 bilhões de toneladas-km úteis, correspondendo a cerca de 78 milhões de toneladas de carga.

O Programa de Emergência para o Saneamento Financeiro, empreendido no segundo semestre do ano, foi fundamental para o restabelecimento do equilíbrio financeiro da empresa e para a formulação de um programa de mudanças profundas a ser implantado a partir de 1991. A Rede Ferroviária, em 1990, teve seu quadro de pessoal reduzido, de 59.585 empregados, no início do ano, para cerca de 52.500 servidores, além do corte de 40% dos cargos de confiança.

No setor ferroviário urbano, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) desenvolveu ações no sentido de dar continuidade ao programa emergencial de recuperação de instalações e do material rodante, e manteve somente os projetos dirigidos a sustar a degradação da malha a garantir o aumento da produção.

O transporte de passageiros ferroviário urbano alcançou a média de 2 milhões de pessoas por dia.

Em transporte rodoviário, a principal atividade desenvolvida pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem foi a manutenção da malha rodoviária federal, destacando-se o Programa SOS Rodovias, que cobriu cerca de 12 mil km. Adicionalmente, foram efetuados investimentos em conservação e em obras emergenciais de restauração. Em termos de construção, foram celebrados contratos para implantação e pavimentação de aproximadamente 1.033 km, cujas obras sofreram paralisação no decorrer do ano.

No transporte aquaviário, merecem registro especial: o esforço de reorganização empreendido para a definição da nova personalidade jurídica de portos e hidrovias (anteriormente administrados pela extinta PORTOBRAS); a reforma administrativa das Companhias Docas, empresas de navegação (reformas de estatutos e regimentos) e das administrações portuárias; a elaboração de projetos objetivando a desregulamentação do Setor Portuário e Hidroviário; os trabalhos visando à alienação das empresas de navegação sob controle estatal (LLOYD, FRANAVE, SNBP e ENASA); e os estudos e providências para privatização de serviços portuários e arrendamento de instalações, buscando estimular a participação da iniciativa privada nos investimentos.

Comunicações

Por intermédio do Sistema TELEBRAS, foi implantado o Programa de Descongestionamento, com a instalação de sistemas de transmissão utilizando cabos de fibra ótica, que aumentaram em 21,1% a capacidade de escoamento de tráfego. Foram ainda instalados 513 mil terminais telefônicos, número recorde nos últimos 12 anos, 9.635 terminais de telex, 6 mil telefones de uso público, 5.240 terminações Transdata e 4.290 Portas RENPAC (Rede Nacional de Pacotes). O atendimento telefônico foi estendido a 950 novas localidades. Com essas providências, a taxa de congestionamento chegou, no final do ano, a cerca de 25%, o que representa uma melhoria de 19% em relação ao exercício anterior.

Iniciou-se a implantação do Programa Satélite Brasileiro de 2^a geração (BRASILSAT), e dos serviços de telefonia móvel celular nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília.

Por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, foram implantados: o Projeto Comodidade do Cidadão, que possibilita o pagamento, por via postal, das contas das empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, de taxas e de impostos; o serviço de Vale Postal Internacional e o *Express Mail Service* (EMS), integrando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ao sistema internacional de encaminhamento expresso; as novas modalidades de SEDEX (frete a receber e local); e o sistema SAL — *Surface Air Lifted*, que corresponde a uma nova modalidade de encaminhamento de objetos postais internacionais. Estabeleceu-se, ainda, a integração dos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e pelo Sistema TELEBRÁS.

Minas e Metalurgia

O setor siderúrgico estatal realizou grandes esforços para aumentar sua eficiência e reduzir custos, preparando, ao mesmo tempo, o processo de privatização das empresas.

A produção de aço das siderúrgicas estatais foi de 13.577 mil toneladas de aço.

Dos projetos em andamento, vale salientar: a continuação das obras de implantação do laminador de trilhos e perfis da AÇOMINAS, e a instalação da linha de galvanização eletrolítica da USIMINAS.

Em termos de pesquisa dos recursos minerais realizadas pelo DNPM, cumpre ressaltar: a continuação do Programa de Levantamentos Geológicos Básicos; o prosseguimento da elaboração dos Mapas Metalogenéticos e de Previsão de Recursos Minerais; o desenvolvimento do Projeto de Mapas de Recursos Hídricos Subterrâneos; os trabalhos no Projeto Grande Carajás; a operação e atualização do Sistema de Informações Geológicas do Brasil e a conclusão do

processamento e interpretação do Projeto Aerogeofísico Rio do Sangue (MT).

Na produção mineral, merecem relevo as seguintes atividades da Companhia Vale do Rio Doce: o embarque de 35 milhões de toneladas/ano de minério de ferro pelo Porto de Ponta da Madeira, em São Luís (MA); a assinatura do contrato de minério com a China, prevendo a exportação de 8,5 milhões de toneladas para os próximos três anos; a exportação de 29 mil toneladas de alumínio primário, superando em 48% o volume exportado em 1989; a garantia de fornecimento de alumínio primário ao mercado interno, em vista da modernização do setor, da eliminação do imposto de importação e da flexibilização dos preços; o início da ligação das cubas da 2^a fase da Albrás, cujo cronograma prevê o aumento da produção de alumínio, das 160 mil toneladas/ano atuais, para 320 mil toneladas/ano, no primeiro trimestre de 1991; o início da implementação do Projeto Caulim, no Pará, em associação com capitais privados; o início da operação dos projetos de Riacho dos Machados (MG) e Maria Preta (BA), para produção de ouro; o lançamento do projeto Pólos Florestais, visando à recuperação das áreas florestais danificadas pela construção da Estrada de Ferro Carajás; o recebimento e lançamento ao mar do navio graneleiro Docesserra, com capacidade para 167 mil toneladas.

Principais Ações Previstas para 1991

Em 1991, o Ministério da Infra-Estrutura, seus órgãos e empresas vinculadas deverão dar continuidade às ações já iniciadas, para aumentar a eficiência, a produtividade e a efetividade em todos os projetos e atividades. Além disso, serão acelerados os programas de desestatização, desburocratização, desregulamentação e simplificação de procedimentos.

Energia

No setor petróleo, a programação da PETROBRÁS prevê um mercado doméstico de derivados de petróleo da or-

dem de 1.200 mil barris diários, praticamente o mesmo de 1990. A produção nacional de óleo e líquido de gás natural está programada em 673 mil barris por dia, com acréscimo de 2,5% em relação à média de 1990, devendo representar 56% do consumo nacional de derivados. O processamento de matérias-primas, nas refinarias da PETROBRÁS, está previsto em 1.172 mil barris por dia, praticamente o mesmo registrado em 1990.

Como principais ações programadas para o setor, destacam-se: o desenvolvimento da produção, com a implantação de projetos, principalmente no Sistema de Marlim — FASE I e de ALBACORA — FASE II; e os esforços exploratórios nas bacias do Solimões (AM), do Paraná (PR), de Campos (RJ) e de Santos (PR/SC).

Para o abastecimento do mercado de derivados, vale mencionar a continuação das atividades de ampliação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), que, além de aumentar a capacidade de processamento, garantirá a matéria-prima para a expansão do Pólo Petroquímico Baiano; a continuidade das obras da 2^a Unidade de Craqueamento Catalítico da Refinaria de Paulínia (REPLAN) e da Unidade de Coque da Refinaria Gabriel Passos (REGAP), a implementação de programas para a melhoria da qualidade de produtos, para a proteção do meio ambiente e para a automação industrial.

Em energia elétrica, a ELETROBRÁS e suas subsidiárias conferem prioridade a ações que objetivem a melhoria do atendimento do mercado.

Na área da ELETRONORTE, estão previstos o reinício das obras civis da Usina Hidrelétrica de Manso, a entrada em operação comercial da 3^a unidade de 43,5Mw da Usina de Samuel, e da 11^a e 12^a unidades de 330Mw de Tucuruí. Estão programadas, ainda, a ampliação de onze subestações, com a instalação de 661MVA; a construção de três subestações, com um total de 150MVA; e a energização de 568km de linhas de transmissão, em 230kV e 68kV.

No âmbito da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, estão programados o prosseguimento das obras civis da

Usina Hidrelétrica de Xingó, das obras dos sistemas de irrigação no reservatório da Usina de Itaparica, e a entrada em operação da 2ª Unidade de 65Mw da Usina de Boa Esperança. Deverão ainda ser ampliadas três subestações, com a instalação de 150MVA, e construída uma subestação de 100MVA.

Na área de Furnas Centrais Elétricas, terão continuidade as obras civis das usinas de Corumbá I, Serra da Mesa e Angra II. Deverão ser ampliadas treze subestações, com instalação de 2.700MVA e energização de três linhas de transmissão, em 750kV, 500kV e 230kV, com extensão total de 552km.

No que se refere à ELETROSUL, terão prosseguimento as obras das usinas de Itá, Jorge Lacerda IV e Jacuí. Estão previstas, ainda: a ampliação de três subestações; a construção de uma estação conversora de freqüência de 50/60Hz, com 50MVA, e a energização de 109km de linha de transmissão.

Transportes

No transporte ferroviário de carga, a Rede Ferroviária Federal pretende implantar amplo projeto de reorganização de sua estrutura empresarial. A reorganização prevista contempla a transformação das atuais 12 superintendências regionais em 3 macrorregiões (Nordeste, Sudeste e Sul), com expressiva racionalização administrativa. Será também dada continuidade às providências para a privatização da Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. — AGEF.

Em termos de atendimento de transporte, a meta para 1991 corresponde a um nível de 38 bilhões de toneladas-km úteis, que representa um acréscimo de 8,3% em relação a 1990.

No transporte ferroviário urbano deverão ser desenvolvidas, pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), ações que permitam continuar a recuperação de

seus sistemas. Entre os principais projetos, vale destacar os do Rio de Janeiro e de São Paulo e o prosseguimento da implantação do trem urbano de Belo Horizonte.

No transporte rodoviário, terão seqüência os trabalhos de recuperação da malha rodoviária, com conservação preventiva e emergencial de 66.500km de estradas, restauração de 1.630km, construção e pavimentação de 86km, e realização de outros investimentos. É relevante notar que os recursos da Taxa de Conservação Rodoviária permitirão eliminar as restrições financeiras que causaram acentuada deterioração da malha rodoviária federal.

No segmento aquaviário, em 1991, deverão ser realizados investimentos em obras e equipamentos que promovam a modernização e o reaparelhamento dos portos e hidrovias nacionais, objetivando atender a um crescimento médio anual mínimo de 5% na movimentação de cargas. Com esse objetivo, foram programadas ações a serem executadas em vários Estados da Federação, como Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Para expansão da frota e da infra-estrutura portuária, está sendo incentivada a participação de recursos privados.

Comunicações

No setor das comunicações, particularmente no âmbito da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), está prevista a expansão dos serviços de processamento de dados e dos serviços postais, bem como reequipamento e reforma de instalações.

No Sistema TELEBRÁS, deverão ser instalados 700 mil novos terminais, dando prioridade ao atendimento aos planos de expansão já vencidos e ao descongestionamento do sistema para atendimento da demanda telefônica individual, particularmente aquela relacionada aos planos já comercializados. Até o final de 1991, deverão ser interligadas ao Sistema Nacional de Telecomunicações cerca de 1.600 novas localidades, e será dada continuidade aos projetos BRASILSAT e de telefonia móvel celular.

Minas e Metalurgia

Na siderurgia estatal programa-se, para 1991, a produção de 16 milhões de toneladas de aço. Será dada também continuidade ao programa de privatização do setor.

No que concerne à pesquisa de recursos minerais, estão previstos: a continuação do Programa de Levantamentos Geológicos Básicos, a elaboração dos Mapas Metalogenéticos e de Previsão de Recursos Minerais, o desenvolvimento do Projeto de Mapas de Recursos Hídricos Subterrâneos, o mapeamento da área do Projeto Grande Carajás e o Programa de Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais.

Deverão ser intensificados os esforços para transferência a empresas privadas, mediante licitação pública, dos direitos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), resultantes de atividades passadas em prospecção mineral. Prosseguirão, ainda, os programas de sondagem e perfuração de poços para água subterrânea. Serão consolidados os projetos em andamento nas áreas de minério de ferro e ouro, e iniciada a implantação de novos projetos na área de manganês.

Na programação da Companhia Vale do Rio Doce, merecem destaque os seguintes projetos na área de alumínio: a retomada da implantação da fábrica de alumina de Barcarena (PA), visando à produção de 1,1 milhão de toneladas, a partir de 1994; a implantação de fábricas no pólo de alumínio de Santa Cruz (RJ), para produção de fios, cabos, chapas, lâminas, folhas de perfis de alumínio; a implantação de lavra e beneficiamento de 100 mil toneladas/ano de bauxita refratária calcinada da jazida de Camoá, em Paragominas (PA).

Deverá ser implantada a lavra da mina de cobre de Salobo, em Carajás (PA), bem como uma usina de concentração, para produção anual de 225 mil toneladas de concentrado, a partir de 1994, para gerar anualmente 86 mil toneladas de cobre, 3 toneladas de ouro e 13 toneladas de prata. Cabe ainda mencionar a implantação da lavra e da usina de beneficiamento de caulim para produção, na primeira etapa, de 250 mil toneladas/ano de caulin de alta qualidade, em São Domingos do Capim (PA).

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

Ao Ministério da Ação Social (MAS) compete formular e executar a política governamental nos campos da habitação, saneamento, assistência social, radicação de populações, ocupação do território e migrações internas, bem como na área da defesa civil.

Ações Desenvolvidas em 1990

Habitação

Em 1990, visando reduzir o déficit habitacional, o Governo concentrou esforços na reorganização institucional, administrativa e financeira do setor habitacional e do FGTS, preparando-se para intensificar a produção de unidades habitacionais a partir do início de 1991.

As principais ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Habitação foram as seguintes:

— Apoio à Habitação Popular: programa visando regularizar e apoiar a construção, recuperação ou complementação de moradias populares, abrangendo, também, o financiamento de lotes, serviços de infra-estrutura e ações de desenvolvimento urbano, tendo contratado a construção de 16 mil casas;

— Plano de Ação Imediata para Habitação: beneficiando famílias com renda de até cinco salários mínimos, teve como meta realizada a contratação da produção de cerca de 55 mil unidades, envolvendo a aplicação de recursos oriundos do FGTS;

— Plano de Produção e Recuperação de Loteamentos: foi programado o atendimento a 300 mil famílias com renda de até três salários mínimos, no período 1991-1995, além de iniciada a negociação, com o BID, de um empréstimo de US\$ 200 milhões para recuperação de áreas degradadas em todas as capitais do País.

Saneamento

Com o objetivo de reduzir os déficits existentes em abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e saneamento geral, promoveu-se a reorganização institucional e financeira do setor, em busca de maior eficácia na alocação de recursos e maior integração entre as esferas de Governo. Além disso, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Reestruturação do Setor: foram realizadas atividades relacionadas com a elaboração dos instrumentos legais que regem a aplicação dos recursos do FGTS, o estabelecimento de mecanismos disciplinares de relacionamento entre o agente normativo do setor (MAS) e o agente operador (CEF) do FGTS, e a criação de instrumentos gerenciais de controle do sistema, nos níveis financeiro, econômico e operacional;
- Plano de Ação Imediata de Saneamento (PAIS BRASIL): programa destinado ao financiamento de obras e serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana, tendo beneficiado 200 mil famílias;
- Preparação do Programa Social de Emergência (PROSEGE): seu objetivo centrou-se na realização de obras de drenagem e esgotamento sanitário em áreas urbanas;
- Saneamento Rural: o Programa Nacional de Saneamento Rural celebrou 34 convênios com Estados e Municípios, e o Projeto Padre Cícero, cujo objetivo é fortalecer a infra-estrutura social e produtiva do homem do campo, firmou 412 convênios com Municípios, beneficiando, no total, cerca de 100 mil famílias;
- Preparação e Lançamento do Programa de Financiamento para Implantação de Infra-Estrutura Urbana Complementar (PROBASE): desenvolveu-se o planejamento técnico e operacional do programa, que se destina a viabilizar obras de macrodrenagem, pavimentação, guias e sarjetas em áreas urbanas pobres.

Promoção Social

A promoção social adotou como diretrizes básicas: o estímulo à participação do público beneficiário e da sociedade na formulação e implementação de políticas de assistência social; a implantação de programas especiais para os grupos mais vulneráveis (crianças pobres e abandonadas, menores em situação de risco social, idosos e deficientes desassistidos); e a descentralização, mediante transferência gradativa de funções executivas da União para Estados, Municípios, e para entidades benéficas e de assistência social.

As principais ações desenvolvidas compreenderam:

— Alimentação e Nutrição: o Programa de Distribuição de Leite para Crianças Carentes beneficiou, mensalmente, 7,2 milhões de crianças até sete anos de idade, pertencentes a famílias com renda mensal até dois salários mínimos, ao passo que a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) atendeu a cerca de 770 mil beneficiários carentes, privilegiando o grupamento de alto risco (crianças até 6 anos, gestantes e nutrizes);

— Ação Comunitária: a LBA, em articulação com órgãos e entidades governamentais, apoiou 2.976 microrunidades de produção, executou 452 projetos comunitários, concedeu auxílio financeiro e econômico a 180 mil beneficiários e formou ou reciclou 58 mil profissionais por mês;

— Assistência ao Menor: a LBA e a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA) apoiaram a execução de atividades voltadas para a recuperação e o reaparelhamento de 789 creches conveniadas, o atendimento, em creches, de 1,4 milhão de crianças por mês, a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a capacitação de 1,2 milhão de crianças numa ação integrada de educação e trabalho, a realização do projeto Recreio, destinado a crianças em férias escolares, a execução do projeto Recriança, que atende a crianças na faixa de 7 a 8 anos, promovendo reforço à escola e orientação profissional, e a implantação do projeto Ministério da Criança, que associa

diversos programas e projetos governamentais voltados para a garantia dos direitos da criança e do adolescente;

— Assistência ao Idoso e ao Deficiente: as ações de apoio aos idosos, a cargo da LBA, permitiram a inserção ou manutenção, no meio familiar e comunitário, de cerca de 150 mil idosos, ademais das atividades a cargo da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que beneficiou cerca de 133 mil pessoas portadoras de deficiência;

— Defesa Civil: a Secretaria Especial de Defesa Civil prestou assistência às comunidades e às famílias atingidas por fenômenos climáticos adversos, mediante ações preventivas e de recuperação de áreas, bem como participou no cadastramento do projeto Gente da Gente/NE, para distribuição de 413 mil toneladas de alimentos.

Ações Previstas para 1991

Habitação

— Apoio à Habitação Popular: prevê-se a construção de 22 mil unidades habitacionais;

— Plano de Ação Imediata para Habitação: programada a construção de 145 mil moradias;

— Plano de Produção e Recuperação de Loteamento: previsto o atendimento a 100 mil famílias;

— Projeto SOS Habitação: serão implementadas ações emergenciais em áreas de risco, em articulação com o Ministério do Exército e a Secretaria Especial de Defesa Civil.

Saneamento

— Plano de Ação Imediata de Saneamento (PAIS BRASIL): deverá beneficiar cerca de 200 mil famílias com sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana;

— Saneamento Rural: prevê beneficiar 35 mil famílias com água e esgotos, e construir 730km de adutoras, 7.600

cisternas e 260 açudes, em 130 Municípios da Região Nordeste;

— Programa Social de Emergência e Geração de Emprego (PROSEGE): beneficiará diretamente 245 mil famílias, mediante empregos diretos em obras de saneamento.

Promoção Social

O atendimento à criança e ao adolescente será a grande prioridade do governo, no ano de 1991.

O projeto Ministério da Criança envolverá ações integradas em benefício da criança e do adolescente, nas áreas assistencial, educacional, de saúde e alimentação, jurídica-constitucional e de esporte e lazer.

O programa de creches pretende assegurar assistência integral a 850 mil crianças por mês, bem como recuperar e reaparelhar 1.200 creches.

Nas ações de amparo à criança e ao adolescente, serão beneficiadas 5 milhões de pessoas.

Os programas de atendimento aos idosos prevêem o atendimento de 90 mil beneficiários.

Deve-se, ainda, mencionar as ações integradas de atendimento especializado, de habilitação e reabilitação, e o auxílio aos portadores de deficiência física, mediante as quais serão atendidas cerca de 695 mil pessoas.

No que concerne às atividades voltadas para elevar o nível de emprego e renda em comunidades pobres e fortalecer as associações comunitárias, estão previstas a construção de 63 unidades comunitárias e a implantação de 35 mil microunidades de produção.

Finalmente, a defesa civil programou a realização de ações preventivas e de defesa permanente contra calamidades públicas.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

1.1 — Contas Nacionais

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	Cf. mil
PB a Preços de Mercado	12.382	24.532	50.541	117.258	386.091	1.381.524	3.611.818	11.536.551	36.197.482	1.266.348.389	34.417.828.508	
Diferença Implícita do PIB (%)	90	107	105	146	213	232	146	204	648	1.322	2.740	
Taxas Reais de Variação Anual do PIB (%)												
Total	9,2	(4,4)	0,6	(3,4)	5,3	7,9	7,5	3,6	(0,1)	3,3	(4,3)	
Agronegócio	9,5	8,0	(0,5)	(0,6)	3,4	10,0	(8,5)	14,9	0,6	2,5	(4,9)	
Indústria	9,3	(8,9)	0,0	(5,9)	6,6	8,3	11,8	1,1	(2,6)	3,0	(7,9)	
Extração Mineral	12,8	(2,5)	6,9	15,5	30,5	11,6	3,7	(0,6)	0,4	4,0	2,8	
Transformação	9,1	(0,4)	(0,2)	(5,6)	6,2	8,3	11,3	1,0	(3,4)	2,9	(8,7)	
Construção	9,0	(6,1)	(2,0)	(14,0)	0,9	6,0	18,4	1,1	(3,0)	3,3	(11,9)	
Serv. Ind. Utilidade Pública	10,5	3,4	6,3	7,8	12,2	10,2	18,3	3,3	5,8	3,4	1,8	
Serviços	9,0	(2,2)	2,0	(0,8)	4,1	6,5	8,3	3,3	2,3	3,9	(0,6)	
Comércio	8,3	(6,2)	0,3	(9,0)	3,9	7,4	7,8	2,5	(2,7)	3,0	(5,9)	
Transportes	7,5	(1,7)	1,8	(2,2)	4,3	6,6	11,3	4,6	4,2	3,6	(2,7)	
Comunicações	19,9	12,8	16,8	11,0	13,2	18,0	19,6	9,1	10,6	19,2	9,3	
Instituições Financeiras	—	6,6	4,2	5,6	7,7	10,0	(1,7)	(4,7)	0,3	1,3	(2,6)	
Administrações Públicas	—	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	
Outros Serviços	—	—	—	—	—	10,2	3,7	4,7	3,0	1,2	1,2	
Renda Líquida Enviada ao Exterior	405	1.015	2.501	6.840	21.941	73.660	163.950	436.168	3.419.236	38.372.830	776.227.000	
PNB a Preços de Mercado	11.977	23.517	47.950	110.418	364.150	1.308.864	3.498.123	11.100.383	82.778.245	1.227.975.519	13.641.601.508	
Transferências Unilaterais Líquidas	9	18	(1)	62	313	928	1.172	2.761	24.549	685.772	62.859.592	
Renda Nacional Disponível Bruta	11.986	23.535	47.949	110.480	364.463	1.309.792	3.499.601	11.101.144	82.902.794	1.228.661.291	13.704.461.100	
População Mil Habitantes	121.286	124.108	128.899	129.766	132.659	135.564	138.493	141.452	144.428	147.404	150.455	
PB per capita (preços correntes) em Cf	0,102	0,198	0,398	0,904	2,910	10,188	26,440	81,558	596,520	8.591.004	288.788.290	

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Contas Nacionais.

\1 Estimativa jan./nov.

1.2 — Contas Nacionais

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990 \2
PIB a Preços de Mercado	12.382	24.532	50.541	117.258	386.091	1.382.524	3.661.818	11.536.551	86.197.462	1.286.340.349	34.417.828.508
Consumo Final	9.771	18.962	40.216	94.867	303.668	1.045.832	2.872.506	8.586.432	62.034.315	910.886.608	26.157.549.666
Formação Bruta de Capital Fixo	- 2.835	5.627	10.834	21.259	65.196	234.315	699.155	2.573.191	19.665.578	314.868.741	7.882.069.842
Variação de Estoques \1	55	36	(173)	(1.668)	(4.424)	31.140	-	-	-	-	-
Export. de Bens e Serv. não futuros	1.121	2.311	1.846	13.393	52.306	169.331	322.848	1.091.348	9.425.243	104.511.000	2.341.704.000
Importação de Bens e Serv. não Futuros	1.400	2.494	4.182	10.563	30.595	98.094	232.693	714.420	4.927.655	63.918.000	1.765.495.000
Total de Formação Bruta de Capital	2.890	5.663	10.661	19.561	60.772	265.455	699.155	2.573.191	19.665.578	314.868.741	7.882.069.842
Poupança Interna Bruta	2.215	4.573	7.733	15.613	60.855	263.960	627.093	2.516.712	20.768.479	317.774.683	7.880.067.842
Poupança Externa	675	1.090	2.988	3.948	(83)	1.495	72.062	56.480	(1.102.900)	(2.905.942)	(198.018.000)

Fonte: IBGE/DIE/Departamento de Contas Nacionais.

\1 A partir de 1986 variação de estoques está incluída no consumo final.

\2 Estimativa jan./nov.

2. Indicadores do Nível de Emprego

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Variações Percentuais do Nível de Emprego ¹²											
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	2,89	(2,32)
Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-	-	1,17	3,93	(5,08)
Comércio	-	-	-	-	-	-	-	-	3,82	4,85	(0,61)
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	3,50	3,13	(1,69)
Construção Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	5,90	(1,95)	(4,93)
População Economicamente Ativa (Milhões de Habs.)	43,2	47,5	49,9	50,9	52,4	55,6	56,8	59,5
Taxa de Desocupação Média (%)	5,42	6,97	4,00	5,63	4,80	3,15	2,16	2,86	2,92	2,36	4,25
Taxa Média de Desemprego Aberto (%)											
Rio de Janeiro	6,47	8,25	3,94	5,02	5,07	3,07	2,29	2,29	2,39	2,51	3,51
São Paulo	4,36	6,01	3,61	5,53	4,97	2,70	1,75	2,81	2,88	1,95	4,67
Belo Horizonte	7,08	7,71	5,71	7,54	6,47	3,77	2,21	3,27	3,11	2,40	3,81
Porto Alegre	3,90	4,40	3,57	5,52	4,34	3,47	2,34	2,98	2,79	2,04	3,65
Salvador	6,41	8,62	4,46	5,89	5,98	4,53	3,68	4,97	4,02	3,80	5,33
Recife	5,81	7,04	4,65	6,44	5,80	4,07	2,97	4,18	4,56	3,51	4,95
Média	5,42	6,97	4,00	5,63	4,80	3,15	2,16	2,86	2,92	2,36	4,25

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social.
IBGE.

¹¹ Dados referentes ao período jan./nov.
¹² Dados levantados somente a partir de 1985.

3. Preços e Salários

Item	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1990
Índice de Preços ao Consumidor — IPCA (IBGE) ¹¹	—	—	—	—	—	—	—	365,96	933,62	1.766,67	1.794,64
Variação Anual (%)								373,95	981,14	1.972,91	1.620,97
Índice de Preço ao Consumidor Ampliado — IPCA	90,26	95,38	104,73	163,85	215,26	242,23	75,52	58,60	396,47	1.863,56	1.585,18
Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC	99,67	93,94	100,78	175,21	209,09	239,05	—	—	—	—	—
Variação Anual (%)											
Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna — IPC-DI	110,20	95,20	99,70	211,00	231,80	235,10	65,00	415,80	1.037,56	1.782,90	1.476,56
Índice Geral de Preços Oferta Global — IGP-QCG	108,60	92,80	99,20	212,90	225,60	241,40	63,30	412,10	1.940,50	1.737,70	1.462,01
Índice Preços por Alcance Disponível, Interna — IPA-DI	121,30	94,30	97,70	234,00	230,30	225,70	62,60	407,20	1.050,00	1.745,70	1.449,52
Índice Preços por Alcance Oferta Global — IPA-OG	118,60	90,50	96,80	238,30	233,20	234,60	59,90	400,66	1.055,41	1.732,42	1.425,40
Índice de Custo da Construção (Nacional) — ICC ¹²	113,00	86,10	108,00	145,90	213,40	283,60	61,26	416,64	1.062,02	2.019,33	1.095,37
Preços dos Combustíveis — Final do Período											
Álcool Hidratado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Variiação no Ano (%)											
Gasolina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Variação no Ano (%)	125,66	66,67	96,47	166,47	284,26	146,91	81,03	323,86	1.003,94	1.563,75	1.327,47
Óleo Diesel	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Variação no Ano (%)	66,67	150,00	104,00	194,12	296,66	130,22	13,14	461,95	1.026,48	1.384,51	1.235,46
C.I.P.											
Variação no Ano (%)	104,30	94,74	105,40	213,76	290,61	123,92	10,71	345,12	770,34	1.681,41	1.312,72
Salário Mínimo (Final de Período)	0,01	0,01	0,02	0,06	0,17	0,40	0,80	3,40	40,43	788,18	8.436,82
Valor (CIA) (2)	97,38	108,05	97,59	142,36	191,60	260,23	34,00	347,76	1.022,92	1.849,75	1.021,17
Variação (%)											
Índice Total de Sal. Nominais ~ Ind. Transform. (FIESP) ¹³	94,31	97,49	101,27	102,90	190,88	269,05	183,16	233,50	542,69	1.413,77	1.901,69 ¹⁴
Variação (%)											

Fonte: IBGE, FGV e FIESP.

¹¹ O IPC-IBGE foi criado em 10.03.86 (Decreto-Lei nº 2.284).

¹² Até 1989, os dados referem-se ao ICC/RJ.

¹³ Calculado com base na média anual do total de salários nominais; Base 1878 = 100.

¹⁴ Período jan./nov.

**4. Meios de Pagamento, Base Monetária e Multiplicador,
Principais Haveres Financeiros Brutos — Saldos**

	Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	C-5 mil
Méios de Pagamento — M1		1.487	2.790	4.344	9.177	27.698	11.976	45.476	110.926	6.944.000	10.060.000	12.257.624.000	
Papel Moeda em Poder do Públíco	286	513	686	1.842	6.130	23.511	84.046	246.311	2.090.000	40.362.000	989.081.000		
Depósitos à Vista	1.201	2.477	3.658	7.335	21.568	83.465	371.430	787.588	4.854.000	62.668.000	1.556.701.000		
Base Monetária	580	971	1.944	3.495	12.725	45.468	178.895	503.531	3.637.000	67.436.000	1.621.271.000		
Multiplicador	2.5622	2.847	2.1246	2.6258	2.1287	2.4627	2.5481	2.0573	1.9893	3.5283	1.5579		
Méios de Pagamento — M2	2.108	4.960	9.210	18.700	80.779	370.464	814.230	1.328.893	32.519.000	718.084.000	4.412.555.000		
Méios de Pagamento — M3	1.093	7.445	14.930	36.854	143.209	588.101	1.144.071	5.339.158	58.456.462	1.340.497.000	6.738.155.000		
Méios de Pagamento — M4	3.662	8.807	18.253	46.483	182.545	737.265	1.135.640	6.503.242	88.928.462	1.188.700.000	9.294.155.000		
Principais Haveres Financeiros Brutos	2.466	6.538	16.758	44.757	179.096	601.723	1.088.291	5.986.412	66.194.286	1.220.425.000	13.224.045.000		
Titulos Públicos Federais em Poder do Públíco	621	2.170	4.866	9.533	53.081	255.468	358.754	2.292.973	25.575.000	615.004.000	1.686.793.000		
Depósitos de Poupança	935	2.485	5.720	18.154	62.510	217.637	329.941	2.710.265	25.917.462	322.433.000	2.325.601.000		
Depósitos a Prazo	569	1.362	3.323	9.629	39.256	149.184	291.569	961.084	10.472.000	146.203.000	2.536.000.000		
Dívida Mobiliária Estadual e Municipal	0	0	1.034	2.675	8.507	33.474	61.406	368.946	3.634.179	119.627.000	1.592.752.000		
Letras de Câmbio	275	494	1.735	4.697	15.607	32.833	46.349	72.507	368.560	2.517.000	28.400.000		
Letras Imobiliárias e Hipotecárias ¹¹	16	27	30	79	135	127	372	637	7.285	12.641.000	117.500.000		
Vouchers à Ordem do Banco Central — VOB	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.717.000.000	

Fonte: Banco Central do Brasil — DEPEC.

¹¹ Até 1987 inclui apenas Letras Imobiliárias.

5. Saldos da Dívida Mobiliária Interna Federal e Taxas de Juros

Item	C\$ mil					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Total						
Em Carteira do Banco Central	227	918	2.896	15.914	37.196	141.244
Fixa do Banco Central	621	2.170	4.866	9.524	53.081	258.489
ORTN/DTN						
Em Carteira do Banco Central	141	615	2.245	11.575	33.908	91.536
Fixa do Banco Central	448	1.371	4.155	9.150	50.867	249.598
LTN						
Em Carteira do Banco Central	-89	303	751	4.339	3.288	52.708
Fixa do Banco Central	173	799	711	374	2.214	8.893
BTN						
Em Carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-
Fixa do Banco Central	-	-	-	-	-	-
LFT						
Em Carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-
Fixa do Banco Central	-	-	-	-	-	-
LBC						
Em Carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-
Fixa do Banco Central	-	-	-	-	-	-
BTNE						
Em Carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-
Fixa do Banco Central	-	-	-	-	-	-
LTNE						
Em Carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-
Fixa do Banco Central	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juros LRC/LFT - %						
Taxa Nominal						
Média Anual						
Acumulada no Ano						
Taxa Real - Deflator (D/C) - %						
Média Anual						
Acumulada no Ano						
Taxa Real - Deflator (D/C+1) - %						
Média Anual						
Acumulada no Ano						

Fonte: DTN e BACEN.

6. Arrecadação de Tributos e Contribuições

										C $\text{R}\$$ mil	
Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
A. Governo Federal											
Imposto sobre a Renda	463	965	2.394	5.803	19.588	74.429	190.276	485.547	3.983.725	54.709.783	1.215.198.683
Imposto sobre Produtos Industrializados	300	614	1.321	2.742	7.344	20.741	83.038	201.151	1.905.364	27.225.813	607.501.130
Imposto sobre Operações Financeiras	118	279	556	785	3.045	7.168	23.347	63.463	284.109	1.857.037	361.556.015
Imposto sobre Importação	87	140	234	493	1.394	5.200	16.712	44.455	345.011	4.983.254	101.908.504
Imposto sobre Exportação	21	12	7	213	523	2.930	1.535	3.673	19.943	124.832	2.334.670
Imposto Territorial Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	1	127	47.841
Imposto sobre Energia Elétrica	27	61	177	273	815	2.793	7.862	19.470	126.348	227.746	67.031
Imposto sobre Minerais	10	18	37	90	365	1.228	3.228	7.599	54.513	78.322	112.841
Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes	48	60	112	195	485	1.908	5.536	20.290	226.614	255.401	3.362
Imposto sobre Serviços de Comunicação	-	-	-	-	1.673	5.005	14.642	102.935	82.400	114.336	
Imposto sobre Transporte Rodoviário	10	20	39	82	241	893	2.869	8.345	52.630	74.523	244.901
Contribuição para o Fisco	-	-	-	670	-	3.070	24.820	74.371	622.099	12.865.881	422.519.712
Contribuições do Salário-Educação	-	-	-	225	-	3.455	8.176	26.097	180.702	2.400.184	-
Contr. sobre o Lucro Líquido de Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.461.455	153.044.942
Contribuições para o INSS/PASEP	-	-	-	-	-	-	-	-	337.501	7.569.626	313.220.701
Estados e Municípios	1	2	2	3	11	34	145	336	1.928	76.438	...
ICMS											

Fonte: CIEF/Receita Federal.

1\ A partir de 1988, inclusive, inclui a receita referente a operações oficiais de crédito. Em 1990, particularmente, inclui Cr\$ 34.043 milhões referentes aos certificados de privatização e Cr\$ 29.787 milhões provenientes da remuneração das disponibilidades do Tesouro no Banco do Brasil.

2\ A arrecadação de 1990 refere-se ao período jan.-out.

7. Execução Financeira do Tesouro Nacional

	Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	Cr\$ mil
A. Receita		1.219	2.262	4.618	11.336	33.788	134.464	394.036	1.202.387	10.518.738	129.257.000	4.336.381.000	
B. Despesa		1.219	2.261	4.618	11.329	33.766	121.209	500.178	1.392.133	15.511.064	217.523.000	4.207.716.000	
Transferências a Estados e Municípios		201	399	859	1.866	6.259	29.732	91.022	235.825	1.658.325	21.587.000	1.008.094.000	
Pessoal e Encargos Sociais		317	720	1.576	3.390	9.269	41.299	103.957	393.005	3.441.942	51.158.000	1.584.744.000	
Serviço da Dívida		10.787	39.504	142.759	1.157.401	124.916.000	3.462.000	
Encargos da Dívida Mobilizadora Federal		36	37	101	181	1.815	3.401	62.250	25.295	1.942.279	73.551.000	256.486.000	
Demais Vinculações		222	314	229	612	1.672	6.434	19.174	67.121	613.837	9.760.000	358.292.000	
Liberações para Operações Oficiais de Crédito		—	—	—	—	—	—	—	—	4.501.068	26.416.000	334.478.000	
Outras Despesas		426	894	2.097	5.658	16.126	34.322	200.991	579.564	3.386.946	31.589.000	542.706.000	
(-1) Conta de Suprimentos		3	103	234	418	1.395	6.766	16.720	51.436	1.280.934	—	—	
C. Resultado de Caixa (A-B)		0	1	0	7	22	13.255	106.142	(189.746)	(4.992.236)	(88.266.000)	128.665.000	
D. Colocado Líquido de Títulos		6	552	(218)	(2.201)	9.630	25.684	(264.432)	469.815	7.083.437	108.876.000	(1.289.900.000)	
E. Renumeração das Disponibilidades		—	—	—	—	—	—	—	—	—	20.846.000	1.615.405.000	
F. Resultado do Banco Central		—	—	—	—	—	—	—	—	—	18.911.000	1.060.025.000	
G. Disponibilidade de Recursos (C+D+E+F)		6	553	(218)	(2.284)	9.652	38.944	(370.574)	280.069	2.091.111	60.367.000	1.514.195.000	

Fonte: Banco Central do Brasil.

8. Necessidades de Financiamento do Setor Público

Item	1985	1986	1987	1988	1989	Em Porcentagens do PIB ^{\lambda}	
						1990 ^{\lambda}	jan.-set.
A. Total							
Nominal	28,64	11,77	32,31	52,37	79,04	31,0	
Operacional	4,42	3,64	5,69	4,59	7,88	-3,1	
Primário	2,63	-1,61	0,98	-1,16	0,47	...	
B. Governo Central							
Nominal	10,43	5,28	14,46	9,42	24,54	6,9	
Operacional	1,45	1,38	3,09	3,61	4,35	-2,6	
Primário	-1,31	-0,07	1,64	1,19	0,40	...	
C. Governos Estaduais e Municipais							
Nominal	6,65	2,75	8,15	13,97	20,04	9,0	
Operacional	0,97	0,96	1,61	0,16	0,60	-0,2	
Primário	-0,08	-0,06	0,63	-0,73	-0,31	...	
D. Empresas Estatais							
Nominal	11,55	3,55	10,12	26,77	32,82	15,5	
Operacional	2,31	1,37	0,88	0,40	2,73	-0,4	
Primário	-0,93	-1,34	-1,40	-2,04	0,19	...	
E. Agências Descentralizadas							
Nominal	0,42	0,10	0,27	2,26	1,74	0,7	
Operacional	-0,15	-0,01	-0,15	-0,02	0,12	-0,1	
Primário	-0,15	-0,01	-0,15	-0,02	0,12	...	
F. Previdência Social							
Nominal	-0,42	-0,41	-0,69	-0,05	-0,10	-0,2	
Operacional	-0,16	-0,25	0,26	0,44	0,08	-0,2	
Primário	-0,16	-0,25	0,26	0,44	0,08	...	

Fonte:

\1 Os valores percentuais apresentados para o período 1985 a 1988, conceito operacional, foram calculados a partir da utilização do IPC (t), para o ano de 1989 utilizou-se IPC (t+1) para as operações sujeitas a taxas de juros de curto prazo e para o ano de 1990 foi utilizado IPC (t+1) para dívida interna.

\2 Preliminar: em relação ao PIB estimado para o período jan.-set.

9. Saldos da Dívida Líquida do Setor Público

Item	Em milhões de unidades monetárias							
	1982	1983	1984	1985	1986			
	Cd	US\$	Cd	US\$	Cd	US\$	Cd	US\$
A. Governo Federal e Banco Central								
A.1. Dívida Interna	6	23.518	35	35.812	130	41.074	447	42.807
• Dívida Mobiliária Líqua no Póblco	2	7.813	8	8.567	48	15.285	177	16.964
• Depósitos em NC&P no BCB — MP 168								
• Depósitos Vinculados Res. 1.667								
• Depósitos do SBPE								
• Créditos do BCB Is. Inst. Finance.								
• Rec. Juros no Sistema Finance. (Liq. Sist. Finance.)								
A.2. Dívida Externa	4	15.705	27	27.245	52	25.789	270	25.843
• Dívida Registrada								
• Dep. Negoci. em Moedas Estrangeiras								
• Reservas Internacionais								
B. Governo Estaduais e Municipais	4	14.478	12	12.034	42	13.334	167	16.029
B.1. Dívida Interna	3	11.470	9	9.020	31	9.845	118	11.300
• Dívida Mobiliária								
• Operações Liq. Sistema Financeiro								
B.2. Dívida Externa	1	3.008	3	3.014	11	3.489	49	4.729
• Dívida Registrada								
• Dep. Regist. em Moedas Estrangeiras								
C. Empresas Estatais e Agências Descentral.	12	46.629	48	48.930	162	51.059	628	60.162
C.1. Dívida Interna	5	19.251	17	17.200	55	17.233	217	20.820
• Operações Liq. Sistema Financeiro								
• Empréstimos e Fornecedores								
• Cartões das Empresas Estatais								
C.2. Dívida Externa	7	29.378	31	31.730	107	33.826	411	39.342
• Dívida Registrada								
• Recolhido à Sist. Públ. Finance.								
• Lei 4.131 Sist. Públ. Finance.								
• Dep. Regist. em Moedas Estrangeiras								
Total Geral	22	86.623	95	96.776	334	105.467	1.242	118.998
Total da Dívida Interna	19	38.534	34	34.787	134	42.363	512	49.984
Total da Dívida Externa	12	48.091	61	61.989	200	63.104	730	69.914
Taxa de Cambio (Compr.) de Final de Período		0.0025		0.0010		0.0032		0.0064
								0.0149

Fonte: Banco Central do Brasil.

9. Saldos da Dívida Líquida do Setor Público

Item	Em milhões de unidades monetárias					
	1987	1988	1989	1990	1990 — Setembro V	US\$
A. Governo Federal e Banco Central	C.4	US\$	C.4	US\$	C.4	US\$
A.I. Dívida Interna	4.376	60.875	42.113	61.869	1.015.859	89.884
• Dívida Mobiliária Juro ao PÚBLICO	785	10.922	10.013	13.149	400.488	53.432
• Depósitos em NC1 no BCB — Mf. 168	2.196	30.345	31.434	41.279	706.623	63.522
• Depósitos Vinculados Res. - 1687	504	7.004	3.637	4.776	67.435	5.967
• Depósitos do STPF	0	0	0	0	0	0
• Créditos do BC à Instit. Finance.	367	5.394	646	648	21.179	0
• Rec. Junto ao Sistema Finance. (Iaq.)	(99)	(1.100)	(227)	(312)	(11.593)	(1.026)
• Prev. Soc. (Rec. Iaq. Sist. Finance.)	(2.117)	(30.428)	(25.177)	(33.378)	(581.807)	(2.501.340)
A.2. Dívida Externa	(151)	(74)	(49)	(64)	(1.389)	(123)
• Dívida Registrada	3.501	49.953	37.100	48.720	615.411	54.452
• Dívida Estrangeira	3.302	47.041	40.024	52.560	614.004	54.127
• Dívida Registrada	413	5.738	1.171	4.164	51.865	4.589
• Reservas Internacionais	333	4.132	865	1.136	58.934	5.215
• Reservas Internacionais	(156)	(7.458)	(6.960)	(9.140)	(169.392)	(9.679)
B. Governos Estaduais e Municipais	B.1. Dívida Interna	1.504	20.025	16.621	21.527	112.067
• Dívida Mobiliária	1.152	16.021	13.113	17.223	26.628	2.222.456
• Operações Iaq. Sist. Financeiro	400	5.568	3.834	5.035	25.503	2.338
• Operações Iaq. Sist. Financeiro	751	10.453	9.281	12.188	119.627	918.299
B.2. Dívida Externa	363	4.904	3.506	4.604	146.000	12.918
• Dívida Registrada	384	4.926	3.507	4.606	46.439	4.109
• Dep. Regist. em Moedas Estrangeiras	(12)	(12)	(2)	(2)	45.366	4.016
• Dívida Não Registrada	0	0	0	0	1.996	977
C. Empresas Estatais	5.007	70.305	51.967	68.244	762.985	67.509
C.I. Dívida Interna	2.380	33.109	28.465	37.301	431.859	38.211
• Operações Iaq. Sist. Financeiro	34.901	28.734	37.221	33.566	38.539	3.672.113
• Empreiteiros e Fornecedores	25	347	307	508	10.726	967
• Carteras das Empresas Estatais	(154)	(2.140)	(2.06)	(9228)	(14.633)	(1.285)
C.2. Dívida Externa	2.667	37.096	23.563	30.943	331.126	31.208
• Dívida Registrada	2.894	40.155	25.336	33.271	344.598	30.490
• Dívida Não Registrada	187	2.668	1.891	2.483	25.698	2.539
• Resolução do Setor PÚBLICO Financeiro	(116)	(1.482)	(1.76)	(1.019)	(7.167)	(6.689)
• Lei 1.311 Setor PÚBLICO Financeiro	(170)	(2.589)	(1.303)	(1.816)	(15.789)	(1.378)
Total Geral	(128)	(1.783)	(1.505)	(1.976)	(11.592)	(1.045)
Total da Dívida Interna	10.298	152.005	115.701	151.940	2.000.917	185.004
Total da Dívida Externa	4.317	60.052	51.512	67.873	1.097.915	97.145
Total	6.611	91.953	64.169	84.267	992.982	87.859
Taxa de Câmbio (Cotado) de Final do Período	0,0719	0,7615	0,7615	0,7615	11.3420	83.7460

Fonte: Banco Central do Brasil.
\\ Preliminar.

10. Balanço de Pagamentos do Brasil \1

	Item	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989 \2	1990 \2	US\$ milhões
A. Balança Comercial											
Exportações	780	6.470	13.069	12.486	8.304	11.172	19.154	16.120	11.027		
Importações	20.175	21.899	27.005	25.639	22.348	26.224	33.789	34.383	31.390		
B. Serviços	19.395	15.429	13.916	13.153	14.044	15.052	14.065	18.263	20.363		
Fatores	(15.527)	(12.720)	(12.743)	(12.341)	(13.246)	(12.061)	(14.389)	(14.800)	(13.753)		
Lucros	(12.878)	(11.153)	(11.495)	(11.347)	(11.578)	(10.474)	(12.226)	(13.106)	(11.170)		
Outros	(11.353)	(9.355)	(10.203)	(9.559)	(9.327)	(8.792)	(9.633)	(8.832)	(8.709)		
Não Fatores	(1.528)	(1.567)	(1.292)	(1.688)	(2.251)	(1.682)	(2.394)	(2.473)	(2.461)		
C. Transferências Unilaterais	(2.649)	(1.589)	(2.481)	(1.987)	(1.668)	(1.587)	(2.163)	(1.694)	(2.583)		
D. Transações Correntes (A+B+C)	(8)	168	171	150	86	70	94	244	929		
E. Capital	6.255	3.498	6.114	517	302	(4.836)	(819)	4.889	1.564	(1.797)	
Investimento Direto	951	684	1.076	117	117	(1.363)	(2.921)	(4.179)	(4.818)		
Financiamentos	2.992	3.662	4.220	720	521	(263)	531	2.269	125	65	
Amortizações ^{\3}	(6.098)	(10.081)	(7.816)	(10.160)	(11.126)	(13.503)	(15.526)	2.499	2.109	2.770	
Empréstimos ^{\3}	11.615	11.463	12.712	8.950	10.388	9.723	12.934	79.167	1.493		
Outros	(845)	(2.250)	(4.078)	(2.455)	591	(174)	445	(1.595)	(1.662)		
F. Erros e Omissões	(386)	(670)	403	(465)	56	(825)	(831)	(776)	(592)		
G. Saldo do Balanço de Pagamentos (D+F)	(6.366)	(3.134)	7.034	14	(3.629)	(2.987)	6.977	(3.391)	(7.207)		
H. Financiamento do Resultado	8.368	3.344	(7.034)	(14)	3.629	2.987	(6.977)	3.391	7.207		
Havres	4.543	74	(7.027)	457	3.836	(1.015)	(1.249)	(887)	(481)		
Obrigações - PMI	344	2.152	1.796	(63)	(613)	(1.146)	(456)	(852)	(741)		
Obrigações à Cunio Prao ^{\4}	3.782	(1.182)	998	(408)	406	1.005	(1.129)	1.141	87		
Aforados	-	2.340	(2.901)	-	-	4.143	(4.143)	3.989	8.342		

Fonte: Banco Central do Brasil — DEPEC.

\1 O balanço de pagamentos, tal como apresentado, só se encontra disponível a partir de 1982.

\2 Preliminar.

\3 Inclui valores refinanciados junto ao Clube de Paris e junto a bancos.

\4 Inclui a reclassificação das obrigações refinanciáveis junto ao Clube de Paris, depositadas no Banco Central em 1987 e refinanciadas em 1988 (US\$ 1175 milhões).

11. Exportações Brasileiras

Item	1980						1981						1982						1983						1984						1985					
	Valor	VOLUME	Valor	VOLUME	Valor	VOLUME	Valor	VOLUME	Valor	VOLUME	Valor	VOLUME	Valor	VOLUME	Valor	VOLUME	Valor	VOLUME	Valor	VOLUME																
Total	20.132	109.100	23.293	123.994	20.175	119.900	21.699	118.790	22.005	141.737	25.639	146.151																								
Produtos Pintados	5.488	96.671	8.920	107.850	3.195	103.292	8.484	96.097	8.706	111.370	8.538	116.688																								
Açúcar Demerara	625	1.191	579	1.563	259	1.222	333	1.575	1.545	1.66	1.66	1.668																								
Café em Grão	2.468	734	1.517	625	1.658	688	1.096	940	2.864	1.032	2.369	1.034																								
Cácau em Artesanatos	292	124	242	125	216	143	284	153	284	107	361	172																								
Minério de Ferro	1.564	78.658	1.748	85.798	1.847	84.628	1.513	72.334	1.513	86.196	1.483	86.813																								
Minério de Manganês	59	1.637	58	1.018	47	846	36	747	37	879	36	901																								
Fumo em Bolhas	284	128	356	132	463	145	458	155	449	161	437	170																								
Frango de Soja	1.449	5.982	2.136	8.384	1.619	7.721	1.793	8.493	1.440	7.587	1.175	8.588																								
Ouros Minérios Metalúrgicos	99	2.601	175	4.175	108	2.966	30	5.860	244	8.346	287	10.756																								
Sóis	394	1.549	404	1.450	123	501	309	1.295	454	1.561	743	3.491																								
Ourives	1.236	1.437	1.205	3.880	1.655	4.422	1.632	4.545	1.410	3.906	1.462	3.715																								
Produtos Industrializados	11.377	11.567	14.000	15.297	13.729	15.658	13.109	21.482	18.004	29.057	16.821	26.243																								
Semimanufaturados	3.369	4.121	2.116	3.955	1.726	3.372	1.835	4.710	2.872	6.920	2.758	7.826																								
Alumínio em Bruto	0	0	2	4	4	4	4	150	109	174	132	167																								
Pasta Química de Madeira	363	886	363	945	291	868	309	978	361	963	274	913																								
Semimanufaturados de Ferro e Aço	44	202	24	115	27	128	94	348	221	1.235	402	2.373																								
Outros	1.942	1.063	1.727	2.693	1.154	2.372	1.260	3.275	2.002	4.540	1.915	4.381																								
Manufaturados	9.028	7.996	11.884	11.342	10.253	12.284	11.176	16.772	15.132	22.137	14.063	20.457																								
Açúcar Refinado	346	612	396	916	244	1.090	1.090	781	213	1.212	162	1.192																								
Cabedéis, suas Partes e Componentes	408	13	586	41	524	36	713	49	1.072	71	886	66																								
Caldeiras, Apur. e Inst. Mecânicos	1.362	261	1.546	264	1.198	186	1.106	182	1.399	284	1.940	312																								
Gacheiras	78	219	177	1.043	298	960	399	1.459	792	3.026	917	3.519																								
Máquinas e Aparatos Elétricos	459	54	560	65	406	43	448	51	593	61	581	75																								
Material de Transporte	1.512	389	2.076	465	1.719	306	1.452	265	1.384	350	1.694	413																								
Papel e suas Manufaturas	156	191	220	329	164	255	203	441	346	703	263	543																								
Produtos Químicos Orgânicos	185	189	423	577	588	553	511	982	638	1.217	607	1.315																								
Produtos Siderúrgicos Manufaturados	625	1.342	801	1.816	795	2.209	1.246	4.754	1.548	5.184	4.742																									
Saco de Laranja	339	402	659	639	573	521	609	553	1.415	905	749	485																								
Outros	3.538	3.206	4.240	5.187	3.974	6.105	4.413	7.253	5.762	9.104	5.264	7.775																								
Transporte Especiais	267	862	373	847	251	1.042	306	1.211	295	1.310	280	1.380																								

Fonte: DECEX.

11. Exportações Brasileiras

Item	1986			1987			1988			1989			1990		
	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor								
Total	22.349	133.832	26.224	142.382	33.799	160.666	34.383	177.033	31.190	167.863					
Produtos Próximos	7.280	107.972	8.022	115.401	9.411	115.477	9.548	144.117	8.748	138.319					
Artigar Demerara	141	904	134	908	167	892	114	433	289	825					
Café em Grão	2.006	478	1.959	1.988	2.009	1.984	1.580	949	1.106	851					
Cacau em Amêndoas	273	135	266	143	215	134	134	107	128	118					
Márfimo de Ferro	1.615	90.835	1.615	95.312	1.801	112.815	2.233	118.475	2.407	113.511					
Márfimo de Manganês	31	780	28	716	45	1.048	63	1.035	83	924					
Ferro em Folhas	22	154	29	234	511	171	513	164	551	156					
Ferro de Sóia	1.253	6.952	1.450	7.802	2.033	8.128	2.137	9.871	1.610	8.744					
Outros Márfitos Metalúrgicos	43	3.066	75	2.621	133	4.712	145	4.694	164	5.519					
Sóia	242	1.198	570	3.024	726	2.597	1.154	4.618	910	4.076					
Outros	1.614	3.660	1.856	3.413	1.686	4.076	1.495	3.771	1.500	3.593					
Produtos Industrializados	14.868	24.687	18.024	25.895	24.079	32.501	24.441	31.659	22.095	28.339					
Subimanaufaturados	2.492	2.746	3.175	6.466	4.892	10.468	5.007	13.388	5.107	12.373					
Alumínio em Bruto	350	297	587	397	1.072	469	841	419	875	545					
Pasta Química de Madeira	319	662	394	800	613	1.044	677	986	922	1.026					
Semimanufaturados de Ferro e Aço	414	2.242	586	3.375	676	4.066	5.356	5.337	753	3.404					
Outros	1.469	4.075	1.603	2.362	4.826	4.829	2.933	6.641	2.887	7.388					
Manufaturados	12.498	17.211	14.849	17.429	19.187	22.693	18.634	18.276	16.988	15.966					
Artigar Refinado	190	1.196	160	1.093	162	159	781	504	186	577					
Ciclados, suas Partes e Componentes	1.026	68	1.169	67	1.281	72	1.312	82	1.184	72					
Cadeiras, Apar. e Inst. Mecânicos	1.471	305	1.634	358	2.391	468	2.723	534	2.480	503					
Gaiola	385	2.703	629	3.802	589	3.846	520	2.906	405	1.620					
Máquinas e Aparatos Elétricos	769	85	892	67	970	109	1.076	124	1.014	106					
Material de Transporte	1.569	386	2.780	588	3.054	646	2.895	576	2.146	395					
Papel e suas Manufaturados	347	692	365	659	664	1.104	609	899	613	955					
Produtos Químicos Orgânicos	512	941	611	1.079	870	1.191	792	1.049	742	1.026					
Produtos Sidêncioscos Manufaturados	1.179	3.297	1.061	3.200	2.353	6.165	1.842	3.992	1.644	3.979					
Suco de Laranja	678	803	830	755	1.144	664	1.019	724	1.468	955					
Outros	4.280	2.635	4.718	3.791	5.789	7.047	5.587	6.886	5.106	5.828					
Transações Especiais	171	1.173	178	1.086	299	1.688	394	1.257	547	1.205					

Fonte: DECEX.

12. Importações Brasileiras

Item							Valor em US\$ milhões FOB/Volume em mil toneladas				
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Total	22.955	71.855	22.091	64.066	19.395	60.713	15.429	55.056	33.916	53.988	13.153
Bens de Consumo											48.370
Alimentos	1.315	625	989	424	1.002	419	798	385	702	416	795
Vestuário	552	602	378	402	346	395	240	366	226	393	239
Outros	33	5	45	7	67	8	78	7	134	15	86
Máquinas e equipamentos	730	18	566	15	589	16	480	12	342	8	467
Trigo	7.059	10.311	5.739	15.035	4.662	11.165	3.519	6.973	3.718	12.270	11.861
Fertilizantes e Adubos	890	4.755	832	4.360	762	4.224	727	4.152	735	4.868	591
Produtos Químicos	620	4.566	353	2.651	239	2.655	135	1.744	248	2.628	234
Pasta, Madeira, Celulose e Obras	2.276	3.409	1.626	1.741	1.446	1.576	1.99	914	1.219	1.130	1.265
Obras de Metalicos e Borrachas	453	215	312	214	233	198	247	160	244	136	213
Ferro Fundido e Aço	591	732	735	1.054	431	527	140	93	127	307	142
Metais Não-ferrosos	824	380	497	241	422	246	176	86	232	140	220
Outros	1.159	5.441	1.111	4.530	652	3.550	859	2.580	662	2.602	771
Combustíveis e Lubrificantes	10.200	36.933	11.346	48.286	10.459	46.933	8.607	44.397	7.345	41.054	6.176
Petróleo e Derivados	9.844	45.732	12.006	41.553	10.120	42.437	8.779	37.942	6.866	32.758	5.464
Outros	356	5.381	334	4.713	339	4.366	428	6.555	479	8.296	8.463
Bens de Capital	4.381	346	4.023	341	3.272	231	2.505	201	2.151	248	2.480
Material de Transporte	843	76	581	68	446	36	811	86	503	134	593
Máquinas e Material Elétrico	3.538	290	3.442	273	2.826	195	1.694	115	1.648	114	1.972

Fonte: DECEX.

12. Importações Brasileiras

Item	1986			1987			1988			1989			1990 – Jan./Ago.		
	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor								
Total	14.044	60.597	15.652	61.975	14.605	58.085	18.263	57.295	12.417	35.352					
Bens de Consumo															
Alimentos	1.999	1.369	1.523	841	1.373	473	2.610	1.137	1.588	824					
Vestuário	1.099	1.322	643	795	376	437	1.248	1.079	746	798					
Outros	198	34	223	33	196	20	411	39	201	16					
Materias-primas															
Tribo	5.041	16.101	4.862	16.106	4.901	10.413	6.351	11.630	4.218	3.118					
Fertilizantes e Adubos	248	2.235	250	2.749	97	941	211	1.309	202	1.302					
Produtos Químicos	296	3.765	3.117	3.915	313	3.208	282	2.633	183	1.699					
Pasta, Materia, Celulose e Obras	1.868	2.155	1.942	2.420	2.034	1.997	2.383	1.863	1.612	1.346					
Obras de Plásticos e Porcratas	192	296	269	348	269	247	401	445	225	221					
Ferro Fundido e Aço	417	190	475	224	335	224	629	262	421	175					
Metal Não-ferroso	323	1.068	286	682	263	228	421	652	243	229					
Outros	1.422	8.191	953	5.668	1.109	1.450	1.583	4.308	1.035	3.045					
Combustíveis e Lubrificantes	3.540	40.793	4.209	44.754	4.136	46.986	4.430	44.326	2.778	26.259					
Petróleo e Derivados	3.020	31.522	4.123	33.222	3.515	35.040	3.754	32.470	2.438	19.925					
Outros	520	9.271	586	11.532	621	11.926	676	11.886	340	6.314					
Bens de Capital	3.444	334	3.958	272	4.195	233	4.872	232	3.833	173					
Material de Transporte	750	180	947	106	525	63	693	49	464	30					
Máquinas e Material Elétrico	2.714	154	3.011	164	3.670	170	4.179	183	3.369	143					

Fonte: DECEX.

13. Petróleo Bruto e Derivados

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Petróleo Bruto											
Produção Nacional (Mil b/d)	157	220	260	339	474	563	593	590	576	616	654
Importações (Mil b/d)	869	845	798	729	699	545	601	624	639	592	571
USS Milhões	9.378	10.599	9.588	7.824	6.749	5.421	2.734	3.659	3.194	3.390	4.154
USS/FOB/d	26.46	34.87	32.05	29.39	28.39	27.26	12.69	16.93	13.06	15.69	20.90
Exportações (Mil b/d)	1	15	22	1	—	—	—	—	1	—	—
USS Milhões	17	190	270	13	—	—	—	—	13	—	—
USS/FOB/d	39.00	35.22	33.48	34.30	—	—	—	—	11.17	—	—
Derivados de Petróleo											
Produção Nacional (Mil b/d)	1.126	1.109	1.102	1.078	1.147	1.156	1.229	1.265	1.262	1.278	1.268
Importações (Mil b/d)	54	28	69	31	14	36	44	52	86	80	70
USS Milhões - FOB	531	935	648	322	142	326	220	271	352	389	475
USS/b/d	32.81	38.21	25.71	28.84	26.93	25.02	13.00	14.36	11.22	13.27	18.60
Exportações (Mil b/d)	37	81	108	125	184	169	131	149	155	129	92 ^{\text{1}}
USS Milhões	569	1.125	1.312	1.342	2.053	1.833	797	1.066	907	923	759 ^{\text{1}}
USS/b/d	37.28	37.85	33.00	38.76	50.64	28.74	16.62	19.60	17.33	19.57	22.57 ^{\text{1}}
Produção/Consumo Aparente (%)	17	22	26	35	50	50	56	53	51	53	48
Total Import. de Petróleo e Derivados - US\$ milhares - FOB	9.901	10.984	10.214	8.146	6.891	5.749	3.004	4.130	3.546	3.779	4.329
Total Importações de Petróleo e Derivados/Exportações	43	50	53	53	50	44	20	27	24	21	12
Total Importações de Petróleo e Derivados/Exportações	49	47	51	37	26	22	13	16	10	11	12
Totais de Brasil (%)											

Fonte: PETROBRÁS.

¹ Preliminar.

² Dados não disponíveis.

14. Intercâmbio Comercial do Brasil

Item	1980				1981				1982				1983				1984			
	Export.	Import.																		
Total	26.132	22.955	23.293	22.091	20.175	19.395	21.899	19.894	15.439	27.005	13.916	25.639	25.132	23.003	21.003	23.639	21.003	13.153	8.480	
Total, excusivo OPEP	18.619	13.916	20.854	12.501	18.285	10.713	19.894	8.946	25.530	8.348	841	3.348	3.348	3.348	3.348	3.348	3.348	3.348	3.348	
AELC ^{\ref{AELC}}	655	622	602	588	667	651	473	473	1.472	2.923	1.597	1.816	1.816	1.816	1.816	1.816	1.816	1.816	1.816	
Alst ^{\ref{Alst}}	3.178	2.087	3.732	2.133	2.318	2.072	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	
Argentina	1.092	737	830	587	666	550	655	358	653	511	548	548	469	469	469	469	469	469	469	
Chile	451	445	641	289	289	312	193	164	281	225	238	238	216	216	216	216	216	216	216	
Uruguai	311	196	373	178	138	151	104	131	136	123	140	140	140	140	140	140	140	140	140	
Paraguai	409	92	450	191	324	167	233	32	313	40	392	392	75	75	75	75	75	75	75	
México	470	431	643	784	324	789	173	709	235	630	222	222	380	380	380	380	380	380	380	
Outros	445	176	745	88	577	163	332	78	435	68	346	346	69	69	69	69	69	69	69	
Canadá	243	314	298	584	231	452	312	493	408	510	428	428	398	398	398	398	398	398	398	
CBF ^{\ref{CBF}}	5.946	3.513	5.933	2.976	5.443	2.441	5.687	1.863	6.157	1.726	6.227	6.227	1.870	1.870	1.870	1.870	1.870	1.870	1.870	
República Federal da Alemanha	1.337	1.594	1.317	1.076	1.137	858	1.131	705	1.256	629	1.369	1.369	866	866	866	866	866	866	866	
Países Baixos	1.150	227	1.470	205	1.142	135	1.254	160	1.361	142	1.558	1.558	164	164	164	164	164	164	164	
Itália	979	374	961	605	992	479	977	213	1.115	203	1.150	1.150	188	188	188	188	188	188	188	
Reino Unido	559	438	735	113	675	243	719	229	708	278	632	632	251	251	251	251	251	251	251	
Francia	822	665	851	597	883	560	891	456	838	371	800	800	302	302	302	302	302	302	302	
Bélgica	356	133	413	130	414	140	503	74	638	78	577	577	75	75	75	75	75	75	75	
Espanha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Outros	152	47	186	32	190	26	212	25	243	25	201	201	26	26	26	26	26	26	26	
Comexam	1.307	239	1.699	242	1.191	463	1.442	503	1.359	420	1.032	1.032	334	334	334	334	334	334	334	
EUA ^{\ref{EUA}}	3.510	4.101	4.111	3.504	4.634	2.861	5.063	2.409	7.710	2.297	6.956	6.956	2.602	2.602	2.602	2.602	2.602	2.602	2.602	
Índia	1.232	1.066	1.120	1.240	1.294	881	1.433	561	1.515	553	1.398	1.398	550	550	550	550	550	550	550	
Demais Países	3.148	1.464	3.267	1.149	3.216	876	3.616	1.172	4.217	915	4.349	4.349	967	967	967	967	967	967	967	
OPEC	1.513	9.099	2.439	9.590	1.990	8.682	2.005	6.483	2.475	5.568	2.636	4.673	4.673	4.673	4.673	4.673	4.673	4.673	4.673	

Fonte: DECEX.

\1 Até Outubro.

\2 Exclui Equador e Venezuela, incluídos na OPEC.

\3 Grécia a partir de janeiro/81; Espanha e Portugal a partir de 1986.

\4 Inclui Porto Rico.

14. Intercâmbio Comercial do Brasil

Item	1986				1987				1988				1989				Import. \1	Export. \2	US\$ milhões
	Export.	Import.																	
Total	22.349	14.044	26.224	15.050	33.739	14.605	34.383	18.253	31.390	14.665	29.592	14.930	31.390	16.250	16.250				
Total, exceto OPEP	20.551	11.533	26.224	11.385	31.560	11.560	32.359	14.655	29.592	11.560	29.592	12.907	29.592	12.907	12.907				
AELC	646	644	593	652	648	742	720	939	622	622	622	781	781	781	781				
África	2.038	1.710	2.496	1.999	3.080	1.707	3.084	3.110	2.792	2.792	2.792	2.627	2.627	2.627	2.627				
Argentina	678	737	832	575	979	707	722	1.239	639	639	639	1.132	1.132	1.132	1.132				
Chile	246	278	355	333	542	349	694	515	484	484	484	393	393	393	393				
Uruguai	203	301	268	247	322	314	335	596	295	295	295	512	512	512	512				
Panamá	269	150	288	66	342	117	323	379	279	279	279	279	279	279	279				
México	156	151	171	214	274	116	431	194	505	194	505	154	154	154	154				
Outros	467	93	582	144	621	104	559	207	480	207	480	157	157	157	157				
Canadá	436	434	562	409	896	419	921	456	522	456	522	339	339	339	339				
CEE	3.069	3.174	6.941	3.386	9.711	3.227	10.509	3.745	9.852	3.745	9.852	3.416	3.416	3.416	3.416				
República Federal da Alemanha	1.099	1.285	1.229	1.449	1.535	1.435	1.714	1.483	1.788	1.483	1.788	1.405	1.405	1.405	1.405				
Países Baixos	1.399	253	1.668	267	2.616	244	2.722	359	2.495	2.495	2.495	271	271	271	271				
Itália	910	349	1.270	333	1.442	289	1.771	436	1.596	1.596	1.596	526	526	526	526				
Reino Unido	546	346	756	579	1.091	403	1.060	441	945	945	945	351	351	351	351				
França	718	569	678	664	893	574	982	528	902	902	902	449	449	449	449				
Bélgica	484	103	611	125	937	129	1.028	212	980	212	980	135	135	135	135				
Espanha	447	82	444	107	780	88	754	116	704	116	704	160	160	160	160				
Outros	266	187	345	29	417	65	478	169	442	169	442	99	99	99	99				
Comecom	863	400	1.344	386	1.094	320	1.095	323	704	323	704	269	269	269	269				
EUA	6.307	3.228	7.325	3.189	9.006	3.121	8.370	3.922	7.675	3.922	7.675	3.487	3.487	3.487	3.487				
Japão	1.514	882	1.576	642	2.336	960	2.436	1.204	2.150	1.204	2.150	955	955	955	955				
Demais Países	2.877	1.061	3.287	1.132	4.909	1.065	5.444	996	5.075	996	5.075	1.033	1.033	1.033	1.033				
OPEC	1.798	2.511	2.000	3.465	2.109	3.044	1.824	3.568	1.798	3.568	1.798	3.343	3.343	3.343	3.343				

Fonte: DECEX.

\1 Até Outubro.

\2 Exceto Equador e Venezuela, incluídos na OPEC.

\3 Grécia a partir de Janeiro/81; Espanha e Portugal a partir de 1986.

\4 Inclui Porto Rico.

15. Endividamento Externo Bruto

	Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990-Jun.
Dívida Registrada no Banco Central												
Emprestimos do FMI	53.847	61.411	70.197	81.319	91.091	95.857	101.759	107.754	102.255	99.285	96.701	
ISAD — *Empréstimos Programa*	—	—	544	2.648	3.967	4.608	4.490	3.938	3.075	2.439	2.064	
Bonds	512	490	470	449	430	410	338	372	347	340	340	
Financiamentos de Importações	3.236	2.866	2.610	2.286	1.737	1.919	1.901	1.589	1.386	1.126	1.156	
Entidades Internacionais	12.105	12.881	13.520	16.242	18.379	22.650	27.713	33.609	33.031	34.251	33.882	
BIRD	3.485	3.583	3.847	4.324	5.714	7.411	9.059	10.027	10.195	11.154	11.159	
BID*	2.246	2.284	2.341	2.588	3.905	5.057	6.367	6.932	8.110	8.050		
CFI	1.047	1.071	1.202	1.367	1.397	1.920	2.071	2.405	2.591	2.380	2.285	
Outras	192	248	301	303	285	279	231	222	252	405	434	
Agências Governamentais	—	—	3	66	127	155	390	468	406	419	390	
USAID — *Empreéstimos Projeto*	2.973	3.404	3.690	4.405	6.173	7.792	10.225	12.670	13.003	13.380	13.416	
USAID — Lei nº 460, Trigo (VI, VII e VIII Anexos)	64	57	519	518	466	475	460	488	475	442	458	
Trigo — Outros Financiadores	450	510	839	1.168	44	30	23	18	14	14		
Eximbank — EUA	931	925	934	931	789	674	633	532	457	355	363	
Eximbank — Japão	489	508	477	502	384	349	510	602	523	370	312	
Kreditanstalt für Wiederaufbau	928	624	613	722	644	796	1.167	1.503	1.395	1.527	1.717	
OPIC	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
Outros	—	219	256	469	2.477	4.341	6.734	8.865	9.690	10.584	10.467	
Outros Créditos de Fornecedores	5.650	5.894	5.983	7.513	6.492	7.427	8.429	9.012	9.633	9.357	9.307	
Divida Pública Consolidada	4	3	2	2	1	1	4	—	—	—	—	
Empréstimos em Moedas	37.819	44.584	52.916	59.633	66.467	86.195	67.187	67.938	64.458	61.002	59.212	
Resolução nº 63, de 21.08.67	9.924	13.456	16.145	15.113	13.630	11.379	9.772	6.831	4.317	2.604	2.395	
Instrução nº 289, de 14.01.65	9	8	7	7	7	7	8	8	8	8	8	
Lei nº 1.31, de 01.06.62	27.886	31.520	36.763	44.511	52.850	54.399	58.406	61.099	60.133	58.470	56.809	
Empréstimos Diversos	168	157	136	119	110	94	82	68	58	47	47	
Divida Não Registrada	10.397	12.552	15.106	12.237	10.948	9.286	13.660	16.914	15.811	21.553		
Linhas de Crédito de Importação de Petróleo	4.694	4.951	4.059	4.638	3.369	2.880	2.493	2.160	1.931	1.339	1.254	
Outras Linhas de Crédito	537	655	627	439	370	148	795	963	1.212	1.369	1.429	
Bancos Comerciais	4.966	6.586	6.404	5.520	6.870	6.006	5.459	5.905	6.335	7.228	8.788	
Operações Especiais	200	360	4.016	2.640	399	294	536	4.632	1.136	5.855	10.588	
Pagamentos em Atraso	—	—	—	2.340	—	—	—	—	—	3.989	8.527	
Clube de Paris em Trânsito • Outros	200	360	4.016	300	399	234	536	1.204	1.136	1.866	2.085	
Dívida Total	64.244	73.963	65.303	93.586	102.039	105.125	111.045	121.174	113.469	115.886	118.254	

Fonte: Banco Central do Brasil — FIRCE.

16. Indicadores de Endividamento

	Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990 ¹¹
Valores em US\$ milhões												
1. Serviço da Dívida		14.115	17.800	20.630	12.615	13.070	12.793	13.762	9.762	19.377	12.819	7.930
1.1. Juros		7.457	10.365	12.551	10.033	10.925	10.518	10.662	5.543	13.836	7.237	3.820
1.2. Amortizações		6.658	7.495	8.079	2.612	2.135	2.275	3.700	4.219	5.541	5.582	4.110
2. Dívida Registrada Bruta		53.847	61.411	70.197	81.319	91.091	95.857	101.759	107.514	102.555	99.285	97.389
3. Reservas Internacionais		6.913	7.507	3.994	4.563	11.995	11.628	6.760	7.458	9.140	9.679	9.973
4. Dívida Líquida (2 - 3)		46.934	53.904	66.203	76.756	79.096	84.249	94.999	100.056	93.415	90.606	87.407
5. Dívida de Curto Prazo Bruta		10.392	12.562	15.116	12.237	10.946	9.288	9.286	13.660	10.914	15.811	24.790
6. Dívida Total (2 + 5)		64.244	73.963	85.303	93.556	102.039	105.125	111.045	121.174	113.469	115.996	122.170
7. Exportações		20.132	23.293	20.175	21.899	27.005	25.639	22.349	26.224	33.789	34.383	31.390
8. PIB		161.783	170.624	182.204	181.710	189.605	223.167	244.463	261.708	272.577	285.189	296.956
9. Serviço da Dívida/Exportações (%)		70	76	102	58	46	50	62	37	57	37	25
10. Serviço da Dívida/PIB (%)		9	10	11	7	7	6	6	4	7	4	3
11. Dívida Total/Exportações (%)		319	318	423	427	378	410	497	462	336	335	389
12. Dívida Total/PIB (%)		40	43	47	51	51	47	45	46	42	39	41

Fonte: Banco Central do Brasil — DEPEC

¹¹Preliminar.

17. Indicadores Diversos das Relações Econômico-Financeiras com o Exterior

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	Valores em US\$ milhões	
												1980	1981
Taxa de Câmbio													
Compra — Final de Período (%)	95,1	97,7	289,4	223,6	229,6	42,4	383,6	959,2	1.384,2	1.391,7			
Venda — Final de Período (%)	97,2	93,6	93,2	221,7	217,6	217,9	193	189,4	571,9	964,9	2.394,8		
Compra — Média Anual (%)	97,2	93,6	93,2	221,7	229,4	223,6	42,4	383,6	959,2	1.384,2	1.397,3		
Venda — Média Anual (%)	95,1	97,7	93,2	221,7	216,6	237,7	19,4	189,4	571,9	964,9	2.386,5		
Reservas Internacionais — US\$ milhões													
Caixa	—	—	—	(1.555)	7.522	7.690	4.585	4.433	5.359	7.268	8.791		
Banco de Pagamentos ¹¹	6.913	7.507	3.250	3.757	11.033	10.631	5.330	6.799	8.118	8.736	9.175		
Liquidéus ¹³	6.913	7.507	3.594	4.563	11.935	11.403	6.768	7.458	9.140	9.659	9.973		
Índices de Comércio Exterior (1977 = 100)¹²													
Exportações	107	101	95	89	91	86	92	92	101	103	—		
Preços	152	183	167	191	234	265	204	237	279	272	—		
Importações Globais	164	182	178	167	158	149	118	129	141	151	—		
Preços	115	99	91	76	73	72	95	93	82	96	—		
Importações Petróleo Bruto	226	270	260	235	229	222	103	137	111	125	—		
Preços	107	104	98	90	80	66	73	76	78	72	—		
Quantum*	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Índices de Relações de Troca (1977 = 100) ¹²													
Total	65	55	54	53	58	58	78	73	72	68	—		
Exclusivo Petróleo	78	71	69	64	71	73	77	73	66	66	—		
Taxas de Juros Internacionais — Médias Anuais (%)	13,99	16,77	13,58	9,88	11,21	8,65	6,82	7,31	8,13	9,27	8,32		
Líbor	15,24	18,83	14,83	10,79	12,05	9,93	8,33	8,20	9,32	10,87	10,01		
Prate NY	—	14,99	12,13	8,99	10,45	9,72	6,79	7,53	8,70	7,53	7,82		
Certificados de Depósitos NY	13,10	16,37	12,17	8,93	10,24	8,08	6,79	6,63	7,55	9,22	8,06		
Federal Funds													

Fonte: Banco Central do Brasil — DEPEC.

¹¹ A partir de 1986 exclui o Banco do Brasil S.A.

¹² A partir de 1986, estimativa.

Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70604 Brasília, Distrito Federal